



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 9ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Rádio Inconfidência pelos seus 80 anos de prestação de serviços
- 1.3 – 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.4 – 9ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.5 – 10ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.6 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 20/4/2016

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

**ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2016****Presidência do Deputado Durval Ângelo**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Apresentação Musical – Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel – Entrega de Placa – Apresentação Musical – Palavras do Sr. Flávio Henrique Alves de Oliveira – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Celinho do Sinttrocel – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo.

Abertura

O presidente (deputado Durval Ângelo) – Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Rádio Inconfidência pelos seus 80 anos de prestação de serviços.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Flávio Henrique Alves de Oliveira, presidente da Rádio Inconfidência; Marcus Gimenez, subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, representando o governador Fernando Pimentel; João Batista Miguel, secretário de Estado Adjunto de Cultura de Minas Gerais, representando o secretário Angelo Oswaldo; e vereador Gilson Reis, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Wellington Magalhães; a Exma. Sra. Titane, cantora, representando a comunidade artística musical de Minas Gerais; e o Exmo. Sr. deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo músico Pereira da Viola.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Apresentação Musical

A locutora – Ouviremos agora os representantes do Clube da Esquina, Marilton Borges, Telo Borges e Rodrigos Borges, que cantarão a música *Travessia*, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant.

– Procede-se à apresentação musical.

A locutora – Essa canção contou com a participação também de Célio Balona e Toninho Horta.

Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel

Quero primeiramente cumprimentar o nosso querido deputado Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes, neste ato; o presidente da Rádio Inconfidência, Flávio Henrique Alves de Oliveira; o subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, Marcus Gimenez, representando o governador Fernando Pimentel; o secretário de Estado Adjunto de Cultura de Minas Gerais,

João Batista Miguel, representando o secretário Angelo Osvaldo. Faço também um cumprimento muito especial ao vereador de Belo Horizonte Gilson Reis, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães. Cumprimento também a cantora Titane, que representa a comunidade artística musical de Minas Gerais.

Caros convidados, convidadas, servidores da Assembleia, telespectadores, telespectadoras que nos assistem, ouvintes da Rádio Assembleia e da Rádio Inconfidência, boa noite a todos. Esta reunião especial tem como objetivo homenagear uma das mais importantes instituições públicas de Minas Gerais. Não bastasse ser a primeira empresa mineira de comunicação, a Rádio Inconfidência presta um serviço reconhecido em Minas, no Brasil e no mundo. Tive o prazer de ser o deputado autor da proposta, mas, tenho certeza, não falo apenas em meu nome, posso falar em nome de todos os deputados desta Casa.

Ao longo da história, a humanidade sempre careceu de uma comunicação ágil, direta e que integre pessoas e distâncias. Cada período histórico produz formas específicas de comunicação e intercâmbio.

Com o advento da industrialização, aceleração do desenvolvimento tecnológico e urbanização crescente, a consolidação do capitalismo proporcionou o fenômeno da sociedade de massa. A instalação definitiva da modernidade exigiu uma comunicação cada vez mais próxima e rápida, simultânea, constante, regular e voltada para as grandes multidões. O século XX foi a era das grandes transformações na comunicação. A agitação política, cultural e científica que tomou conta da transição do século XIX para o século XX foi a grande parceira do rádio. Daí em diante, a transmissão radiofônica foi o principal e o mais importante instrumento desse período.

Não por acaso, os poderes públicos têm seus programas. Afinal, o rádio é versátil, o aparelho é de fácil aquisição e tem grande capacidade de recepção. Por mais que outras mídias se imponham, o rádio segue como fiel companheiro de milhões de pessoas mundo afora. O rádio está presente nas casas, no trabalho, nas escolas, nas praças, no carro, nas caminhadas e em outros tantos lugares e situações, na vida cotidiana, nos piores e nos melhores momentos e a qualquer hora do dia ou da noite.

Quem busca o rádio está atrás de informação, de conhecimento, de cultura, de educação, de serviços de utilidade pública, de lazer, de divertimento e até de companhia. O universo do rádio é imenso e inesgotável. Muitos dos sucessos da televisão vieram ou têm inspiração no rádio. Foi ele quem deu a ela os primeiros ensinamentos da comunicação de massas.

No Brasil, o rádio chegou junto com o desenvolvimento industrial. Rapidamente assumiu papel decisivo no processo de integração e fortalecimento do Estado nacional: 30 anos depois da primeira transmissão de rádio do mundo, no Natal de 1906; 16 anos após a criação da primeira indústria de radiodifusão, em dezembro de 1920, na Alemanha; e 13 anos depois do início da operação do rádio no Brasil, em 30/4/1923. Nasceu, há 80 anos, a primeira empresa mineira de comunicação: a Rádio Inconfidência.

A Inconfidência surge de um esforço coletivo de mineiros, do governo do Estado e de prefeituras, que fundaram a AM 880, em 3/9/1936. Logo no seu nascimento, a rádio deixou claro seu caráter inovador e sua ousadia. Pouco mais de um ano após sua fundação, em 1938, a Inconfidência foi a primeira emissora brasileira a transmitir, de outro país, a Copa do Mundo da França. Assim, a Inconfidência anunciou-se como “A voz de Minas para toda a América”, sendo uma rádio padrão no continente latino-americano.

Suas radionovelas, a orquestra e seus maestros, seus programas de auditório e seus *shows* marcaram a vida de Belo Horizonte e dos mineiros. Com o dinamismo da rádio, nas décadas de 1940 e 1950, a empresa cresceu e tornou-se “O Gigante do Ar”, lançando, no cenário nacional, artistas como Agnaldo Timóteo e Clara Nunes.

Em 1979, foi inaugurada a Inconfidência FM 100.9, a Brasileiríssima. Nela a música brasileira ocupa 100% de espaço da grade de sua programação. Mais uma vez ousando, a Rádio Inconfidência assumiu o compromisso institucional com a cultura nacional e a valorização dos artistas nacionais, mineiros e regionais. Desde então, a Brasileiríssima é a casa da diversidade e da boa música brasileira. Com isso, tornou-se responsável pela popularização de gerações de cantores, bandas e



compositores, entre eles os membros do Clube da Esquina e tantos outros mais jovens. Além de promover, patrocinar e apoiar outras formas de cultura, arte e lazer no nosso estado.

A Rádio Inconfidência fez isso tudo sem perder a sua principal e mais importante função de origem: interligar o estado de Minas Gerais.

Na época em que foi fundada, o correio era lento, as estradas eram péssimas e a comunicação entre os municípios era muito difícil. Minas Gerais não conhecia o povo mineiro, e o interior estava longe da capital. Desde então a Inconfidência foi um canal ativo de comunicação entre os mineiros da área rural. Cito *A Hora do Fazendeiro*, que leva informação e alegria para a população do campo. Lembro que o programa é registrado pelo livro dos recordes como o mais antigo e tradicional programa que continua no ar, sem interrupção, até os dias de hoje.

A missão primeira e a razão de ser da Inconfidência foi e é unir o Estado de Minas Gerais. Portanto, é possível dizer que, ao longo de sua existência, ela cumpre com louvor a sua missão. E cumpre graças à dedicação de seus diretores e funcionários. Na impossibilidade de citar todos, lembro aqui o ex-presidente Nestor Santana, o funcionário Ricardo Parreiras e os locutores Tarcísio Carneiro Lopes e Tina Gonçalves. Desde a entrada do século XXI, a Rádio Inconfidência passa por um processo de modernização. Ganhou novos investimentos e equipamentos e uma nova infraestrutura. Atualmente, a Inconfidência permite interatividade fácil com o público e prepara outro passo importante, que é a integração com a Rede Minas.

Sob a direção do amigo Flávio Henrique, a Rádio Inconfidência aprofunda sua vocação e cumpre o papel que lhe foi destinado pelo povo mineiro. Desde que assumiu a nova direção da rádio, Flávio trouxe novos ares para a empresa e promoveu uma renovação sentida por todos. Enquanto reorganizava a empresa do ponto de vista interno e administrativo, 15 novos programas foram ao ar no último período, enriquecendo o já maravilhoso bazar de programações. Os programas externos se multiplicaram, e jovens locutores, apresentadores, artistas e articulistas entraram para o time da Inconfidência – muitos deles como voluntários.

A Rádio Inconfidência não é só um patrimônio do Estado, dos artistas, dos músicos, dos compositores, dos escritores, dos poetas, dos jornalistas e dos ouvintes. A Rádio Inconfidência é um patrimônio de todos nós, mineiros, e um exemplo de comunicação pública para o País. Ao valorizar as singularidades culturais que compõem um País tão vasto e diversificado como o nosso, a Rádio Inconfidência contribui para retorno do povo brasileiro ao centro do palco de nossa história. As canções e as palavras que voam nas asas invisíveis das ondas radiofônicas da Inconfidência vencem o isolamento imposto pelo espaço físico, rompem com a lógica dos grandes monopólios e fortalecem a cultura nacional e popular. Elas carregam informações; levam e proporcionam conhecimento, divertimento e alegria; valorizam a diversidade cultural; promovem os direitos dos cidadãos e integram culturas e pessoas diferentes no interior do nosso estado.

A homenagem que realizamos hoje, Flávio, é estendida a todos os homens e mulheres que lutam pela democratização das comunicações, pelo fortalecimento das empresas públicas e na defesa da cultura nacional e popular.

Parabéns à Rádio Inconfidência, a todos os atuais e antigos funcionários e diretores, aos ouvintes, razão maior de ser da empresa, aos artistas que conquistaram esse canal de divulgação de seu trabalho. Neste momento me dirijo a esses artistas cantores que se apresentaram aqui e abrilhantaram esta homenagem, e ao povo mineiro que realizou mais esse importante sonho.

Que a Rádio Inconfidência continue se renovando diariamente por muitas décadas. Afinal, só chega aos 80 anos quem se renova todo dia. Meu muito obrigado.

Entrega de Placa

A locutora – O deputado Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega ao presidente da Rádio Inconfidência, Flávio Henrique Alves de Oliveira, de placa alusiva a esta



homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Com uma história que se confunde com a da própria radiofonia em Minas Gerais, a Rádio Inconfidência, desde seu surgimento, mostra-se comprometida com o desenvolvimento do Estado. De instrumento de integração entre a capital e o interior, a emissora, com sua abrangente programação, tornou-se modelo entre os veículos de comunicação que se propõem a oferecer cultura, arte, informação e entretenimento com qualidade, desempenhando papel fundamental na vida dos cidadãos. Não por acaso, a rádio completa oito décadas de existência, sempre afinada com os avanços tecnológicos e atenta às demandas de seus ouvintes. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta homenagem à Rádio Inconfidência pelos 80 anos de sua fundação, reconhecendo o inestimável valor de seu trabalho, que engrandece o nome do Estado dentro e fora do País”.

– Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

A locutora – Ouvimos a música *Tristesse*, de Telo Borges e Milton Nascimento.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Flávio Henrique Alves de Oliveira

Boa noite, Exmo. Sr. Deputado Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes; Marcus Gimenez, subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, representando o governador Fernando Pimentel; meu parceiro João Batista Miguel, secretário adjunto de Cultura de Minas Gerais, representando o secretário Angelo Oswaldo; vereador Gilson Reis, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães; e Sra. Titane, minha querida parceira, representando esses músicos maravilhosos que estão aqui hoje e nos deram esse prazer imenso.

Falei com o deputado que esta pode não ser a sessão de homenagem mais cheia, mas, com certeza, quero ver quem vai fazer homenagem musical como a que está sendo feita aqui. Está lançado o desafio. Boa noite, deputado Celinho do Sinttrocel, querido amigo que está fazendo esta homenagem. O deputado é um grande parceiro da rádio, e temos muitas coisas em comum. Queria dizer que, desde que fui nomeado presidente da Rádio Inconfidência, sempre tenho falado de improviso. Em nenhuma circunstância escrevi discursos. Ontem foi um dia muito estranho para muita gente e para mim também. Aí não me senti muito bem para improvisar e resolvi escrever algumas coisas. Está parecendo que trabalhei como *ghost writer* para o Celinho do Sinttrocel, porque nosso discurso está superparecido. Apesar da tristeza, e o Telo Borges tocou a música *Tristesse*, confesso que minha inspiração voltou um pouco agora. A música serve para isso, para nos lembrar que existe tanta coisa boa por aí para nos dar uma boa perspectiva de ação, de mudança, de felicidade, de buscar sempre uma força onde parece que não temos.

Vou ler um pouco do que escrevi. De repente posso abrir alguns parênteses. Vocês me desculpem se eu estiver um pouco repetitivo, porque, quando vamos contar a história da rádio, como o Celinho fez ali, acabamos caindo em assuntos repetidos, mas muito legais.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Deputado Celinho e a seu assessor, Sávio Bonés, a convocação e o empenho em fazer esta homenagem tão significativa à Rádio Inconfidência. Todos nós aqui reunidos esta noite sabemos da importância da rádio para a cultura de Minas Gerais, sabemos que não é qualquer empresa pública que chega aos 80 anos com essa força, essa vitalidade e credibilidade que temos hoje junto à população de Minas Gerais e do Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui reunidos para reafirmarmos juntos a importância disso tudo que a rádio representa para nós. Tenho orgulho de dizer que, mesmo diante dessa crise econômica e política tão grave que estamos atravessando, a rádio tem vivido alguns momentos bem importantes em 2016. Estamos vivendo momentos de renovação, estamos nos preparando para a mudança de sede, adquirindo equipamentos de ponta de radiodifusão, incrementando a programação através de parcerias e de convênios com a sociedade civil, atraindo voluntários e colaboradores para seguirmos firmes na vocação cultural da rádio e no compromisso que a empresa tem com a informação de qualidade, o jornalismo, o



esporte e a produção musical brasileira, mais especificamente a produção musical mineira, que tem sido foco prioritário nesse princípio de gestão, algo que as pessoas esperam de mim. Temos tentado fazer isso da melhor maneira possível.

Estou aqui hoje representando muita gente. Sinto-me honrado por estar neste lugar. Sabemos que muitas pessoas construíram a rádio, várias estão aqui. Gostaria de registrar, por exemplo, o Kiko Ferreira, pessoa que dedicou muito trabalho a gestões anteriores. Estão presentes muitas pessoas da diretoria da atual gestão. É até difícil citar todos os nomes. Gostaria de agradecer esta homenagem em nome dos milhares de funcionários que construíram juntos essa empresa. Vários estão presentes: técnicos, jornalistas, radialistas, músicos, produtores, gestores, estagiários, motoristas, copeiras, faxineiras, funcionários da parte administrativa, comercial, esportiva, cultural, *marketing*, comunicação, enfim, personagens que desde 1936 fazem essa empresa funcionar. É muita gente bacana.

A nossa história é longa. Para quem não sabe, temos hoje o programa de rádio mais antigo do Brasil, como disse o Celinho. Esse programa está no ar há 80 anos, foi reconhecido pelo livro dos records como o programa mais antigo em atividade no mundo, comandado pela Tina Gonçalves, que está aqui e para quem peço uma salva de palmas. O programa é *A hora do fazendeiro*, que vai ao ar das 17 horas às 19 horas, com dicas para o homem do campo, cotações dos produtos agropecuários. É um programa que toca exclusivamente música sertaneja. Esse programa nasceu com a rádio em 1936, durante o governo de Benedito Valadares, transmitido em AM, ondas curtas. A rádio nasceu com a função de integrar o interior de Minas. Como o Celinho disse, um telegrama demorava quatro dias para chegar ao Norte de Minas; uma encomenda, seis dias. De repente, surgiu uma rádio com essa comunicação. Foi algo muito importante.

A Inconfidência viveu a era de ouro do rádio, teve dois grandes grupos musicais, uma orquestra e um grupo regional. A rádio teve mais de noventa músicos com carteira assinada, dezenas de programas de auditório, radionovelas, programas humorísticos. Construiu, ao longo destes 80 anos, uma audiência fiel e qualificada. Gostaria de destacar uma curiosidade que as pessoas não sabem: em 1943, o diretor da rádio - na época, não era presidente, mas diretor - era o Murilo Rubião, escritor. Vocês podem ver que era uma tradição.

O presidente – Vamos comemorar aqui os 100 anos de seu nascimento. Todos estão convidados. No final de maio, início de junho, vamos ter algumas atividades na Assembleia para não deixar passar no esquecimento esses 100 anos de nascimento do Murilo Rubião.

O Sr. Flávio Henrique Alves de Oliveira – É um indício de algo bem futurista, moderno para a rádio. Noutro dia, no programa do Elias, estávamos com um entrevistado, um pianista que trabalhou durante 15 anos na rádio. Ele lançou um livro, havia um panfleto da programação muito interessante sobre o que a rádio fazia naquela época. Havia aulas de inglês, grandes programas de orquestra, o pianista tocava ao vivo, tinha um programa ao vivo, todos os dias, de 10 horas até meia-noite. Era muito legal. Era piano ao vivo. Nessa época, a programação era bem interessante, bem futurista, mostrando que faz parte da cultura da Rádio Inconfidência essa coisa do risco, de inventar, ou seja, construir de fato a rádio.

Na área do esporte a Inconfidência também fez história. O Gigante do Ar foi a primeira emissora do Brasil a transmitir ao vivo, em 1938, a Copa do Mundo da França. A partir dali, esteve presente nas ondas curtas, na frequência AM e em todos os principais eventos esportivos brasileiros, acompanhando de perto os grandes títulos do Atlético, do Cruzeiro, do América e também do esporte amador. Praticamente todos os grandes cronistas e narradores esportivos do rádio mineiro integraram e ainda integram a equipe de esporte da Inconfidência. A Inconfidência também é um celeiro nessa área esportiva e continua sendo.

Em 1979, acontece um marco na história da empresa, é fundada a Inconfidência FM, conhecida como Brasileiríssima, emissora que tem em seu estatuto a obrigação de ter uma programação musical 100% brasileira, um oásis no domínio da proposta comercial das rádios da época que existem até hoje. A Brasileiríssima atraiu rapidamente a simpatia e a audiência na Região Metropolitana de Belo Horizonte e teve em seus quadros nomes históricos como o do diretor Fernando Brant, alicerce do Clube da Esquina; Marilton Borges, presente aqui hoje e também membro histórico do Clube da Esquina; Claudinei Albertini e o colaborador Gonzaguinha, que, junto com o Claudinei e com o Marilton, faziam o programa *Boca Livre*.



Aliás, foi nessa época, em 1984, que conheci a Rádio Inconfidência, tinha 17 anos de idade. Era músico e a minha banda fez uma música e a levou para um jovem radialista que estava começando a sua carreira, o Tutti Maravilha. É um programa que está no ar até hoje. Hoje, o *Bazar Maravilha* se confunde com o nome da Rádio Inconfidência. Naquela época, o Tutti era um estudante de comunicação social. Passaram-se 28, 30 anos e hoje o Tutti é reconhecido nacionalmente como um dos maiores nomes do rádio do Brasil, virou referência e tema de samba-enredo de escola de samba. Acho que essa é a mais alta graduação que existe no Brasil, muito acima de presidente. Enredo de escola de samba não sofre *impeachment* de ninguém, fica lá para sempre. É um reconhecimento muito bacana. Uma das razões pelas quais me apaixonei pela Rádio Inconfidência, motivo de estar aqui hoje, foi por ser ouvinte do Tutti e por respeitar muito o seu poder de comunicação. Um fato curioso é que no meu primeiro dia de aula na faculdade de comunicação, encontrei o Tutti na minha sala. Ele tinha ficado devendo uma matéria. Fomos colegas em uma matéria: ele saindo da universidade e eu entrando. Isso em 1988.

O sucesso da Brasileiríssima foi responsável pelo sucesso de várias gerações de músicos mineiros. Várias carreiras se elevaram nas ondas da 100,9. A FM sempre teve um espaço cativo para os músicos de Minas Gerais, seja na programação musical, seja no generoso espaço das entrevistas para a divulgação de discos e espetáculos. Atualmente, esse espaço se ampliou e vários programas e colunas musicais da grade são comandadas diretamente por artistas que trabalham como voluntários. Dos 18 novos programas lançados este ano, deputado Celinho do Sinttrocel, não são 15, como você tinha falado, 5 são apresentados e programados diretamente por artistas jovens da cena local, com colunistas voluntários. Alguns deles encontram-se presentes aqui, o Affonsinho, o João Paulo Cunha, mais oito músicos, três escritores, poetas e um artista plástico.

Acredito que estamos vivendo um momento de bastante liberdade criativa na programação. Aliás, começamos a estender o nosso conteúdo para o campo audiovisual e também o das mídias alternativas. Começaremos, a partir desta semana, a investir mais pesado, a conversar mais com a internet. O querido diretor artístico Elias Santos é uma pessoa que o tempo todo tem uma teoria certíssima de que a rádio deve deixar de ser apenas uma rádio. Ela deve trabalhar a imagem e o conteúdo que vai além do que se entende por uma rádio tradicional. Nesse segundo momento na minha gestão, considero como um marco o dia de hoje, amanhã chegaremos lá nos reunindo e acendendo o fogo desse departamento. Temos o objetivo de aumentar bastante os nossos ouvintes da internet, os ouvintes escutantes. Seremos os ouvintes assistentes? Não sei. Vamos inventar um nome. Tenho o plano ousado de tentar triplicar os nossos acessos nas redes sociais e começar a produzir um conteúdo exclusivo de vídeo com coberturas culturais e *shows*. Os próprios programas da rádio serão transmitidos ao vivo pelo nosso *site* e pelas nossas redes sociais. Demorou, mas vai chegar.

Durante este ano estamos prevendo a transmissão externa de cerca de 40 programas AM e FM, que serão realizados em praças públicas, universidades, teatros e até mesmo na casa dos próprios ouvintes. Esse material será registrado e disponibilizado através de vídeos, em nossas redes sociais. Já está disponível o plano-piloto dessa proposta feito no programa *Casa Aberta*, do Elias Santos e da Brisa Marques, realizado no último dia 11 de abril na Praça Sete, na sacada do Cine Brasil Vallourec, com a presença de Maurício Tizumba. Já existe uma cobertura de vídeo de 3 minutos, que é mais ou menos o piloto do que pretendemos fazer este ano. Vamos começar a levar a rádio para a rua com a intenção de captar mais ouvintes. Essa é uma maneira de fazermos a empresa crescer e disseminar a marca da Inconfidência.

Gostaria de informar aqui que, paralelamente ao aumento do espaço da nova programação para a produção local, produção mineira, estamos vivendo um período de aumento na audiência e também um significativo aumento no faturamento comercial da rádio. Isso é muito importante. Contrariando antigas teses de que a produção mineira tinha menos força no campo comercial, estamos observando justamente o contrário, a presença maior e a inserção da rádio nos eventos e na vida cultural da cidade estão sendo um atrativo a mais para os anunciantes. Também com os anunciantes estatais essa nova proposta tem sido recebida com muita simpatia e já está trazendo resultados rápidos. Aproveito para agradecer aqui o trabalho da nossa diretora administrativa Luiza Castro, que está fazendo um belo trabalho nessa área, dando sustentação para as



ações mais ousadas. Enquanto ficamos cuidando da programação, estamos muito bem servidos. Muito obrigado, Luiza. Você é uma pessoa muito importante na rádio, uma das mais importantes.

Aproveito também a presença de tantos músicos para anunciar que adquirimos recentemente, com recursos próprios, instrumentos musicais para a montagem na nova sede de um estúdio específico para música. Adquirimos um piano de cauda Kawai, uma bateria, dois amplificadores Fender de baixo e guitarra, além de mesas de som e *softwares* profissionais para fazermos programas ao vivo com uma qualidade técnica como a das maiores rádios do mundo, como a BBC de Londres. Também começaremos a criar programas tocados ao vivo.

Esse também é um sonho, e quero registrar a presença do nosso diretor técnico, o Leandro Cleto. Ele e o Glayson são pessoas que, quando eu cheguei lá, compraram essa briga e adoraram a ideia do estúdio. Ele também é músico e guitarrista e foi muito importante nessa hora. Foi muito bom ter como diretor técnico um artista sensível que comprou essa briga e que está fazendo um excelente trabalho na nossa mudança de sede. Esse pessoal está na linha de frente e fazendo um bom trabalho. Parabéns, Glayson.

Está tramitando na Assembleia Legislativa um projeto muito importante, de autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, e essa é uma das razões por que estamos aqui hoje: a criação da EMC, Empresa Mineira de Comunicação. Essa é uma nova proposta de comunicação pública que tem como objeto principal a fusão da Rede Minas de Televisão com a Rádio Inconfidência. É um projeto de algumas páginas, não temos tempo para entrar em seus detalhes, mas sei que o deputado pode explicá-lo para as pessoas interessadas, pois tem acesso a seu texto completo. É uma proposta muito interessante que segue uma tendência contemporânea de unificar a comunicação estatal, criando uma sinergia e uma política entre as empresas públicas de rádio e TV.

Aproveito esta homenagem e a presença do deputado Durval Ângelo, representando o presidente Adalcleber Lopes, do autor do projeto, deputado Celinho do Sinttrocel, do Sávio e de tantas pessoas aqui interessadas no assunto, para pedir que, caso esse projeto seja aprovado e implementado, tenhamos sempre um olhar carinhoso para a Rádio Inconfidência, respeitando seus 80 anos. Essa empresa tem uma cultura muito própria, e é importante sabermos preservar, antes de tudo, já que vai haver uma modificação em nosso estatuto, a exclusividade para a música brasileira, o espaço para a produção de conteúdo próprio. É muito importante que a rádio continue produzindo seu próprio conteúdo e não passe a retransmitir as coisas de fora.

Estou externando uma preocupação minha, como músico e como presidente da rádio. Penso também que devemos sempre valorizar nossa mão de obra, de jornalismo, esporte, arte, educação e cidadania. Precisamos ser ouvidos durante a implementação dessa proposta, pois temos 150 funcionários; são famílias, profissionais dedicados que precisam fazer parte da construção efetiva desse novo modelo, caso ele venha a acontecer em um futuro próximo. Torcemos para que aconteça e queremos estar juntos e fazer parte dele com uma voz ativa.

Como toda grande empresa, temos de estar preparados para mudanças; faremos a nossa parte, precisamos construir juntos. A Rádio Inconfidência precisa estar presente em todas as etapas dessa construção; temos um excelente corpo técnico e de produção de conteúdo que é fundamental na existência da Empresa Mineira de Comunicação. Nossos resultados recentes estão aí para provar que é possível, com muito trabalho, criatividade e participação da sociedade, mudar uma realidade para melhor, mesmo em tempos de crise, mesmo em tempos de vacas magras em nosso campo de atuação.

Finalizando, como nem tudo são flores, ontem por acaso descobri um capítulo feio na história da rádio: durante uma pesquisa que fiz na internet para saber a data exata em que o Fernando Brant foi presidente da rádio, pois queria fazer-lhe uma homenagem, descobri uma entrevista dada pelo compositor sobre março de 1964 ao jornalista Luís Nassif: "Passando a Semana Santa em Diamantina, recebi assustado os rumores de uma possível quartelada, voltamos para Belo Horizonte a tempo de acompanhar de casa os acontecimentos. Na Rádio Nacional, os amados artistas pregavam pela legalidade. Na Rádio Inconfidência, destoando, animadores de auditório apoiavam a ação dos golpistas".

Digo agora, como realização última, que eu e meus colegas da Rádio Inconfidência, nos últimos dias, temos tido uma difícil missão e fomos colocados à prova. Assumi essa gestão com vários problemas administrativos e uma crise financeira grave, mas a crise política tem sido o desafio maior. Como todos sabem, sou músico, estou vindo de uma área artística e deparei-me com uma situação política grave que me obriga, todos os dias, a pensar em como vamos nos posicionar. Resolvemos as questões juntos; tenho o orgulho de fazer uma gestão compartilhada, e estamos sempre conversando sobre que caminho tomar, portanto escrevi aqui que, daqui a 40 anos, espero que nenhum pesquisador faça a descoberta que fiz hoje; neste momento de abril de 2016, a Rádio Inconfidência assumiu publicamente uma postura apartidária, mas em defesa da democracia e do voto direto. Estamos contribuindo, dentro do possível, para o caminho do diálogo, da tolerância, do respeito à diversidade e da paz. Diante de toda uma movimentação da mídia tradicional no sentido de inflar ânimos, incendiar o circo, conversamos internamente e chegamos conjuntamente à conclusão de que nosso papel nessa hora é dar voz aos artistas, apoiar as instituições, apoiar a Constituição e a democracia. Muito obrigado pela atenção de todos, e que venham mais 80 anos em paz, progresso, arte, cultura e respeito democrático pelo Brasil. Boa noite.

Palavras do Presidente

Aos amigos Flávio Henrique, Marcus, Joãozinho, Gilson, Titane, Celinho, participar das comemorações dos 80 anos da Rádio Inconfidência representa para Minas Gerais o devido reconhecimento a uma emissora que vem construindo uma permanente história de amor e respeito com nossa população.

Esta reunião está destinada a ficar na memória do Parlamento mineiro, ao registrar a data de enorme valor para nossa cultura, já que a rádio que todos identificamos como a Brasileiríssima se tornou porta-voz do melhor de nossa música. Destacando-se também por seu jornalismo, inclusive o esportivo, a Inconfidência integra a rede de rádios públicas brasileiras e é parceira de importantes veículos internacionais.

Quando penso em Rádio Inconfidência, volto-me para a minha infância, a meu velho pai, Geraldo Andrade, nascido em Itabira e que viveu sua adolescência até seu passamento em Castelo, no Espírito Santo. A Rádio Inconfidência era sua parceira das madrugadas. Havia um programa ao qual, na Fazenda Bela Vista, em Castelo, ele nunca deixava de assistir. Era *A hora do fazendeiro*, considerado o programa de rádio mais antigo. Por isso a Rádio Inconfidência me traz essa memória tão doce, tão forte e tão simbólica do meu pai.

Para que essa tradição se mantenha ativa e renovada, é preciso uma equipe que não deixe cair o alto nível de sua informação nem a preocupação em difundir o melhor do universo cultural. Na pessoa de seu talentoso diretor e companheiro, Flávio Henrique Alves de Oliveira, reconhecemos o esforço brilhante de cada funcionário para levar ao ar uma programação comprometida com o bom gosto e os interesses de seu público.

A presença aqui do Pereira da Viola, que no sábado cantava a democracia para a presidenta Dilma, na mesma viola em que ele cantou o *Hino Nacional* no acampamento da Liberdade em Brasília, ter aqui a presença do Marilton, do Telo, do Rodrigo, do Toninho, do Sérgio, que nos trazem essa lembrança tão significativa da música, essa escola que é o Clube da Esquina; ter também aqui companheiros e amigos como o Rubinho e a Titane, de quem, há mais de 35 anos, acompanho a carreira por melhorias em bairros de periferias em Contagem, particularmente Água Branca, com o Rubinho na Pastoral da Terra, há 35, 36 anos, quando fazíamos muitas andanças e cantorias... Eu acho que a presença de vocês aqui é o significado do que representa a Rádio Inconfidência.

Hoje vivemos tempos difíceis, em que impera a intolerância, a falta de diálogo, e quero aqui me lembrar de um pensamento de Clarice Lispector: "O que eu quero contar é tão delicado quanto a própria vida, porque o mais surpreendente é que, mesmo depois de tudo, o mistério continua intacto".

Como professor de história há 40 anos – comecei a dar aula com pouco mais de 16 anos –, se fizermos um varal de história nesse período, começando com o movimento da resistência, de 1935, logo depois com o surgimento da Rádio Inconfidência, com golpe dentro de golpe, em 1937, no Estado Novo, onde tantos mineiros tiveram papel importante, veremos



que hoje, mais que nunca, toda essa história que queremos contar é também a história de Minas, particularmente a história de luta dos trabalhadores, a história da democracia e da resistência. Hoje, mais que nunca, ela se torna necessária e viva para todos nós, não só como história a ser contada, mas como a própria vida, a luta pela liberdade, a luta pela democracia. Confiamos em um futuro à altura dessa história, não só da rádio, mas da democracia neste país.

Esperamos que, no governo Fernando Pimentel, que tem apoiado muito todo o sistema de comunicação pública do Estado... Nós últimos anos, havia uma barreira em que não se liberava nem verba para rádios e TVs públicas do Estado. Hoje, não apenas o governo do Estado, como a própria Assembleia Legislativa, por gestão nossa, têm colocado as TVs e rádios públicas como parceiras no trabalho de publicidade. É preciso aumentar, Marcus, mais que nunca. Sabemos que há um grande desafio com a radiodifusão e a TV digital, onde os recursos precisam ser mais significativos. Já houve um avanço significativo recentemente. Estamos esperando os equipamentos. Eu ajudei na intermediação da nossa TV Cultura, que estava fadada a ser sucateada, fechada e, em determinado momento, privatizada. Que essa mesma parceria aconteça com a Rádio Inconfidência. Essa é uma necessidade que se torna urgente com a comunicação digital. Que tanto a nossa rádio quanto a nossa TV continuem recebendo prêmios relevantes e sendo exemplos neste país de luta contra a intransigência e a intolerância, de defesa da democracia e, antes de tudo, de inclusão social e justiça, tão necessárias ainda e mais do nunca em nosso país. Muito obrigado.

Apresentação Musical

A locutora – Ouviremos uma música de Toninho Horta e Fernando Brant, *Manuel, o audaz*, que será executada pelo próprio Toninho Horta, em conjunto com Juarez Moreira, Célio Balona e Thiago Delegado. Na sequência, ouviremos a música de Rubinho do Vale, *Nas lonjuras dessa terra*, interpretada pelo próprio Rubinho do Vale, Titane e Pereira da Viola.

– Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Titane – Boa noite.

O Sr. Pereira da Viola – Boa noite. É uma alegria muito grande poder fazer parte de um momento especial como este. Flávio Henrique, você, com certeza, nos representa na direção dessa rádio.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – O pessoal está querendo mais uma, Rubinho, Pereira. Uma das que foram cantadas lá no Acampamento da Liberdade, no sábado. Vamos lá, para animar nossa esperança. Foram tantas. E o Flávio tem um recadinho. Vamos lá, Flávio.

O Sr. Flávio Henrique Alves de Oliveira – Eu queria agradecer demais a presença de todos vocês, principalmente dos meus colegas músicos que vieram tocar conosco: Thiago Delegado, Pereira da Viola, Titane, Rubinho, Juarez Moreira, Toninho Horta, Célio Balona, Rodrigo Borges, Marilton Borges, Telo Borges, e mais grandes colaboradores da rádio que estão aqui. Afonsinho, João Paulo Cunha; Sérgio Santos, que é do nosso conselho administrativo, mais um que está colaborando muito; Kiko Ferreira, nosso parceiro, ex-diretor artístico da rádio; Pacífico, que está aqui, funcionário da rádio; Maria Amélia D'Ávila, funcionário Paulo Proença, Pedro Vieira, Brisa Marques, muita gente aqui da casa, Tina. Muito obrigado pela presença de todos. O Gilson, que está ali; Helinho Faria, também parceiro. Tenho sido ajudado por muita gente. Léo Albertini, Waleska Faldi, Makely. Muito obrigado a todos vocês. A Jose, ali no cantinho. Obrigado, Jose. Estamos andando juntos. A Nina ali, nossa estagiária; a Stella Goulart, nossa colunista. Isso é muito importante. Acho que a rádio está onde está hoje porque estamos todos indo juntos. Queria agradecer não só a presença aqui hoje, mas por tudo que vocês têm ajudado na construção deste novo momento. Obrigado ao Sávio, mais uma vez, e ao Celinho. Muito obrigado.

O presidente – Vamos lá, a última canção. Depois faremos as convocações das reuniões de amanhã.

– Procede-se à apresentação musical.



Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 19, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 19/4/2016.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Lafayette de Andrada; discursos dos deputados Durval Ângelo e Lafayette de Andrada; Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; Registro de Presença; Questões de Ordem; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Cristiano Silveira e da deputada Marília Campos; Questão de Ordem; discursos dos deputados Carlos Pimenta, João Magalhães, Felipe Attiê, Deiró Marra, Alencar da Silveira Jr. e Wander Borges; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; prejudicialidade de requerimento do deputado Sargento Rodrigues; não recebimento de requerimento do deputado Sargento Rodrigues – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.174/2016; discurso do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.453/2016; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Registro de Presença – Declaração de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.174, 3.195, 3.230, 3.231 e 3.453/2016; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão de pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.174/2016 seja apreciado em último lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Nós encaminhamos contrariamente, para que seja mantida a pauta.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma ponderação. Esse projeto do Sisema é complexo e vai trazer debates alongados no Plenário. Estamos aqui para a segunda discussão, para votar o aumento dos servidores. A ponderação que faço ao líder do governo e aos demais deputados é que liberemos a votação do aumento dos servidores, em que há consenso. Já votamos ontem no 1º turno e vamos votar o 2º turno. O projeto do Sisema trará debates e discussões e vai se arrastar por toda a manhã. Vamos liberar primeiro o dos servidores e, em seguida, vamos votar o projeto do Sisema. Esse é o sentido do requerimento que fizemos.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, quero cumprimentar o deputado Lafayette de Andrada. Na mesma linha também apresentei requerimento e corroboro a fala do ilustre deputado. Entendemos que o Projeto nº 3.174 pode ficar para depois da votação dos três projetos que constam na pauta. Há aqui projeto dos servidores do Ministério Público, do Judiciário e dos servidores da Assembleia. Fizemos isso na terça-feira, foi muito bem-vindo, todos acolheram, a pauta andou e eu não vejo motivo algum. É necessário fazermos isso, presidente. O governo, por intermédio do seu líder, já está muito feliz. Aprovamos aqui o reajuste dos trabalhadores da educação. O que custa agora o deputado Durval Ângelo e os deputados do governo fazerem um gesto de boa vontade para com os servidores do Ministério Público, do Judiciário e do próprio Poder Legislativo? Ou seja, vamos votar os três projetos para depois votarmos os outros. Projeto de Sisema não é mais importante que projeto dos servidores públicos. Então, quero deixar claro que já estou inscrito para discutir durante 30 minutos. Acredito que o deputado Lafayette de Andrada também vai fazer isso. Então, antes mesmo de iniciarmos o processo de discussão, o que poderá prolongar a votação, espero podermos acolher a iniciativa do deputado Lafayette de Andrada, votar o requerimento e, em seguida, passarmos à votação do Projeto nº 3.174. Não sei que desespero é esse. Não precisa disso. Aliás, já até falei com o líder Gustavo Corrêa e com o líder Gustavo Valadares que esse projeto não era para ter entrado na pauta junto com o projeto da educação, mas, já que entrou, já que foi votado em 1º turno, não custa nada os deputados que compõem a base do governo darem agora a precedência. Não foi dada ao projeto da educação? Votamos favoravelmente. Qual é o problema agora de terem um pouquinho de paciência? É em relação a isso que faço um apelo ao líder do governo, deputado Durval Ângelo, para que votemos primeiro os projetos dos servidores públicos e, depois, o projeto do Sisema. É esse o apelo que faço a V. Exa., presidente.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, diz um velho ditado de um oficial e filósofo francês, general de exército, que na guerra sempre a primeira baixa é a verdade. A discussão não é essa. A discussão é diferente. Primeiro: ontem foi votado o projeto da educação porque estava em redação final e tinha um prazo regimental no início da reunião. A educação teve



precedência por isso. Eu e o líder da oposição, deputado Gustavo Corrêa, fizemos um requerimento para que os projetos do procurador-geral de justiça e do Tribunal de Justiça fossem incluídos em pauta. Inclusive defendíamos isso na semana passada, e é bom que se deixe claro. Então, o líder do governo e o líder da oposição colocaram premência, urgência no projeto dos servidores. Fui procurado por um servidor do sindicato, Jonas, companheiro nosso de Contagem, que me fez, num ato, na Praça da Estação, um pedido para que fizéssemos isso. Procurei o líder da oposição e achei melhor fazer-lhe esse pedido. A questão do Sisema. Nós aprovamos aqui também, em um acordo do qual o líder da oposição, deputado Gustavo Corrêa, participou, o projeto do Sisema. Houve um veto do governo entendendo que a criação de cargo – que eles haviam autorizado e que os deputados presidentes de comissão, deputado Cássio Soares e deputado João Magalhães, entrassem com as emendas... Enfim, que havia vício de criação de cargo. Hoje existe no Sisema uma estrutura que não fiscaliza porque não tem servidores. Eu pergunto: a quem interessa que esse sistema não entre em funcionamento? A quem interessa? Será que vamos esperar uma nova tragédia da Samarco de Mariana para abriremos os olhos e liberarmos ou vetarmos as 2.500 licenças que estão lá? Hoje existem 80 barragens com risco de rompimento em Minas Gerais, e precisamos de servidores para fiscalizá-las, mas esse projeto cria a estrutura. Aliás, em dois momentos, este líder fez acordo com o líder da oposição para votar o projeto do Sisema sempre na reunião seguinte, e agora a discussão é adiada pela terceira vez. Todos os procedimentos regimentais para que houvesse agilidade no projeto dos servidores foram feitos aqui. É bom deixar bem claro que esse projeto já se encontra nesta Casa há um tempo razoável, bem anterior ao projeto dos servidores. Na verdade, este deputado assumiu um compromisso com o secretário de Meio Ambiente, que está desesperado para colocar a estrutura do Sisema em funcionamento. Então pergunto a quem interessa adiar essa discussão. A quem interessa que a lei de fiscalização não funcione? Ela é uma lei muito mais rígida do que a anterior. A resposta tem de ser dada, mesmo entendendo que estamos numa guerra. Quais serão as primeiras baixas? A liderança de governo solicita aos deputados do governo que votem pela manutenção da pauta.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, sugiro a V. Exa., caso seja possível, suspender a reunião por alguns minutos para aguardar o quórum necessário e buscar o entendimento sobre o requerimento apresentado pelo deputado Lafayette de Andrada.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto, para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença de alunos do curso de direito da UFMG que se fazem presentes nas galerias da Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela visita.

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Presidente, a oposição está aqui buscando um entendimento e só gostaria de lamentar a maneira como os líderes do governo tratam as questões. Novamente, colocam no ar questões que não deveriam ser colocadas. O pedido do deputado Lafayette de Andrada, de votarmos hoje pela manhã aquilo que é do interesse de Minas Gerais, está muito claro, mas a liderança do governo vem com essa pergunta de a quem interessa, como se houvesse aqui algum pensamento errado. Na verdade, é uma maneira de desmoralizar o outro, o que é lamentável. Não sei até quando vamos continuar com isso. Coloca-se em suspeição toda a Assembleia Legislativa ao perguntar a quem interessa não votar o Sisema, como se houvesse algum interesse escuso aqui. É lamentável. Se existe alguém que tem algum interesse em fazer isso, então que sejam citados os nomes. É lamentável essa maneira de agir do governo nesta Casa, ao colocar todo mundo



em suspeição. O líder deputado Gustavo Corrêa nos disse que fez um acordo para votar. O.K., vamos acompanhar o líder. O que não dá mais é sair daqui a lista de quem não votou, fotografada na Mesa da Assembleia Legislativa. E aí os deputados são colocados para todo o Estado numa situação como se fossem contra a educação. Agora somos colocados como se fôssemos contra o meio ambiente. É lamentável. Até quando vamos conviver aqui na Assembleia e no Brasil com o assassinato de reputações? Primeira coisa, coloca-se em xeque a moralidade de uma pessoa. Aqui nem sabemos quem é, pois foi colocado: "A quem interessa?". Pergunto aos deputados: a quem interessa? Coloquem os nomes. Tenham coragem de colocar os nomes. O deputado Gustavo Corrêa nos falou, agora, que há um acordo; não sabíamos. Mas como agem os líderes do governo? Apontam para todo mundo. Colocam todos os deputados em suspeição. Até quando vamos suportar isso na Assembleia Legislativa e no Brasil? A todo momento pessoas são acusadas. Na mídia, há publicações contra as pessoas, ou então chega-se ao microfone e solta-se uma coisa dessas, que a verdade foi retirada ou que há uma mentira. Quem fez isso? Coloca-se todos nós em suspeição. É lamentável essa maneira de tratar as coisas, Sr. Presidente. Vou seguir o acordo feito pelo líder. Alterar a pauta é algo que acontece rotineiramente na Assembleia Legislativa. O presidente fez a pauta, mas qualquer deputado pode fazer essa solicitação. No entanto, quando se faz a solicitação, parece que existem outros interesses. Vou seguir o acordo feito pelo líder da oposição, mas quero lamentar essa maneira de tratar as coisas. É lamentável, Sr. Presidente, não vamos aceitar mais essa situação de acusar as pessoas permanentemente. Não aceitamos isso; não aceitamos esse assassinato permanente da reputação dos deputados da Assembleia Legislativa ou das pessoas. O que vemos o tempo todo são dedos apontando. Quem é? Quem tem outros interesses aqui? Nosso interesse é votar. Os servidores do Ministério Público e da Justiça estão aguardando, e vamos votar. Queremos votar também o Sistema de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, mas não dá para aceitar isso. Falem os nomes. Há alguém que tem interesse em não aprovar o Sisema? Quem é? Temos mais de um ano de governo. Por que até hoje não foram colocados os servidores nesses postos que o secretário quer? Por que não há fiscais? Não é a oposição; é o governo que tem de fazer a fiscalização do meio ambiente. Onde está o ouvidor ambiental? Neste governo, a Ouvidoria Ambiental não possui ouvidor. Está bem, vamos falar. A barragem da Samarco deslizou, e Minas Gerais não tem ouvidor ambiental. O governo não nomeou o ouvidor ambiental. A quem interessa Minas Gerais não ter ouvidor ambiental? É isso que o governo, o PT, quer. Respondam: onde está o ouvidor ambiental de Minas Gerais? Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Durval Ângelo – Partindo do deputado do governo, Durval Ângelo, eventualmente como líder, tenho certeza de que a compreensão de um deputado da oposição, a quem respeito muito, que é o deputado João Leite, seria outra. Não estou levantando suspeitas, fiz um questionamento. Ele esteve comigo 18 anos. Somos companheiros muito próximos. Em 18 anos de atuação na Comissão de Direitos Humanos, nós nos conhecemos. Na Comissão de Direitos Humanos são 18 anos; há 22 anos estamos aqui. Nós nos respeitamos muito. Então, não tive a intenção, como nunca tenho, de ofender ninguém. Tenho tido uma postura muito clara e franca nos aplausos e nas vaias, nos elogios e nas críticas, mas sempre com uma visão fundamental de respeito a toda companheira e a todo companheiro, deputados aqui. Se o deputado João Leite teve esse entendimento, pode ser que até, no geral, ele queira fazer esse discurso, mas comigo não, como não faço em relação a ele, que é uma pessoa séria, a quem respeito. Conversei também com o deputado Sargento Rodrigues, e nós dois já nos entendemos. Contudo, temos um acordo. Na semana passada, na terça-feira, fechamos com os líderes da oposição a pauta da reunião e a votamos. Combinamos que eu e o deputado líder da oposição apresentaríamos o projeto do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, e o Sisema foi incluído, tanto que foi votado em 1º turno sem discussão. Se notarem, o projeto do Sisema, que cria os cargos, é exatamente a estrutura votada pelo governador, que votamos aqui em dezembro do ano passado. A estrutura é a mesma. Não houve nenhuma mudança. Mantivemos o veto na semana passada, na terça ou quarta-feira, dizendo que depois votaríamos o mesmo projeto. Lembro-me muito bem de que o deputado João Magalhães e tantos outros só aceitaram votar a favor do veto com o projeto em pauta, que é exatamente sobre os cargos já criados. Então, a matéria já é vencida na Assembleia Legislativa. Se o deputado João Leite entendeu que eu, porventura, estivesse levantando suspeitas sobre ele ou sobre qualquer deputado, essa não foi a minha intenção. A minha intenção é dizer claramente que temos hoje 80 barragens com risco de rompimento. Ponto. São 80 barragens já assumidas. Precisamos dessa estrutura de técnicos para

www.almg.gov.br Página 14 de 116



exercer em plenitude a fiscalização, e o acordo é pela votação. Não há problema nenhum. Discutir é um direito. Disse isso ao deputado Sargento Rodrigues. Manteremos a pauta, e o deputado Sargento Rodrigues falará durante os 30 minutos regimentais, e eu falarei durante os 30 minutos regimentais. Depois, votaremos na ordem e na sequência. Não se trata de uma mera questão, mas de um acordo. Acordo feito aqui tem de ser cumprido, até para termos confiança ao firmarmos novos acordos amanhã, na semana que vem e na seguinte. Penso que seja só por isso. A questão é o acordo. E digo mais: se deixarem o projeto para o final, com uma discussão, o Plenário se esvaziará, e não votaremos. Não quero dizer que essa seja a intenção do deputado Sargento Rodrigues, cuja intenção é discutir. Então, vamos discutir. Temos de deixar bem claro que manteremos a pauta, ouviremos o deputado Sargento Rodrigues e, depois votaremos os projetos, sem problemas, sem polêmicas, sem desconfiança, de acordo com o que é fundamental, que é o interesse público. A Administração será às 10h30min, ou 11h30min. A Administração só funciona às 11h30min. Então, dá para votarmos.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas para o seguinte: há quatro dias, estou passando mal, assim como o deputado Agostinho Patrus Filho, mas firmei um compromisso com os servidores do Ministério Público, do Judiciário e da Assembleia Legislativa de, se tivesse condições, estar aqui para votar. Gostaria de fazer coro às palavras dos servidores. Deputado, respeitei quando V. Exa. falou. Tudo bem. Queria dizer somente o seguinte: em relação à decisão que for tomada, peço a mesma compreensão e o mesmo carinho que tivemos com os professores também com esses servidores, para que possamos votar o mais rápido possível, pois eles estão aqui desde a semana passada, assim como os outros que estiveram aqui, e aprovamos o projeto. Era só isso o que tinha a pedir. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero discordar do deputado Durval Ângelo, porque penso justamente o contrário. Acho que o governo é que está com interesse demais nesse projeto, porque ele não para de entrar na pauta. Deputado Lafayette de Andrada, já tenho uma desconfiança no sentido oposto. Por que o governador quer que esse projeto seja aprovado tão rápido, deputado Carlos Pimenta? O deputado Durval Ângelo tem a capacidade de tentar envolver as pessoas com seu discurso só que no sentido contrário. O projeto do Sisema, que foi aprovado aqui, deputado Durval Ângelo, não trouxe um controle maior do que o que já existia; pelo contrário, escancarou, deixou completamente em frangalhos a legislação ambiental do Estado de Minas Gerais. Não foi nem uma nem duas vezes que ocupei esta tribuna durante a discussão do projeto que foi transformado nesse arremedo de lei. Arremedo de lei! Por último, deputado Durval Ângelo, V. Exa., a pedido do governo, incluiu a emenda ao projeto do Sisema em 2º turno e acabou de escancarar dizendo que o governo, a pretexto X ou Y, poderia avocar para si a decisão e tocar o licenciamento ambiental a bel-prazer. E quem pode dizer o contrário, que, amanhã, tendo interesse direto em determinado grupo empresarial, o governador não avocará para si essa decisão? Durante a tramitação da matéria, os órgãos ambientais deixaram vários deputados desta Casa em saia justa, numa situação completamente constrangedora, porque diziam o contrário. Mas, infelizmente, o governo manda. E o deputado diz “sim”, de uma forma obediente, porque o governo mandou votar.

O deputado da base do governo não teve a coragem e a independência para dizer: “Isso aqui deixará o Copam numa situação extremamente fragilizada”. No início da tramitação, alguns vieram até a tribuna para dizer que realmente o projeto estava ruim, que não houve debate. Lembramos, ilustre líder deputado Durval Ângelo, que os projetos do governo que tramitam nesta Casa, deputado João Leite, têm sempre um pedido de urgência. Só não há pedido de urgência quando o projeto é do interesse de determinados servidores. Aí não há pedido de urgência. Mas os projetos que podem beneficiar outras pessoas, outros grupos, aí, sim, têm regime de urgência. Portanto, deputado Lafayette de Andrada, é justamente o contrário: nós é que queremos saber por que o governo quer isso a qualquer custo. Está aqui a lei que antecedeu, a lei na qual o deputado Durval Ângelo incluiu uma emenda de 2º turno, escancarando a legislação ambiental em Minas Gerais.

Presidente, pedi, e o deputado Lafayette de Andrada também pediu, por meio de requerimento, que a pauta fosse invertida, a fim de votarmos o projeto dos servidores. Esse sim, esse tem o nosso apreço, o nosso respeito, a nossa



admiração, porque no Judiciário não é necessário projeto de lei, é automático. No Ministério Público também é automático, não necessita de projeto de lei. Foi a maior aberração que vi ser votada nesta Casa, mas não com o meu voto. Aquilo foi uma aberração. Agora, quero ver. Enquanto parte dos servidores do Estado de Minas Gerais amarga um parcelamento salarial imposto pelo governo do PT, que esqueceu suas raízes, os membros do Ministério Público e os membros do Judiciário têm reajuste automático. Os servidores da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, do sistema prisional, da Fazenda estadual e de outros órgãos têm seus salários divididos em três parcelas. Até o mês de junho serão três parcelas: dias 7, 13 e 18 do mês seguinte. O servidor público trabalha 30 dias para, no 18º dia do mês seguinte, ter direito ao recebimento da última parcela do seu salário.

Está aqui: “Lei nº 21.972. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências”. Isso matou a fiscalização. Quero, presidente, aproveitar o encaminhamento para dizer a V. Exa. que abordarei um tema durante a discussão da matéria, não durante o encaminhamento do requerimento, mas na discussão da matéria. Quero trazer uma notícia muito boa para os servidores públicos de Minas Gerais, vinda do Poder Judiciário. Às vezes, quando os seus chefes os massacram, quando não há meios de brigar internamente, ainda há luz no fim do túnel nas decisões do Poder Judiciário, mas abordarei esse assunto durante a discussão do projeto, após a votação do requerimento.

Encerro as minhas considerações, presidente, dizendo que o Copam, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – *Cerh* –, a Feam, o IEF, o Igam, a Polícia Militar de Minas Gerais e os números de gestão ambiental das secretarias ficaram completamente fragilizados, porque estão parecendo marionetes. Vão para o conselho, reúnem, deliberam, mas não têm força vinculativa, deputado João Leite, com a proposta que aqui foi aprovada, mas com o meu voto contrário. Não admitimos isso, a lei trouxe enorme prejuízo para os órgãos que compõem a fiscalização do Estado de Minas Gerais. Gostaria de saber, gostaria que o líder Durval Ângelo viesse ao microfone dizer por que o governo tem tanto interesse em aprovar essa matéria. Estou pensando de forma diferente, deputado Carlos Pimenta. Há uma pressa na tramitação desse projeto; é de uma hora para a outra, é regime de urgência. O governador Fernando Pimentel só consegue legislar desse jeito.

Felizmente, nós, da oposição, podemos fazer o contraponto, mostrar à sociedade o que está acontecendo e dizer com toda clareza, com toda franqueza, que não concordamos com a tramitação desse projeto, de forma urgente, sem fazer um debate, sem fazer uma discussão desse frangalho de projeto de lei. Deputado João Leite, isso não dá autonomia a nenhum órgão ambiental para fiscalizar. O governo do PT, o governo de Fernando Pimentel, do PT – apesar de negar que é do PT – acabou com a lei ambiental em Minas Gerais.

Acabou. Os órgãos que compõem o conselho de fiscalização, o Copam, principalmente, ficou completamente esvaziado. E aí vêm falar que essa lei vai endurecer, que essa lei vai ajudar? Se quisesse ajudar, não teria permitido a aprovação disso aqui. Isso aqui é uma coisa esquisita, não deveria ter passado. Nós alertamos que vários artigos aqui faziam remissão para decreto. Ou seja, falou assim para o legislador: “Apaga isso aí para mim, porque quem vai decidir sou eu”. Quase todas as remissões dessa lei são para decreto. Ou seja, remetem a uma única caneta, a caneta do interesse do governador.

Eu voto, presidente, “sim” ao requerimento do deputado Lafayette de Andrada para que possamos inverter a pauta e prestigiar os servidores públicos que aqui se encontram.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, solicitei o encaminhamento e vou fazer todo o esforço para não utilizar os 10 minutos, porque o nosso objetivo aqui hoje é votar os três projetos. Foi inclusive o acordo que fizemos ontem. A nossa base de governo está aqui, o Bloco Minas Melhor, PT, PMDB, Pros, PR, PRB, PCdoB, estamos todos aqui para fazer a votação dos três projetos. Aliás, esse foi o acordo ontem, que nós votaríamos os três projetos.

A ordem que está estabelecida é a ordem de antiguidade dos projetos. Esse projeto do Sisema já tinha sido votado em 1º turno há mais tempo. Se há alguém que está fazendo com que o projeto dos servidores públicos tenha algum atraso não somos nós. Já poderíamos, nesse prazo aqui, ter votado tranquilamente os três projetos. Então o apelo que faço é para que



sigamos a ordem normal e aprovemos os três projetos. O deputado Durval Ângelo já falou da importância da aprovação do projeto do Sisema, para que possamos ter, nesse órgão ambiental, condições de funcionamento. A legislação aprovada anteriormente não é um frangalho de lei, não foi essa lei que atrapalhou o sistema ambiental de Minas Gerais. Essa lei foi aprovada quase pela unanimidade dos deputados desta Casa, inclusive os da oposição, quase todos. Tivemos apenas dois votos contrários ao projeto sobre o qual o deputado Sargento Rodrigues diz que é um frangalho de lei, que acabou com o sistema ambiental. Essa lei foi aprovada por todos os deputados, inclusive pela oposição, que encaminhou favoravelmente. Então, vamos com calma com essas questões, porque isso foi de responsabilidade da Assembleia Legislativa. O projeto teve várias alterações propostas pela própria oposição. Dizer isso é julgar que a Assembleia Legislativa foi responsável por acabar com os órgãos ambientais. Não é verdade. Não foi só a base do governo, deputado Rodrigues, a oposição também votou. Você está ofendendo seus colegas da oposição. Eles também votaram favoravelmente, foram só dois votos contra. O restante foi favorável.

Essa lei faz com que o Sisema hoje, os órgãos ambientais, sejam melhores do que eram antes. Por exemplo, em relação ao caso de Mariana, de que sou relator na comissão com o deputado João Magalhães, e cujo presidente é o deputado Agostinho Patrus, incluímos naquela lei uma obrigação que não existia em lei ambiental, que é a segurança das barragens. Hoje, com essa lei, não se pode fazer barragem, a não ser que haja um plano de contingenciamento, um plano de segurança e um plano de recuo, para o caso de haver algum acidente. Claro, todos aprovados pela Defesa Civil. Esse foi um excelente avanço que tivemos nessa lei ambiental. No meu entender e no da imensa maioria dos deputados, a lei avançou na questão ambiental. Só que faltou nela, como nós avaliamos e discutimos depois, a estruturação desse Sisema. Enquanto ele não for estruturado, não poderemos avançar na questão ambiental.

Eu queria dizer aos servidores o seguinte: é óbvio que, se for votado apenas o projeto dos servidores, não se vai votar o do Sisema, e fizemos acordo para votar os três projetos. Não podemos romper esse acordo e deixar que um projeto dessa magnitude não seja aprovado. O que estamos solicitando é apenas bom senso, que prevaleça a ordem dos três projetos na pauta, como está. Se tiver que haver discussão, é evidente que será feita. Discute-se meia hora para um lado, meia hora para o outro, e vota-se. Não há problema nenhum, e fazemos a votação dos projetos.

Este é o primeiro ponto que eu queria trazer: estamos aqui com o compromisso de fazer a votação, e não aceitar isso é não ser razoável com a outra argumentação e a importância do outro projeto. Então vamos votar os três projetos hoje, a não ser que a oposição continue a fazer obstrução. Se não houver obstrução, vamos votá-los. Discute-se meia hora um, meia hora outro. Não há problema. Estamos propondo que se faça um acordo de votação. Agora, se o Ministério Público achar que só se pode votar o projeto dele, realmente fica difícil para nós, porque há outros projetos importantes na pauta, e queremos votá-los. Aliás, ontem votamos em 1º turno, abrimos mão e retiramos o projeto do Sisema.

Deixem-me falar para vocês escutarem um pouco, porque, de repente, fica parecendo que a má vontade é nossa. Vamos botar os pingos nos "is". Ontem o projeto dos servidores públicos – Tribunal de Justiça e Ministério Público – estavam postos depois do projeto do Sisema. Nós retiramos o do Sisema e fizemos um acordo para que ele voltasse e fosse votado. Por isso o votamos em 1º turno ontem, senão ele não seria votado. Nós fizemos a flexibilização e agora chegamos para votar, e há exigência de se inverter a pauta e não deixar votar o projeto do Sisema. Então a intransigência pessoal não é nossa, isso está óbvio. Estamos transigindo aqui e vamos votar os três projetos.

Também não poderia deixar de rebater a outra questão em relação ao serviço público. Não é verdade que o serviço público era uma maravilha, venhamos e convenhamos. O tal do choque de gestão foi uma lástima, e temos de corrigi-lo. Foi uma lástima o choque de gestão, uma verdadeira lástima. O professor, por exemplo, não tinha absolutamente nada, não tinha piso nem subsídio. Então era uma lástima o que existia no serviço público, mas estamos consertando isso; é isso que estamos fazendo. Na própria segurança pública, foi feito um acordo, e metade desse acordo está sendo pago agora, no governo do Fernando Pimentel. O acordo feito foi para acertar o problema da segurança pública agora. O magistério estava num verdadeiro caos, e estamos acertando isso.



Então, Sr. Presidente e colegas deputados, o nosso apelo é para seguirmos o trâmite normal do que foi acordado ontem em relação à ordem da pauta. E vamos votar os três projetos. Estamos aqui para isso, o nosso bloco todo. É evidente que é importante votar os quatro projetos, considerando também o da Assembleia Legislativa. Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Bom dia a todos. Eu, em nome do Bloco Verdade e Coerência, bloco de oposição desta Casa, não poderia me omitir após a fala do parlamentar que ocupou esta tribuna. E, mais do que isso, os servidores que se encontram nas galerias sabem muito bem o que está ocorrendo nesta manhã, neste Plenário, e as verdades precisam ser ditas.

Os deputados do bloco de oposição, na manhã de ontem, deputado Rogério Correia, fizeram um compromisso – e continuam a cumpri-lo – de que vamos votar, sim, o Sisema. O que estamos reivindicando e solicitando a todos os parlamentares que aqui se encontram, até por respeito aos que se encontram nas galerias, é que votemos primeiro o projeto dos servidores do Ministério Público, do Judiciário e da Assembleia.

Posteriormente, entraremos na discussão do Sisema e, como acordado, vamos votar.

Então, deputados do bloco governista subirem a esta tribuna para dizer que a oposição está obstruindo os trabalhos? Isso não é verdade. Se for essa a verdade, então, deixem inverter a pauta, votemos primeiro o projeto dos servidores do Ministério Público e do Judiciário para, depois, entrarmos na discussão do Sisema. Mas tenho percebido que V. Exas. têm sido orientados para derrotarem o requerimento de inversão de pauta, para impedir e cercear a discussão, pelos parlamentares, daqueles projetos que sejam de interesse.

V. Exa. subiu a esta tribuna e fez uma defesa calorosa dos servidores da Educação durante várias sessões, e ninguém aqui o questionou. Invertamos a pauta para prestigiar esses servidores, vamos fazer o mesmo hoje. Aqui de público, como líder da oposição, garanto que vamos inverter a pauta, votar agora rapidamente o projeto dos servidores do Ministério Público e, depois, a oposição estará em Plenário para votar o Sisema. Que V. Exa., como líder dos deputados da base governista, segurem-nos em Plenário para votarmos o projeto do Sisema. Mas afirmar que a oposição tem prejudicado não é verdade.

Estamos chegando ao limite, Sr. Presidente, pois as verdades precisam ser ditas. Imagino eu o desespero que começa a tomar conta de determinados parlamentares que subiram a esta tribuna para dizer que era o melhor governo, e golpe e golpe, golpe, e o golpe está aí, então. A presidente da República fez de seu governo um balcão de negócios. Está comprando o apoio de parlamentares para se perpetuar no poder. Vamos falar a verdade: ela sucateou a maior empresa brasileira, a Petrobras, roubou o dinheiro do cidadão. Mas quero discutir isso longamente e não vou prejudicar os servidores que aqui se encontram.

Vamos votar favoravelmente ao requerimento do deputado Lafayette de Andrada, votemos o projeto de Ministério Público e aí teremos tempo suficiente para discutir os outros projetos. Aí sim, falaremos as verdades. Vamos mostrar ao povo que nos acompanha se a oposição está aqui presente ou não para obstruir os trabalhos. A oposição dará os votos favoráveis ao reajuste desses servidores. Quem está obstruindo não é a base governista, e o povo mineiro, tenho certeza, está cansado dessa mentirada. Chegamos ao limite.

É preciso que determinados parlamentares tenham responsabilidade, pois estão jogando para a plateia, estão fazendo demagogia, pegam lista de presença e postam na internet. Eu não me incomodo, meu nome pode estar lá, mas jamais jogarei contra qualquer tipo de colega. Falo a verdade, estou aqui para votar, como todos os deputados do bloco de oposição, favoravelmente ao requerimento do deputado Lafayette de Andrada. E me comprometo, como líder, dizendo que todos os deputados do bloco de oposição votarão favoravelmente ao Sisema. Todos, sem exceção. Mas a verdade precisa ser dita. O público presente aqui é formado por pessoas esclarecidas, que não se deixarão levar por falsas afirmações. Estamos presentes para votar.



Tenho certeza disso e peço a cada um dos senhores e das senhoras parlamentares que aqui se encontram, e que foram solidários aos servidores da educação, que sejamos todos conscientes e coerentes. Vamos votar favoravelmente ao requerimento do deputado Lafayette de Andrada, vamos ajudar os servidores que aqui se encontram, vamos votar primeiro o reajuste dos servidores e depois vamos discutir o Sisema.

Essas eram as minhas palavras, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve no meu encaminhamento. Vim com o sentimento de que iria me assentar em uma dessas cadeiras do Plenário para votar os quatro projetos, inclusive o do Sisema. Votei contrariamente quando ele foi encaminhado à Assembleia, logo após o acidente da Samarco, momento totalmente inoportuno. Mesmo que trouxesse, como muitos dizem, melhorias ao Sistema Estadual de Meio Ambiente, o momento era completamente inoportuno. Havia ocorrido o acidente da Samarco, o rompimento daquela barragem, havia pouco mais de 10 dias, se não me engano, e o governo do Estado encaminhou à Assembleia um projeto de reformulação do Sisema. Àquela época, em um dos seus artigos, o projeto tratava da criação de diretorias, mas não definia quantas nem quais seriam. Ora, poderiam ser 2 diretorias, como poderiam ser 115 diretorias no Sistema Estadual de Meio Ambiente. Não havia como ser aprovado um projeto sem o limite de diretorias a serem criadas. Nosso bloco votou contrariamente ao projeto àquela época, e uma das razões foi esta: não terem definido quantas e quais diretorias seriam criadas.

Logo em seguida, porém, fizemos uma emenda definindo quantas e quais diretorias seriam criadas. Essa foi uma emenda do nosso bloco de oposição. O Sr. governador, usando da justificativa de que a Assembleia não poderia criar despesa, vetou o projeto. Mas já há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que diz que, em casos em que não há criação de despesa, a Assembleia pode sim emendar, melhorar e aprimorar projetos encaminhados pelo Executivo, e seria esse o caso. Quando apresentamos a definição das diretorias a serem criadas, não estávamos criando novas despesas; mesmo assim o governador o vetou e agora encaminhou esse projeto em regime de urgência, para que possamos aprová-lo. Devem fazer realmente muita falta essas diretorias no Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Foi feita uma emenda também pelo nosso bloco de oposição, quando discutimos o projeto de lei orçamentária, a peça orçamentária, no final do ano passado, que ora está em vigor. Apresentamos uma emenda que retirava dinheiro da rubrica de publicidade, que é com o que esse governo gasta. Esse governo do PT gasta o pouco dinheiro que tem com publicidade, inclusive várias delas mentirosas. O deputado João Leite falou o que eu diria agora: comprovadas, inclusive, pela Justiça, por meio de uma representação nossa, do nosso bloco de oposição, foram inúmeras as propagandas do governo do PT, do governo Fernando Pimentel que tiveram de sair do ar porque se tratava de propagandas mentirosas, propagandas essas custeadas com dinheiro público, com o dinheiro do cidadão mineiro. Então, àquela época, sensíveis ao que ocorrera em Mariana e para que aquilo não volte a acontecer, apresentamos uma emenda tirando dinheiro da rubrica da publicidade e o encaminhando ao Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Sabemos – é fato – que uma das razões para o acontecido em Mariana – não a única, até porque a principal responsável pelo acidente é a própria Samarco –, um dos fatos causadores do acidente foi também a falta de estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

O pouco número de técnicos, o pouco número de veículos e computadores à disposição, enfim, por essas razões, apresentamos emenda ao orçamento daquela época, para que tivéssemos um orçamento de maior quinhão para o setor de meio ambiente estadual. O que fez o governo? Sinalizou aos deputados da base, que são maioria, todos sabem, que rejeitassem a nossa proposta. A eles não interessava uma melhor estrutura do Sisema. Agora a eles interessa a criação de diretorias. Elas serão criadas, obviamente, porque, mais uma vez, o governo tem ampla maioria aqui, mas estaremos prontos para fiscalizar e averiguar quantas serão essas diretorias e quem serão os escolhidos para ocupá-las.

Para terminar, eu não poderia deixar de rebater o nobre par, deputado Rogério Correia. O deputado Rogério Correia deve viver em outro estado que não seja Minas, ou, ao longo dos últimos 12 anos, de 2003 a 2014, não viveu em Minas. De repente, fez intercâmbio cultural em outro estado ou em outro país. Não se lembra de que, àquela época, o PSDB pagava o salário do servidor público em dia, no quinto dia útil. Não se lembra o deputado de que, àquela época, o PSDB, como governo, pagava o 13º terceiro salário até meados do mês de dezembro. Não se lembra o deputado de que foi esse governo que investiu e asfaltou mais de 220 estradas que chegam aos municípios mineiros e que ainda não tinham ligação asfáltica. Não se lembra o deputado de que foi esse governo do PSDB, para não irmos longe, que bancou toda a Linha Verde, que bancou a duplicação da Avenida Antônio Carlos. Esse deputado que me antecedeu e antecedeu o deputado Gustavo Corrêa – tem até o mesmo sobrenome do deputado Gustavo – deve ter feito intercâmbio cultural em outro lugar, não deve se lembrar do que se passou aqui nos últimos 12 anos ou nos 12 anos em que o PSDB governou.

Investimentos não faltavam aos municípios em saúde, educação, segurança, infraestrutura. Hoje vivemos, sim, outra realidade em Minas: desrespeito ao servidor, irresponsabilidade para com as contas públicas, zero de investimento em todas as áreas, basta ver a educação. Façam, senhoras e senhores, uma visita a uma escola estadual. Escolham, de maneira aleatória, uma escola estadual em Belo Horizonte ou no interior, façam uma visita e comparem a situação dessa escola até 2014 com a de hoje. Façam a mesma coisa com os veículos dos municípios, que têm de atender suas populações na área da saúde. Façam uma avaliação de como eram as ambulâncias que ajudavam na logística do tratamento de saúde dos 853 municípios de Minas naquela época e de como são agora. Façam a avaliação das nossas estradas estaduais, inclusive da manutenção delas. Façam uma comparação. Não quero deixar que o meu juízo seja o final. Faço um convite para que as senhoras e os senhores façam uma comparação entre aquilo que o PSDB fez ao longo dos 12 anos em que governou Minas e o que têm feito Fernando Pimentel e o PT.

Eles gostam muito de criticar o chamado choque de gestão. Só eles não enxergam que o choque de gestão serviu de referência para o mundo inteiro. É uma gestão que até hoje é tida como exemplar para o mundo todo. Vamos gastar menos com a máquina pública para gastar mais com o cidadão. Eles criticam e, nesse ponto, de maneira inédita, foram coerentes, o que não são muito.

Criticaram o choque de gestão, chegaram aqui dizendo que pegaram o Estado quebrado, e o que fizeram? Fizeram aquilo que é próprio do Partido dos Trabalhadores: vamos inchar a máquina pública e trazer a companheirada aqui para dentro. Havia 17 secretarias no Estado, e agora há 21 secretarias. Hoje há subsecretários de Estado que ganham mais do que ganham o governador e os próprios secretários de Estado. Nesse ponto, foram coerentes. Façam essa comparação. Qual modelo de gestão pública quer o povo mineiro? Aquele que incha a máquina pública e gasta o pouco que tem só com a companheirada ou aquele que gasta menos com a estrutura pública para gastar mais com o investimento, com o cidadão?

Já vou terminar, Sr. Presidente. Eu tinha que rebater esse deputado até para ajudá-lo, para auxiliá-lo. Ele não deve ter vivido aqui nos últimos 12 anos ou no período de 2003 a 2014. Ele tem que voltar a conhecer o Estado no qual reside e para o qual trabalha.

Quanto aos demais projetos, contem com o bloco de oposição para a sua aprovação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, quero fazer algumas ponderações. Vejo que vários deputados estão preocupados em votar o projeto dos servidores, que aqui se fazem presentes. O problema é que esse debate, em vez de chegar a um entendimento para que a votação tenha alguma celeridade, está fazendo com que essa votação se atrase ainda mais. Percebi aqui que há a orientação do líder do governo e há a orientação do bloco em relação ao voto. O deputado Gustavo, em sua intervenção, disse que já há a compreensão da oposição, inclusive com o voto favorável. Já havendo, então, a orientação para as votações, não compreendo, Sr. Presidente, por que postergarmos o início dessas votações ou até mesmo a inversão da pauta. Entendo que os encaminhamentos da votação do requerimento, por si sós, e, considerando-se o tempo em que estamos aqui debatendo, já trouxeram todos os elementos, todas as informações e posicionamentos em relação a www.almg.gov.br Página 20 de 116



esse projeto. Então, o debate já está suficiente, há ambiente para votarmos, a não ser que o interesse seja outro, a não ser que o interesse seja desmobilizar a Assembleia, deixar o quórum cair para não haver votação, fazer um ataque ao governo, fazer um ataque ao Pimentel, fazer um ataque à Dilma. Quero acreditar que não, que viemos à reunião de hoje para votar, conforme a orientação da oposição, que disse que já tem orientação para o voto, que o governo já tem orientação para o voto, e acho que qualquer opinião em relação ao projeto, já tendo o voto sido decidido, pode ser dada depois, na declaração de voto. Então, o maior gesto que podemos fazer para os trabalhadores que aguardam a votação é continuarmos o encaminhamento para a votação do requerimento e, posteriormente, a votação dos projetos que estão em pauta. Ao contrário disso, ninguém está ajudando a vida do servidor que veio para esta reunião.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, pedi para falar apenas para registrar minha incompreensão em relação ao que está acontecendo aqui. Já votamos esses projetos em 1º turno, e hoje seria a votação em 2º turno, não é isso, Sr. Presidente? Estamos aqui para votar. Ouvi várias intervenções considerando que deveríamos inverter a votação, de acordo com o requerimento proposto pelo deputado Lafayette de Andrada, que também não compreendi. Mas estamos aqui para votar o projeto dos servidores. Fica parecendo que estamos contra a votação do projeto dos servidores. Estou aqui para dizer, Sr. Presidente, que estou pronta para votar. Já votei em 1º turno e quero votar em 2º turno, assim como todos os deputados. Estou sugerindo que votemos aqui, hoje, todos esses projetos, não fazendo a inversão da pauta, para não atrasar esse processo ainda mais. Estou fazendo um apelo, porque não estou entendendo essa obstrução que está sendo feita aqui, deputado Gustavo Corrêa. Não estou entendendo! Estou aqui querendo votar o projeto dos servidores e não estou entendendo essa proposta de inversão de pauta.

Gostaria que isso fosse esclarecido. Gostaria que vocês utilizassem o encaminhamento para esclarecer a essa deputada, que é novata nesta Casa e não consegue entender. Este é o meu segundo mandato, mas cumpri apenas dois anos no primeiro mandato e não estou compreendendo esse processo de obstrução. Quero votar os Projetos nºs 3.195, 3.231 e acho que o que está acontecendo aqui é um atraso no processo de votação.

Questão de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada – Presidente, serei muito breve, até mesmo porque fui citado aqui pela deputada Marília Campos, por quem tenho todo o respeito, para dizer o seguinte: lamentavelmente, o que está acontecendo era o que se queria evitar. Todos nós estávamos cansados de saber que o projeto do Sisema era um projeto polêmico. Sou favorável e votarei favoravelmente a ele. O deputado Rogério Correia, líder do PT, subiu ali, explanou as vantagens do projeto, que está aperfeiçoando o Sisema. O projeto é bom, mas não estamos discutindo isso. Estávamos sabendo que o projeto do Sisema geraria discussão. Qual era o nosso singelo requerimento? Há um pleno consenso aqui para votar em 2º turno o aumento dos servidores. Votaríamos o aumento dos servidores, liberaríamos todos eles e partiríamos para a discussão do Sisema, que é rica e necessária. Se tivesse sido aprovado – e gastaríamos 15 segundos para aprovar aquele requerimento –, já teríamos votado todos os projetos dos servidores; e me arrisco até a falar que já teríamos votado também o projeto do Sisema. Ou seja, estamos discutindo aqui porque houve uma intransigência, uma falta de vontade, essa é a verdade, porque todos sabiam que manter o projeto do Sisema em primeiro lugar na pauta iria gerar exatamente o que gerou: conflitos, discussões, e os servidores ficariam aqui atrasados, postergados e correndo o risco de não ter o seu projeto votado, apesar de já haver unanimidade para que seja aprovado.

Eram essas as minhas palavras, Presidente. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, se estivéssemos pensando na melhor maneira de a Assembleia votar, com certeza estaríamos votando os projetos dos funcionários, sem problema nenhum. Não existe nenhum tipo de posicionamento contrário. A nossa bancada da oposição vai votar favoravelmente. Estávamos apressando a votação.



Com relação ao projeto do Sisema, Presidente, obedeço ao que a liderança do meu bloco acordou com a situação. Não haveria problema, embora eu ache que esse projeto precisa ser um pouco mais detalhado. Estamos vendo o que está acontecendo no meio ambiente de Minas Gerais. Vocês são testemunhas do que aconteceu em Mariana. Nós temos 750 barragens em Minas Gerais de contenção de mineração, das quais 510 não têm um mínimo de controle. Quem disse isso foi um representante do governo na televisão. Temos isso gravado. Ele disse: “Não sabemos o que acontece. Das 750 barragens, temos o controle de pouco mais de 200”. Então, o que falta no Estado não são leis ambientais; o que falta no Estado é uma fiscalização ambiental.

Temos que apurar e aperfeiçoar isso mais, Marília, e esse projeto não atende a isso. Eu estive ontem à noite com o Dr. Apolo Heringer, numa reunião de mais de quatro horas. O Apolo falou: “Carlos, é um absurdo o que está acontecendo aqui em Minas Gerais”. Esse projeto precisa ter um controle social muito maior do que tem e veio para cá absolutamente sem um consenso dentro do próprio governo.

Quantas e quantas vezes vi o colega Sávio Souza Cruz – ou pelo menos ouvi dizer que o Sávio Souza Cruz estava em conflito com representantes do próprio governo? Existem problemas, e não queremos que outras tragédias ocorram por falta de fiscalização. Sou eu que não estou entendendo o porquê da pressa desse projeto. É como dizem lá no Norte de Minas: debaixo desse angu tem osso. Temos de ir fundo nesse projeto, deputado Agostinho Patrus Filho. Aliás, V. Exa. é presidente de uma das mais importantes comissões desta Casa, que é a Comissão das Barragens, e deve estar sofrendo, na carne, os problemas que está vendo como presidente. V. Exa. está presenciando todas as fragilidades. Aliás, V. Exa. pode ter certeza de que outras comissões serão criadas, porque não existe fiscalização. Nem o próprio governo sabe como as coisas em Minas acontecem no sistema de meio ambiente de Minas Gerais.

Então por que não votar os projetos dos funcionários, que já foram acordados? Posteriormente, partimos para fazer essa discussão. Aliás, quero usar do meu tempo para fazer uma discussão sobre esse projeto e detalhar os problemas que encontro. O acordo feito pelo deputado Gustavo Corrêa continuará valendo. Mas por que não identificar os problemas que estão acontecendo? Não entendo essa maneira açodada de votar da forma como o projeto está. O deputado Cássio Soares, que é o presidente da Comissão de Meio Ambiente, pode confirmar o que estou dizendo. Aliás, deputado Cássio Soares, a pedido de V. Exa. e a meu pedido também, teremos um assessoramento de ambientalistas do quilate de Apolo Heringer. Queremos que Minas seja um Estado que tenha as melhores leis ambientais, mas que também tenha fiscalização.

Resumindo, quantas e quantas vezes os representantes da Semad nos disseram que os projetos que chegavam ali ficavam parados durante seis anos por falta de técnicos para analisá-los? As coisas não estão corretas nem encaixadas. Se tiver de votar, vou votar porque me comprometi com o meu líder, mas farei isso incomodado. Não é possível que aqui, em Minas Gerais, estejamos diante de tragédias dessa natureza, mas agora temos a oportunidade, deputado João Magalhães, de discutir mais um pouco. Não vejo nenhum problema em fazer isso. O deputado Cristiano Silveira até veio aqui para dizer que estamos atrasando ainda mais, mas, se for para votar nas coxas, na calada da madrugada e da forma que está, digo que não podemos fazer isso. Aliás, deputado Cristiano Silveira, na nossa Comissão de Direitos Humanos, acabamos de enviar um requerimento ao presidente da Câmara Federal, que nada mais é do que um voto de repúdio à forma com que foram tratados os manifestantes de Mariana. Isso foi feito em nossa comissão.

Vemos as coisas pipocarem para tudo quanto é lado. Não existe consenso ou um denominador comum. Da orientação da nossa bancada, cuidamos nós. Vou votar com o meu líder, mas gostaria de dizer, alto e bom som para toda Minas Gerais, que esta Casa precisa de mais tempo, de mais espaço, de mais debates e de mais audiências para que possamos ter a nossa consciência tranquila para votar um projeto dessa natureza.

Aliás, o próprio governo não teve essa consciência. O próprio governo, deputado Dilzon Melo, enviou o projeto para cá, depois retirou o projeto, enviou emenda e retirou emenda, e depois vetou. Em seguida, tivemos de aprovar o veto. E agora ele está enviando esse projeto. Onde está a consciência e o consenso? Ali, nas galerias, existe consenso. Vocês estão lutando pela coisa mais sagrada que existe, que são os salários decentes e as condições de trabalho de um dos Poderes mais



respeitados do País, que é o Poder Judiciário, que não se faz só com a presença de juízes, mas também de servidores. Vocês têm o consenso da Casa.

Gostaria de terminar repetindo que, para o meio ambiente de Minas Gerais, não há consenso.

Não me sinto confortável para votar esse projeto da forma como está. Sinto-me confortável para votar o projeto dos servidores. Depois poderemos ampliar nossa discussão para hoje à tarde, amanhã, identificar os problemas e tentar corrigi-los. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães* – Rapidamente, presidente. Acho que os companheiros estão mal orientados, porque está sendo votado o Sisema. Está sendo votado um projeto do Sisema. Quando da votação do projeto no Plenário, alertamos que havia um vício de iniciativa ao se criarem três subsecretarias. Essa criação deveria ser de iniciativa do Executivo. O projeto foi votado do jeito que o governo pediu, e, quando o governo reconheceu que havia um erro, ele vetou. Foi acordado nesta Casa que manteríamos o veto e imediatamente votaríamos um projeto de lei recriando as três subsecretarias. Não estamos mudando nada do que já foi votado, só estamos restituindo ao texto as três subsecretarias.

No mais, presidente, acho que o nosso querido deputado Sargento Rodrigues fez algumas críticas não verdadeiras sobre o Sisema. Recebemos um projeto não muito redondo, mas fizemos grandes melhorias nele. Discordo também quando ele diz que a sociedade não foi ouvida. Foi sim. Fizemos uma audiência pública de quase 10 horas. Eu e o deputado Cássio ouvimos todos os setores – sociedade constituída, sindicatos, produtores, consumidores, enfim, todo mundo. Foram mais de 50 horas de audiências no gabinete do deputado Cássio. E, dali, compilamos tudo o que ouvimos. Atendemos, em parte, as reivindicações de todos os que as apresentaram. Alguma coisa foi incorporada ao relatório. Presidente, o relatório não foi o ideal, mas foi o possível. Acredito que o relatório atendeu as expectativas desta Casa, uma vez que foi votado quase por unanimidade; parece-me que houve 1 ou 2 votos contrários.

O PMDB não tem dificuldade em votar todas as matérias pautadas para o dia de hoje. Gostaríamos que fosse mantida a pauta inicial, uma vez que já foi acordado desde a semana passada que faríamos a inversão de pauta, e a fizemos ontem também. Mas, infelizmente, toda vez que se coloca o Sisema na pauta, que é uma coisa simples de ser votada, todos querem invertê-la e depois esvaziam a reunião. O PMDB mantém a pauta original para votar primeiramente o Sisema.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Presidente, o senhor nos chamou, mas estávamos em reunião na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Neste momento, comparecemos aqui para dizer aquele velho conceito matemático, que a ordem dos fatores não altera o produto. Então, se for para votar o Sisema primeiro, estaremos aqui para votá-lo; se for para votar o projeto do Tribunal de Justiça primeiro, estaremos aqui para votá-lo. O importante é as pessoas manifestarem sua posição. Não acredito nessa colocação de que a inversão de pauta vá prejudicar um ou outro projeto.

O que temos de fazer no Brasil, de forma geral, é votar as questões. Temos de fechar a pauta no País. Hoje as páginas policiais são a pauta do mundo político. O mundo político hoje são os escândalos. E a administração do País? E a administração do estado de Minas Gerais?

O que estamos vendo aqui é que esse processo de *impeachment* precisa realmente chegar ao fim – precisamos resolver isso até domingo –, pois o País está sem governo, e, ao mesmo tempo, os rolos não param. A confusão não para de ser alimentada. O secretário de Fazenda do estado de Minas Gerais quer, Sr. presidente, dar o cano na dívida pública interna. Os governadores estão indo ao STF para tentar não pagar os R\$340.000.000.000,00. De quem é esse dinheiro? Ele é da União? Não; a União não tem dinheiro. Ela foi ao mercado, lançou títulos da dívida pública desde 1998, pegou dinheiro de terceiros e emprestou aos estados. Então, dar o cano na União é dar o cano em mim, em tal empresa, no senhor e na senhora.

O STF, que não entende de matemática, deveria abrir concurso para economistas na assessoria dos ministros. Fica aquela máxima: quem não entende de matemática faz direito. Espera aí, a coisa não é por aí. E quem entende de matemática



faz engenharia. Não é por aí. O STF determinou que fossem aplicados juros simples depois de 20 anos de refinanciamento da dívida, que serão completados agora, em 2018. Quem empresta dinheiro por 20, 30 anos a juros simples no mundo? Em lugar nenhum, nem no Gabão. Na matemática financeira, há os juros compostos da Tabela Price, que é a tabela universal, e está lá no livro do J. Gitman, de matemática financeira, pelo qual estudamos. A Tabela Price é universal. O que o brasileiro faz é ser muito criativo e impor um limite. Goiás tinha um limite de 15%, e Minas tem um limite de 13%. Por quê? Porque o BEG estava quebrado. Em Goiás, Iris Rezende fez uma farra muito grande com o BEG. Quando foi acertar a dívida pública em 1998, havia a farra todinha do BEG, e Goiás estava muito endividada. Então, o limite de comprometimento da sua receita foi de 15%, e o de Minas foi de 13%, pois o nosso Estado era mais rico e maior. Como tratar os desiguais de forma isonômica? Vejo o direito português novamente maculando as coisas. Para tratar os desiguais, com a capacidade de endividamento do Estado, todo mundo terá de ter um desconto de 11,5%. Isso depois de quase 20 anos pactuado que o limite é de 13% para Minas e de 11,55% para Goiás. O Brasil não é um país sério. Mexer em dívida acertada depois de se estar pagando por quase 20 anos é um absurdo.

E há outra questão: se forem aplicados juros simples para cobrar a dívida dos estados, sumirão R\$342.000.000.000,00. Isso quebra o sistema financeiro brasileiro. A dívida dos estados é de meio trilhão, ou seja, ela é do mesmo tamanho da dívida da Petrobras. Os 26 estados devem o mesmo que a Petrobras deve, ou seja, meio trilhão. Aplicando juros simples, essa dívida cairia R\$340.000.000.000,00. De onde será tirado esse dinheiro para devolver às aplicações financeiras em letras do Tesouro? Isso é um absurdo.

O secretário deu uma entrevista ao *Valor Econômico*. Isso é um desespero. O Brasil está sem governo. Lá o advogado-geral da União não vai ao STF, a não ser que seja para tratar de *impeachment*. O presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda não vão lá para orientar os ministros a respeito do absurdo desse problema da dívida dos estados. Os estados gastaram o dinheiro e farream, mas não querem pagar à União e vão quebrar o País? E o dinheiro que os estados pegaram era da D. Maria e do Sr. Joaquim, no sistema financeiro. Eles pegaram esse dinheiro da Nestlé, da Ford e das empresas nacionais, pois são as que aplicam no mercado financeiro em letras de Crédito do Tesouro. Como darão o cano nelas? Assim, elas não pagarão os trabalhadores, pois ficarão sem dinheiro. O que vemos é uma loucura.

O País está sem governo. O secretário do Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central deveriam ir lá para explicar isso aos ministros. Eles deveriam mandar seus técnicos para falar com os técnicos dos ministros, mas só falam em *impeachment*, em liberação de recursos e em comprar deputados, e nunca saímos dessa pauta. O País não tem rumo e não tem projetos para sabermos aonde vamos. Eles não falam em reforma e em resolver os problemas; eles só falam em rolo.

Sr. presidente, por falar em rolo, estou preocupado, pois recebi a notícia de que a Codemig, empresa estatal mineira, comprou um banco de investimento do Banco Mercantil, de uma família tradicional de Minas Gerais, por R\$146.000.000,00. Ela fez um investimento no Mercantil Investimentos de R\$146.000.000,00. Foram postos no banco de investimento do Mercantil R\$146.000.000,00 na calada da noite. Para que isso? E ainda ficou com minoria na decisão do dinheiro. Esse negócio é suspeito? É mais uma confusão.

Para mim, cheira a mais uma confusão, a mais um caso de Ministério Público amanhã, a mais um caso de polícia, a mais um caso de investigação, a mais um caso de propina, mais um caso de prisão, mais um caso de condenação, mais um caso de desvio. Não dá, gente! É preciso fazer a licitação. Se a Codemig é pública, ela tinha que chamar o BDMG, o Banco Mercantil e todos os bancos de investimento e falar assim: "Estamos abrindo um crédito de R\$146.000.000,00 destinados ao financiamento de empresas em Minas Gerais com liquidez, com eficiência, com necessidade de capital de giro assim, assim, assado, que tenha tais e tais índices, que possam ser feitos dessa forma". Ela deveria montar esse edital de licitação e colocar no mercado para saber qual banco vai pegar esses R\$146.000.000,00. Aliás, sugiro que repassem isso ao BDMG, que é outro banco estatal.



Então, isso está nebuloso, está estranho, está escuro e cheira a mais confusão. Parece que não sai nunca das confusões. Num dia está se indiciando o governador; no outro, outra confusão. E o País? Quando vamos administrar o Estado? Quando vamos enfrentar o problema tributário, o problema da previdência, as relações sociais do trabalho no Brasil? Quando faremos a reforma tributária? Quando discutiremos os assuntos, aquilo de que o Brasil precisa? Quando os parlamentos tomarão a frente disso junto com os governos? Estamos numa nau sem governo, aqui em Minas, com todas essas denúncias de corrupção, de indiciamento e, no governo federal, o *impeachment*. As coisas não andam. Isso nos deixa chateados, deprimidos, frustrados. É cada loucura, cada insanidade, como esse problema da dívida pública dos estados, que nos deixa extremamente preocupados com o futuro de Minas e do Brasil.

Então, nós, políticos, temos que ter rumo, temos que ter projeto para o País e discutir isso. Vamos votar o Sisema, vamos votar o reajuste dos servidores da Justiça, da Assembleia e de todas as categorias, que é a nossa obrigação, e ver se Deus ajuda os políticos a termos uma pauta efetiva, produtiva, que tire o Brasil do fundo do poço, que tire o Brasil desse trem descarrilhado com uma ponte quebrada lá na frente, ameaçando cair no precipício. Antes de o trem passar, temos que reconstruir a ponte para que ele passe para o outro lado do despenhadeiro e não caia na vala comum de uma Nação que tinha tudo para ser uma grande nação e que vai ser a Nação de um povo pequeno, sem futuro, sem rumo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Deiró Marra.

O deputado Deiró Marra* – Sr. Presidente, demais colegas, não vamos nos desvirtuar, vamos falar exatamente sobre o projeto. Tivemos a oportunidade de conversar com o nosso secretário Sávio Souza Cruz sobre um investimento relevante para Minas em parceria com a Alcoa e com a Trade Energy para a construção de uma usina termoelétrica. Cito esse exemplo para falar sobre as questões do projeto e da necessidade de aprová-lo. Em um investimento de mais de R\$2.000.000.000,00, em Pouso Alegre e em Poços de Caldas, numa parceria da Alcoa, a licença demorou um ano e meio. Um ano e meio para se expedir uma simples licença prévia para fazer o apontamento daquilo que o investidor faria em parceria com a Alcoa. Aliás, estávamos lá com o projeto para a utilização do gás, que hoje a Gasmig tem de sobra porque não foi aproveitado na fábrica em Uberaba. São projetos para desenvolver Minas que o sistema como um todo, que essa questão ambiental tem segurado, tem travado.

Não vou jogar a culpa, como alguns colegas fazem, em cima do atual governo ou até de governos passados. A lei que está aí é essa. Então, precisamos ter coragem de mudar, presidente; os empresários não fazem as coisas porque não têm condições de fazê-las em função da lei. Temos de mudar a lei, e não ficar dizendo que temos de mudar governo, trocar governo. Temos de ter a coragem de fazer isso. Quem tem capital para investir é o empresário, mas nenhum empresário investe sem ter lucro. De nada adianta essa demagogia de vir aqui dizer que o governo estoura barragens, que faz isso e aquilo. Vamos ser sinceros. A barragem não foi feita no atual governo, a barragem foi fiscalizada nos governos passados, da mesma forma como foi neste.

Então, se há problemas nas leis, precisamos ter coragem de mudá-las. Digo isso porque três grandes grupos de empresários do Paraná e de São Paulo querem investir em Minas. Eles têm conversado constantemente sobre as dificuldades ambientais do Estado. Em outros estados não existem as dificuldades que encontramos aqui. Agora, vem um projeto de lei. Não vou dizer que seja o melhor, mas é o que temos hoje em mãos. Apesar disso, ficamos protelando, protelando. Quem sofre com isso são os empresários, os produtores rurais, os mineiros, que não recebem os investimentos. Vamos ter a oportunidade de anunciar com o governador Fernando Pimentel o grande investimento que será feito em Poços de Caldas, a construção da termoelétrica em parceria com a Alcoa. Isso somente está sendo possível porque, graças a Deus, o secretário Sávio Souza Cruz, o secretário Odair Cunha e até o deputado Ulysses Gomes, secretário desta Casa, entraram para tentar ajudar, acelerar os processos, porque não são poucos os problemas ambientais.

Em Minas precisamos de mudanças, precisamos ter a clareza de que ninguém vai investir dinheiro aqui se não houver as condições mínimas para que isso seja feito. Vou citar alguns exemplos. Na Via 040 era necessário cortar algumas árvores.



Foi preciso enfrentar burocracia, impedimentos, questionamentos. Quando temos a possibilidade, presidente, de avançar com um projeto, ficamos patinando, patinando. Quem perde são as pessoas. Não estou dizendo que o projeto é perfeito, não estou dizendo que esse remendo da lei, como foi bem dito aqui, é perfeito, mas é o que podemos fazer agora; o mínimo que podemos fazer é isso. Os colegas sabem que uso raramente o microfone nesta Casa, porque tenho interesse em trabalhar, tenho mais interesse em fazer do que em defender ideias. Hoje eu não podia me calar, presidente, porque temos visto diuturnamente bons empresários, bons produtores rurais, boas empresas desistirem dos investimentos, porque as nossas leis não atendem, não conciliam os investimentos com a magnitude da questão ambiental.

Gostaria de dizer isso de forma muito clara, muito concisa. Não vou tecer comentários sobre outros assuntos, quero falar sobre o projeto em pauta, ou seja, a questão do Sisema. Temos a consciência de que devemos avançar com esse projeto, levar o mínimo desse projeto adiante. Faço isso com tranquilidade, porque o melhor que podíamos fazer agora está sendo feito. Isso não impede nem vai impedir nunca que sejam discutidos aprimoramentos e avanços, que poderão ser colocados nesse projeto. Esperamos que, com isso, possamos avançar, encerrar a discussão e votar o projeto. Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Não vou levar muito tempo, Sr. Presidente, acho que o Deiró colocou da forma certa. Temos de votar o que está aí. Acredito na boa intenção do deputado Sávio Souza Cruz, secretário; acho que temos de levar os avanços. E gostaria, Sr. Presidente, para antecipar, de fazer a minha inscrição para declaração de voto. Não vou usar o tempo agora, acho que temos de votar o projeto na parte da manhã. Mas, para a declaração de voto, já gostaria de me inscrever.

Preocupam-me os acontecimentos a partir da próxima segunda-feira, ocasião em que, com certeza, teremos outro presidente da República. E não adianta, na minha opinião, mudar Dilma, Temer, se não for mudada a politicagem no Brasil, se não acabarem as emendas partidárias, se não acabar o número de partidos que há, Sr. Presidente, e se não fizermos um Brasil novo, se não passarmos o Brasil a limpo. Caso contrário, vai continuar a mesma coisa. Já vi Collor saindo, e estou vendo agora as malas prontas da Dilma com a nova aeronave “PT rua” que ela adquiriu. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Wander Borges.

O deputado Wander Borges* – Sr. Presidente, demais deputados, venho a esta tribuna simplesmente para dizer o seguinte: vira e mexe, estamos fazendo diversos acordos para votação, mas, nos últimos dias, os acordos não foram cumpridos. E, olhem, ontem eu não tive oportunidade de usar esta tribuna, respeitando o pedido do próprio presidente, já que se encerrava às 10 horas até com possibilidade de haver o encerramento da reunião da parte da tarde, o que aconteceu. Infelizmente, com todo o respeito, algumas pessoas aqui não usam a verdade. Esse é um ato que precisa ser modificado no contexto político.

No dia 13 – quero relembrar aqui –, no dia 13 houve uma manifestação em diversos locais do País a favor de não haver *impeachment*. Vou entrar no assunto diretamente. Na terça-feira, essas galerias estavam lotadas de gente que veio aqui, porque disseram para eles – e uma amiga minha me perguntou – que iríamos votar os projetos da educação. Eu disse: “Não, porque há quatro vetos do governador trancando a pauta e uma emenda que foi enviada pelo Sr. governador do Estado, que, se acatada, faria a devolução do projeto à comissão, atrasando mais ainda a sua votação”. O que acabou ocorrendo? Um atraso permanente. E nós fomos feitos, com todo o respeito, de idiotas.

As pessoas precisam ter mais responsabilidade com a coisa pública. O País hoje está tão complexo que se confunde partido político com sindicato, sindicato com partido. Como disse o deputado Alencar, o Brasil precisa ser passado a limpo. Agora imaginem se toda vez que um colega usar a tribuna para jogar para a galeria – “está bem, daqui a pouquinho” –, este país precisar de mediador. O deputado Lerin fala uma coisa, o deputado Wander fala outra, e ninguém sabe o que é certo ou errado, e aí vêm alguns argumentos de que o projeto tem de ser votado dessa forma. Não necessariamente.



Nós estamos no Parlamento. O Parlamento é local de discussão, de entendimento, de busca de propostas melhores para quê?

Quando o governo do Estado, a prefeitura e o próprio governo federal elaboram um projeto de lei, o que esse projeto quer dizer? Um conjunto de ideias patrocinadas por diversos executivos naquela área que vem ao Parlamento para receber as emendas necessárias de aprimoramento do que nós, como parlamentares, representamos. É isso que entendo ser parlamentar, ou então vamos ter uma assembleia homologativa, tudo o que vier será homologado. O pior servidor parlamentar é aquele que não faz a grande discussão, seja nas comissões, seja no Plenário, seja nos corredores e, às vezes, induz a um projeto de lei que pode trazer consequências dramáticas, drásticas para o conjunto da sociedade. Então nós precisamos fazer a discussão de todos os projetos.

Ninguém aqui discorda dos projetos da pauta, pelo contrário. Aqui muitos projetos já foram discutidos: um passou pela Comissão de Constituição e Justiça; outro pela Comissão de Meio Ambiente; outro pela Comissão de Administração Pública; enfim, audiência pública, discussão com a sociedade civil, com os que entendem da questão. Por quê? É preciso buscar o aprimoramento da questão pública.

Vi aqui o requerimento do deputado Lafayette de Andrada, e nada mudou para mim, entendeu? Tudo bem, vamos fazer a inversão, por que não? Para mim não muda nada, sabe por quê? Eu estou todos os dias aqui; inclusive, no dia em que colocaram o meu nome na listinha lá, eu estava em Governador Valadares cumprindo agenda oficial da Assembleia Legislativa, assim como alguns companheiros nossos estavam cumprindo audiência pública externa.

Não é assim que se constrói democracia, não é assim que se constrói participação popular, não é assim que se constrói um País soberano. As inverdades, a falta de responsabilidade com a coisa pública estão nos levando a esse caos tremendo que aí está, deputado Gilberto Abramo. Esse caos existe por falta de responsabilidade.

Meus companheiros e amigos, que legado estamos deixando às futuras gerações? Nós temos aqui um grupo de deputados extremamente heterogêneo, de diversas idades. Alguns são jovens, outros já passaram do Estatuto do Idoso, mas todos têm o sentimento de servir. E, quando sairmos desta para outra, seremos lembrados pelas nossas ações. E que ações são essas? Jovens e adolescentes vão à televisão; universitários do primeiro ano de direito da UFMG vêm nos visitar e veem essa coisa como um todo. Tem de haver correção, mas também temos de dizer que representamos um percentual da sociedade. Portanto, tem de haver mudanças. Será que chegaremos ao ponto de dizer que temos de reinventar o ser humano? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado João Leite – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procedese à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, gostaria que computasse meu voto “sim”, pois não está sendo reconhecido meu nome nem a votação.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 18 deputados; votaram “não” 33 deputados; totalizando 51 votos. Está ratificada a rejeição do requerimento. Com a rejeição do requerimento do deputado Lafayette de Andrada, fica prejudicado o requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.174/2016 seja apreciado em último lugar. A presidência, nos termos do inciso II do art. 173, c/c o art. 247, do



Regimento Interno, informa ao Plenário que deixa de receber requerimento do deputado Sargento Rodrigues, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.174/2016.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.174/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.972, de 21/11/2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, em que pese a dispor, Sr. Presidente, de 30 minutos, seremos breve, não faremos aqui a discussão na sua totalidade. Quero aqui pedir, especialmente aos deputados que compõem o bloco de oposição, o voto “não” a esse projeto. Até por que o governo, mais uma vez, tenta empurrar goela abaixo o projeto em regime de urgência. O governador Fernando Pimentel especializou-se em aportar, nesta Casa, projetos em regime de urgência, deputado João Leite. A única coisa que o Pimentel faz nesta Casa é encaminhar projeto em regime de urgência. Mas não é só isso, o governador tem sofrido cada vez mais derrotas na sua administração, diga-se de passagem, péssima administração.

Assisti aqui ao deputado Rogério Correia dizer que o governo Pimentel pagou a metade do reajuste dos servidores da Educação. Primeiro, deputado Rogério Correia, Pimentel não fez favor. Talvez V. Exa. não saiba, mas existe a Lei nº 19.576/2011, aprovada em junho de 2011, prevendo as parcelas desse reajuste. Quando o desgoverno de V. Exa. assumiu, já existia essa lei. Pimentel apenas cumpriu a lei, pagando apenas uma parcela em abril de 2015. O que V. Exa. chamou de metade, se resume a 15%, em abril de 2015.

Queria ver V. Exa., deputado Rogério Correia, falar aqui que Pimentel organizou a segurança pública, pois Pimentel abandonou a segurança pública. Deputado João Leite, Pimentel abandonou a segurança pública deste estado. De que forma? Comparando os exercícios de 2014, governo anterior, com 2015, ele retirou R\$98.000.000,00 do custeio da Polícia Militar. Deputado Rogério Correia, essa é a diferença do exercício de 2014 para 2015.

Sabe o que está acontecendo, deputada Arlete Magalhães? O jornal *O Tempo*, do dia 2 de abril, mostrou que, só em Belo Horizonte, os roubos cresceram 40,6%. Estamos falando de roubo, que é o tipo penal em que o criminoso usa de violência ou grave ameaça. E sei que V. Exa. tem muitos votos em Belo Horizonte. No Estado, o aumento foi de 32,9%, fruto do desgoverno de Fernando Pimentel, do PT. E o deputado Rogério Correia dizia que melhorou a segurança pública. Deputado, não faça isso comigo, senão terei de pegar o diploma de especialista em segurança pública, da UFMG, e jogá-lo na lata de lixo.

Deputado João Leite, na Polícia Civil não é diferente. Mas para todo lado que se olha, há uma desorganização do serviço público sob a administração pública de Fernando Pimentel. A Polícia Civil recebeu, na rubrica de investimentos, R\$33.000.000,00 em 2014; neste ano de 2016, foram praticamente 10% desse montante, R\$4.000.000,00 investidos na Polícia Civil. E a população está sofrendo porque a PM não tem viaturas para ir às ruas. Eu e o deputado João Leite, que é vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e muito nos ajuda na comissão, visitamos a 6ª Companhia do 1º Batalhão. E lá, das 22 viaturas da frota disponível, só havia 11 funcionando, ou seja, 50%. Onde está o diagnóstico? Os quase R\$100.000.000,00 de custeio que Fernando Pimentel, do PT, retirou da segurança pública dos mineiros.

Então você, o cidadão, a senhora, o senhor, o trabalhador – estou falando do trabalhador de verdade, aquele que sua camisa, que se levanta cedo –, estão nos acompanhando, neste momento, e vendo os índices de criminalidade aumentar porque o governador Pimentel, do PT, deixou em frangalhos a segurança pública.

Mas não é só a verba, não, deputado João Leite, porque a Secretaria de Defesa Social está completamente esfacelada. O secretário de Defesa Social pediu contas, foi embora, não aguentou. Ele dizia que não havia tinta na caneta para administrar. A tradução do secretário Bernardo Santana para a expressão “tinta na caneta” eram recursos que o governo não aportava. O chefe da Polícia Civil, Dr. *Wanderson Gomes*, foi retirado – um policial competente. E o nosso combativo promotor



de justiça *Antônio de Padova Marchi* Junior, que era subsecretário de Administração Prisional? Correram com ele de lá também. O PT esraçalhou a segurança pública. Três subsecretários de Administração Prisional já passaram por lá, e nada. Acabou, está em frangalhos.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Acompanhei V. Exa. na visita à 6ª Companhia, que cuida de todo o hipercentro de Belo Horizonte. E uma coisa que me chamou a atenção, além da precariedade da infraestrutura, foi o local em que dormem os policiais. O alojamento dos policiais é uma vergonha! Os policiais militares, as policiais femininas têm de dormir, descansar, entre os turnos de trabalho, num local em que os banheiros são terríveis. Nem as nossas cadeias são tão ruins como os alojamentos dos nossos policiais.

Por fim, deputado Sargento Rodrigues, queria me solidarizar com o líder deputado Vanderlei Miranda. O deputado Vanderlei Miranda foi alvo de um ataque lamentável. Ele votou a favor da educação, a favor dos professores, orientou a bancada do PMDB a votar favoravelmente. E, ontem, o deputado reclamou, porque está fora daquela lista apócrifa, distribuída em todo o Estado para assassinar a reputação dos deputados. Ontem o deputado Vanderlei Miranda foi atacado de maneira violenta nas redes sociais, a reputação dele foi colocada em xeque. Deputado Vanderlei Miranda, meu irmão, quero solidarizar-me com V. Exa., com sua família, com sua esposa, nossa irmã Fátima, tão querida. Quero lamentar por seus filhos, seus netos, seu partido, o PMDB, que, espero, fique do seu lado neste momento. Não é aceitável o que fizeram com o deputado, com a família dele. O mínimo de que chamaram o deputado Vanderlei Miranda foi de fascista, essa linguagem porca, essa linguagem inaceitável para tratar as pessoas. Um homem de família, um homem sério, presente permanentemente neste Plenário. Depois foi chamado de golpista, que é outra linguagem que eles sabem utilizar contra as pessoas. Ontem foi a tentativa de assassinar a reputação de um homem que tem servido à população de Minas Gerais.

Deputado Vanderlei Miranda, receba minha solidariedade. Senti pelo irmão, pela sua família, que conheço, senti pelos seus netos. Não se faz isso com um ser humano, ainda mais com alguém como o deputado Vanderlei Miranda. Espero a voz do PMDB em defesa do deputado Vanderlei Miranda. Espero a voz desta Casa, da Mesa da Assembleia Legislativa, em favor dele. Ele foi atacado por um sindicato, por uma central única de trabalhadores que não merece o respeito desta Casa, que vem aqui achincalhar deputados, e agora colocaram um deputado na rede, acabando com a reputação dele. Espero que esta Casa se manifeste e que sejam tomadas as providências contra essas pessoas que achincalharam o nome de um parlamentar da Assembleia Legislativa. Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado João Leite. Corroboro as falas de V. Exa., minha solidariedade ao deputado Vanderlei Miranda. Eu diria que a forma como ele foi atacado foi muito além de desrespeitosa, até porque V. Exa. votou o projeto em 1º e 2º turnos e havia toda a articulação. V. Exa. é líder da Maioria e estava também ajudando a fazer o entendimento.

Quero aproveitar, presidente, para informar ao ilustre deputado Durval Ângelo que um requerimento nosso foi derrotado na Comissão de Direitos Humanos, e o objetivo era ouvir aqui o Sgt. Lucas Afonso e a esposa dele. Sei que V. Exa. não estava, é porque V. Exa. veio à tribuna dizendo que não seria viável trazer o sargento porque havia provas contundentes contra ele. Eu disse: “Durval, a questão não é mérito, foi a forma como foi feito. O Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini violou gravemente a Constituição da República, o estatuto e a Constituição do Estado quando aplicou uma punição antes do devido processo legal”. Mas, para nossa felicidade, deputado Durval Ângelo, ainda há justiça no Brasil, e em Minas Gerais há desembargadores corajosos, que fazem a lei ser cumprida. Olhe aqui a decisão do ilustre desembargador, deputado Durval Ângelo, exatamente na linha que eu havia dito a V. Exa., e a Comissão de Direitos Humanos derrotou o nosso requerimento. Deputado Gilberto Abramo, nada melhor que um dia após o outro.

Não vou fazer a leitura de toda a decisão, mas vamos ao ponto que interessa. “O impetrante” - que é o sargento da Polícia Militar - “alega que é policial militar do Estado de Minas Gerais, tendo ingressado na corporação em 2002, estando atualmente na graduação de 3º-sargento na cidade de Uberaba, que, em razão de áudio transmitido por via do WhatsApp, de suposta autoria do autor, contendo palavras de baixo calão proferidas em desfavor do comandante-geral, foi transferido



sumariamente para a cidade de Muriaé; que possui ficha profissional exemplar, com conceito A-50, diversas notas meritórias, medalha de mérito militar e várias condecorações como destaque operacional; que havendo denúncia, suspeita de desvio de conduta, deveria o comando da instituição instaurar o respectivo processo administrativo, oportunizando a ampla defesa e o contraditório e, ao final, caso restasse devidamente comprovada a prática de infração, poder-se-ia falar em punição, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade; que sua transferência teve como fundamento legal a conveniência da disciplina, ou seja, o suposto cometimento de transgressão disciplinar; que o ato impugnado lhe trará vários prejuízos, pois não receberá a ajuda de custo na movimentação por conta da modalidade de transferência; que é princípio basilar no Estado Democrático de Direito...”. Vou repetir: “Que é princípio basilar no Estado Democrático de Direito que todo e qualquer cidadão tem direito indisponível à ampla defesa e ao contraditório; que o ato de transferência é ilegal, eis que não foi instaurado processo administrativo; que possui direito líquido e certo de ver anulada a transferência por conveniência da disciplina promovida pelo requerido, pois essa não observou os requisitos legais do ato; que os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora* – ou melhor, da fumaça do bom direito e do perigo na demora - “encontram-se presentes. Com esses argumentos, requer, liminarmente, sejam sobrestados os efeitos do seu ato de transferência, permanecendo lotado na cidade de Uberaba até o julgamento final da lide e, ao final, seja concedida a segurança pleiteada”.

Ou seja, o desembargador disse: “Cel. Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar, o senhor não é dono da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. O senhor não pode fazer o que bem entender no processo administrativo. O senhor tem que respeitar o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório”. E era isso que eu também estava propondo ao sargento, deputado Dilzon, na Comissão de Direitos Humanos, que derrotou o requerimento para lhe dar a ampla defesa e o contraditório. Está aqui a resposta do Poder Judiciário. E sabem quem é o Poder Judiciário? Aquele que fala por último, que dá a decisão final. O sargento foi massacrado pelo Cel. Bianchini, foi transferido de Uberaba para Muriaé, a 800km de sua casa.

Mas não bastasse isso, deputado Durval Ângelo, o comandante-geral, com o suposto argumento de estar em visita na região de Uberaba, teve a ousadia de adentrar o local de trabalho da esposa do sargento e constrangê-la pessoalmente, cercado de um *staff* enorme de oficiais ao seu redor. Constrangeu a esposa do sargento. Olha, Cel. Bianchini, é uma pena muito grande que talvez o sargento não estivesse lá para ver o constrangimento pelo qual passava sua esposa querendo se desculpar por um ato de covardia e de atrocidade que praticou com o subordinado. Sabe por que, deputado Dilzon?

Imaginemos, hipoteticamente, deputado Durval Ângelo, que o sargento seja o autor das ofensas. Qual seria o dever do comandante? Abrir um processo administrativo, designar um oficial sindicante, ouvir o sargento, as partes, juntar provas para os autos e aí, sim, ao final, o seu superior imediato promoveria a punição. Mas não: preferiu a caneta, preferiu punir o ofendido, punir o ofensor, preferiu fazer ele a vontade própria. Graças a Deus que lá, no Tribunal de Justiça, há desembargadores independentes, sérios e honrados para estancar um ato de covardia praticado pelo comandante-geral da Polícia Militar, que não teve, deputado Dilzon, a decência de determinar a abertura de um processo administrativo e seguir o curso normal do que a lei determina.

“Eu sou a lei, eu sou o comandante, eu sou o dono do quartel”; foi assim que ele fez quando praticou esse ato. E quando aportamos o requerimento na Comissão de Direitos Humanos, o deputado Cristiano Silveira, presidente da comissão, tentou de todas as formas dizer que havia outros meios para fazer o encaminhamento, que não era necessário ouvir o sargento e a esposa dele. E aí impuseram a derrota ao requerimento. Mas, para a nossa alegria, além de o desembargador ter proferido a liminar e falado: “Volte para a sua cidade e fique lá até o julgamento final da lide”, já aprovamos outro requerimento na Comissão de Segurança Pública. Aí sim, teremos condições agora, deputado Dalmo, de ouvir o Sgt. Lucas Afonso.

O que o desembargador falou aqui, deputado Dalmo, é o que qualquer advogado que acabou de pegar sua carteira da OAB sabe de cor e salteado. Já imaginaram se o Fernando Pimentel, que está indiciado em cinco crimes pela Polícia Federal, indiciado formalmente, sofresse uma tentativa de retirada? Vamos enxotá-lo de lá? Não. E por que não? Porque a Constituição do Estado e a da República não permitem. Esse, sim, foi submetido a inquérito policial, esse está indiciado formalmente pela Polícia Federal em crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução passiva, falsidade ideológica eleitoral e



tráfico de influências. Mas nós vamos tirá-lo na marra? Não. Por quê? Porque a lei não determina. Mas daqui a pouco sim, viu, deputado Lafayette de Andrada? O art. 92, § 1º, da Constituição do Estado diz o seguinte: “O STJ, ao receber a denúncia, está automaticamente suspenso”. Aqui se cumpre a lei. O outro lado é a parte mais fraca, e não se cumpre a lei. Eu espero que o senhor comandante-geral da Polícia Militar... O mesmo que não paga as diárias para os seus subordinados, é o mesmo que enche o bolso de diárias, que só de diárias recebeu no ano passado, em 10 meses, R\$65.224,00. Este ano já recebeu R\$20.000,00 em diárias. Esse é o mesmo comandante-geral que não paga as diárias dos policiais do Batalhão de Choque.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, serei muito breve, mas quero aqui me solidarizar com o deputado Vanderlei Miranda. Foram postadas nas redes sociais, por uma líder sindical, palavras ofensivas à honra do deputado Vanderlei Miranda. Quero aqui dar o meu testemunho de que o deputado Vanderlei Miranda é um homem que prega a união, a serenidade, que honra sua família e não merecia ter sido ofendido como foi. Chamaram-no de fascista, disseram que prega intervenção e criminalização de organizações populares. Nem vou ler aqui porque realmente acho muito baixo o que foi postado nas redes sociais. Espero que o PMDB solte uma nota em solidariedade ao deputado Vanderlei Miranda. Acho que a Assembleia Legislativa deveria fazer o mesmo, porque efetivamente não é esse o campo de disputa de que o deputado Vanderlei Miranda se utiliza. Esta Assembleia é uma Casa de debates, de disputas ideológicas, partidárias e políticas e é compreensível que em muitos momentos haja aqui até discussões acaloradas, mas, abaixar o nível, fazer esse tipo de comentário desonroso, desairoso? Esse não é efetivamente o estilo do deputado Vanderlei Miranda e de nenhum de nós, deputados que homenageamos a democracia, o bom debate, as boas discussões.

Quero, deputado Vanderlei Miranda, levar a V. Exa. a minha solidariedade nesse momento. Quero conclamar o seu partido, o PMDB, a fazer o mesmo. O deputado Vanderlei Miranda é o líder da Maioria nesta Casa, e se é o líder da Maioria é porque tem atributos para isso, foi considerado pelos seus colegas como uma pessoa que merece esse destaque. Minha solidariedade, deputado Vanderlei Miranda. Não é assim que se faz a boa política que, como diziam os antigos, é filha da moral e da razão. Obrigado, presidente. Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – Também quero me solidarizar com o deputado Vanderlei Miranda porque a democracia não se faz por aí. Ele votou a favor dos professores, mas essas considerações são ideológicas e não servem para atingir a democracia. Aliás, ele foi um eficiente, prudente e rápido relator, mas isso não atinge o bom cerne da democracia porque são considerações ideológicas sindicalistas. Aliás, sobre o que ela disse a V. Exa., sei que o pessoal do Sind-UTE pensa de mim também a vida inteira. Na verdade, não concordo com várias coisas que pregam, e eles sempre rotulam as pessoas com as quais não concordam. A esquerda tem mania de fazer isso. Todos que pensam diferente deles são rotulados. Antigamente rotulavam como os paladinos da moral, da honestidade, da transparência e do direito. Foi assim o nascedouro do PT, dos seus petistas, dos seus subespaços, das suas infiltrações e dos seus braços políticos, por exemplo, o sindicalismo e as comunidades de base. Foi assim que ocuparam tudo para chegar onde chegaram e montar essa roubalheira e fazer essa destruição no País.

É uma pouca-vergonha. Quem são esses que lambem a botina desses petistas para acusar o deputado Vanderlei Miranda? Não esquenta com isso não, deputado Vanderlei Miranda. Se tivessem falado isso de mim, como já falaram muitas vezes, entraria por aqui e sairia por ali. Os meus eleitores me conhecem e sabem do meu trabalho, assim como também sabem que sempre os enfrentei. Sou favorável aos professores e, para ser favorável à educação e aos professores, deputado Sargento Rodrigues, não preciso estar filiado a sindicato nenhum. Precisamos sentir isso no nosso coração. Estudei na Escola Estadual de Uberlândia, estudei no Museu, da 5ª série ao 3º ano do colegial. Devo a essa escola o que sou. Então é por ela e pelos professores que me educaram e ensinaram e que hoje estão aposentados que tenho de trabalhar e lutar, e não porque sou ou não filiado a um sindicato por uma carteirinha. Não basta ter uma estrela no peito ou uma ideologia esquerdista e comunista na cabeça. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. O meu voto ao projeto é “não”.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Sargento Rodrigues.

O deputado Paulo Lamac – Presidente, meu voto “sim”, por favor.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Noraldino Júnior – Meu voto “sim”, presidente.

O deputado Vanderlei Miranda – Voto “sim”.

O deputado Antônio Jorge – Voto “sim”.

O deputado Leonídio Bouças – Voto “sim”.

O deputado João Alberto – “Sim”, Sr. Presidente.

O deputado Luiz Humberto Carneiro – Voto “sim”.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, Cristiano Silveira, “sim”.

O deputado Isauro Calais – Isauro Calais, “sim”.

O deputado Cássio Soares – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 54 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo –



Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Meu voto é “sim”.

A deputada Marília Campos – “Sim”.

O deputado Fábio Cherem – Presidente, Fábio Cherem vota “sim”.

O deputado Sargento Rodrigues – Voto “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Mais o meu voto, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.231/2016 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.453/2016, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo



Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sim, presidente.

A deputada Marília Campos – Voto “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 59 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.453/2016 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, dos desembargadores Maurício Torres Soares, presidente da Amagis, e Alberto Diniz.

Declaração de Voto

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. presidente, esta Casa chega a uma hora de expectativa de todos os brasileiros. Votamos hoje, favoravelmente, sabendo que a justiça está sendo feita em Brasília pelo povo brasileiro, que foi às urnas pela segunda vez. Na primeira vez, foi para a retirada do Fernando Collor de Melo. Naquela época, eu era vereador de Belo Horizonte. Pensávamos que estivessemos fazendo o certo de passar o Brasil. Agora, a presidente Dilma já deve estar arrumando as suas malas. Não tenho dúvida nenhuma de que ela já está com as malas prontas para sair de Brasília, e teremos um novo governo. Sr. presidente, estou preocupado, pois, a partir de segunda-feira, teremos a oposição do PT. A convivência entre PMDB e PT ficará muito ruim até mesmo nesta Casa. Está na hora de pedirmos juízo a todos os políticos. Estamos retirando uma presidente da República e poremos outro, mas a politicagem no Brasil continuará a mesma. Há um ano, dizíamos que, se não mudássemos os costumes dos políticos brasileiros e a realidade da política brasileira, a politicagem, principalmente em Brasília, com denúncias e denúncias chegando em relação às emendas distribuídas e à venda de emendas nas cidades, continuaria. Um deputado apresenta uma obra a uma cidade, entrega parte do recurso e fica com 50%, valor que coloca no próprio bolso. Ele acerta com a empreiteira, que dá 20% ao prefeito. E o prefeito acerta com a câmara municipal, e a obra de R\$10.000.000,00 é feita por R\$1.000.000,00, demora de seis meses a um ano e tem de ser iniciada de novo. Se o Brasil não passar isso a limpo agora e se o deputado não começar a legislar e a fiscalizar, nossos filhos ouvirão as mesmas coisas daqui a 10, 15, 20 anos. Nós, políticos, não podemos aceitar isso. A classe está degastada. Há 20 anos, subi a esta tribuna e pedi a criação da TV Assembleia, para mostrar a transparência do Poder Legislativo, que já sofria desgaste. Contávamos o que realmente fazíamos aqui dentro. A televisão veio, o trabalho parlamentar melhorou, a discussão ficou mais acalorada, mas o papel do deputado ainda deixa a desejar. O deputado é eleito para legislar e fiscalizar. Aqui também temos as emendas parlamentares e as benesses do governo. A bancada do governo recebe mais do que a bancada da oposição. Isso sempre aconteceu aqui. Na hora de votar, que aperta, chamam a bancada da oposição e dizem: “Vocês também terão um *plus*”. Isso tem de mudar, minha gente! Se não mudarmos o Brasil agora, no futuro nossos filhos é que vão pagar. Então, a partir de segunda-feira, teremos um novo presidente da República. Com certeza, estarei em Brasília acompanhando a votação, Sr. Presidente. Não adianta mais ter o número de partidos políticos que temos. Temos de acabar com esses partidinhos políticos em que as pessoas entram para se eleger e acabam sendo líderes de si mesmas. Um país sério não tem o número de partidos que temos, presidente; um país sério tem eleições unificadas. Então, isso tem que acabar. Temos que unificar as eleições neste País, e acho que a hora é agora. O próximo presidente da República tem que chamar o Congresso e dizer



assim: “Vamos fazer uma Constituição diferenciada, sem político, para a sociedade organizada”. Vamos colocar o Brasil no rumo certo. Não podemos deixar que continue como está. No último sábado, presidente, estava na igreja, no Bairro Ermelinda, e o pastor Jailson pedia a Deus que iluminasse os nossos políticos porque, do jeito que está, não dá para continuar. Muito obrigado, presidente.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.174, 3.195, 3.230, 3.231 e 3.453/2016 (À sanção.).

Declarações de Voto

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, a minha declaração é muito breve e muito respeitosa com aqueles que divergiram, com aqueles que buscaram outro caminho, mas quero deixar registrada a minha posição a respeito do Sisema e a minha preocupação. Há muito pouco tempo, vivemos a maior tragédia ambiental da história de Minas Gerais e do Brasil. A cidade de Mariana ainda não teve sequer um início de recuperação. A situação é muito grave em toda a região de Mariana, em toda a descida do Rio Doce até o Espírito Santo e me preocupa muito um projeto dessa importância, que não resolve problemas sérios, principalmente de fiscalização, de combate e de precaução, ser aprovado sem o devido e profundo debate e sem a profunda reflexão necessária que uma tragédia como essa carece. É uma questão muito séria para ser encarada de maneira tão prematura pela Assembleia. Ainda precisamos assimilar melhor, de maneira mais profunda, o que aconteceu em Minas Gerais, o que aconteceu em Mariana, identificar os responsáveis, identificar onde ocorreram os erros que levaram àquela tragédia para que, de forma madura, de forma pensada, de forma analisada, seja feito um novo código; um novo código respeitoso para com a sustentabilidade, para que possamos ter, de maneira definitiva, no Estado de Minas Gerais o respeito necessário ao setor produtivo, que gera empregos e que é tão importante para o desenvolvimento do Estado, mas também para a preservação do meio ambiente, das nossas fontes de recursos naturais, que são esgotáveis e finitas. Por isso preferi manifestar-me contra, presidente, mesmo entendendo, sabendo que contém alguns avanços necessários, principalmente para a área produtiva, para os setores agrário e agropecuário. Por entender que, em especial, no que diz respeito à mineração em Minas Gerais, à tragédia de Mariana, esse projeto não inclui o debate profundo que seria necessário para a construção de uma pauta equilibrada, visando ao que acredito ser o único caminho social para o desenvolvimento de nosso país, o caminho da sustentabilidade, não no discurso vazio da sustentabilidade que alguns tentam usar há alguns anos, de que nada pode, de que nada é permitido, de que nada deve ser feito, mas o discurso moderno de sustentabilidade, que vem ao encontro do que foi pregado pela ONU na COP-21, ou seja, o setor produtivo sendo atendido, porque nenhuma sociedade vive sem produção, sem fomento e sem o fortalecimento dos seus meios produtores, além dos princípios básicos da proteção ambiental e da preservação do Planeta e das fontes para as próximas gerações. Por isso a minha opção, de maneira muito respeitosa, mas entendendo os colegas que votaram por outro caminho, especialmente os companheiros que fizeram um grande trabalho nesse sentido, como o presidente da Comissão de Meio Ambiente, que está ao meu lado –, o competéssimo deputado Cássio Soares, e meu companheiro de partido deputado Antônio Carlos Arantes, que fez um belíssimo trabalho de discussão do Sisema, em especial na questão dos produtores rurais, da produção agrícola, que é fundamental para o desenvolvimento. Neste momento de baixa da *commodity* do minério de ferro, o que vem sustentando o País é a nossa produção agropecuária, que tem de ser valorizada, reconhecida e respeitada. De todo modo, este deputado compreende que o debate foi muito superficial e sem o principal. Estamos tentando curar uma doença sem ter um diagnóstico profundo. Dr. Hely Tarquínio, V. Exa., que é um grande médico, sabe que não se cura uma doença sem diagnóstico qualificado. Para curar uma doença, um médico, em primeiro lugar, precisa de diagnóstico qualificado e eficiente do que leva tal doente a padecer. Temos uma doença:



a má solução da problemática mineral em Minas Gerais, que precisa ser fortalecida pela sua importância econômica e social para Minas e para o País. Essa doença, esse problema, que é o desregramento das licenças ambientais, aquilo que coloca em risco a sociedade, como ocorreu em Mariana, não foi resolvido porque não fizemos um debate profundo, adequado e, principalmente, um debate feito após um amadurecimento e após termos clareza do que aconteceu e do que levou Mariana a viver a tragédia. Por isso este deputado, de maneira respeitosa, votou “não” ao projeto apresentado hoje.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, falei ontem sobre o problema da PMMG, a falta de estrutura para o próximo domingo em vista das manifestações que vão acontecer em Belo Horizonte e dos jogos que foram antecipados. Fica aqui a solicitação de uma reformulação do contingente da Polícia Militar. Está na hora de abrir concursos, colocar mais homens nas ruas para dar mais segurança à população. Na cidade de Itabira, alguma coisa errada está acontecendo com a Polícia Militar, presidente. Peço à Comissão de Segurança Pública que solicite o número de ocorrências feitas pela Polícia Militar em Itabira. Então, gostaria de saber o que está sendo feito na cidade de Itabira, cidade onde não tenho nem voto, mas tenho conhecidos e amigos que me disseram: “Deputado Alencar, na cidade de Itabira, se V. Exa. avaliar o número de ocorrências que chegam à Polícia Civil e o número delas em que são feitas as apurações, onde está sendo feita a perseguição...”. Perguntei: “Por quê?”. “O tráfico de drogas está acontecendo, os assaltos estão acontecendo, e essas ocorrências não conseguem chegar”. Então fica aqui a solicitação à Comissão de Segurança Pública, para fazer uma análise e pedir ao Cel. Bianchini, Sr. Presidente, uma análise do trabalho que está sendo feito ali e o porquê do número de ocorrências que acontecem ali, naquela cidade, e qual o seguimento delas. Estão todos reclamando que existem assaltos, que a população está assustada porque existem crimes, a população está assustada porque estão acontecendo roubos de carro, mas essas ocorrências não chegam até a delegacia. Fica, Sr. Presidente, minha solicitação ao Comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais para saber e apurar, porque ele tem que olhar para a cidade de Itabira e procurar saber o que está sendo feito, que ordem está saindo de Belo Horizonte para perseguir isto ou aquilo, se é carteadado, jogo do bicho, contravenção, assalto, droga; temos de saber o que está chegando lá. De repente, na cidade o Cel. Bianchini diz assim: “Vocês vão perseguir só o pessoal do jogo do bicho”; depois o Bianchini diz: “Fica só o pessoal do carteadado”, aí vão lá e perseguem o carteadado; depois “só assalto”; e “vão perseguir somente o tráfico de droga”. Então, na minha opinião, Sr. Presidente, tem que pedir para perseguir tudo; temos que dar mais tranquilidade àquela população, uma tranquilidade maior àquela cidade. O comando lá tem que saber e dizer o seguinte: “Ou pega tudo, ou não pega nada”. Ou melhor, “pega tudo e pega tudo”, porque segurança pública é coisa séria. Por que se coloca perseguição para uns e não se coloca para outros? O que está acontecendo? Alguma coisa de errado está acontecendo ali. Tenho a certeza de que, se a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, se a corregedoria, se o comando mandarem averiguar, vão ver que há algo muito estranho acontecendo na cidade de Itabira. Muito obrigado.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração dos quatro projetos que votamos aqui. Primeiro, foi com muita satisfação que votei favoravelmente – e houve unanimidade desta Casa – aos projetos em que estamos reconhecendo a importância dos trabalhadores, dos funcionários, dos servidores da Justiça do nosso Estado, estabelecendo data-base, dando-lhes a oportunidade de ter salários mais decentes, mais dignos e regras mais claras. E foi uma vitória desses trabalhadores, aqui representados no Plenário por alguns deles de Belo Horizonte, mas que, na verdade, representam todo o Estado. Todos nós sabemos a abnegação, o trabalho, o envolvimento, o comprometimento desses trabalhadores, para que possamos ter uma Justiça mais ágil, para que possamos fazer com que o cidadão tenha uma Justiça eficiente e a tempo, porque a pior coisa que pode acontecer com o cidadão é a Justiça ser morosa, ser demorada, o tempo passar e ele não conseguir fazer com que seus direitos sejam prevaletidos. O outro projeto foi o do Ministério Público. Quero fazer também uma declaração de apoio incontestável ao Ministério Público de nosso estado. O MP tem prestado um grande trabalho, um trabalho em todos os setores, um trabalho de fiscalização, de representação dos cidadãos, seja no meio ambiente, seja na justiça, junto às famílias, junto aos direitos. E os servidores do MP aqui também tiveram o seu



reconhecimento com o voto unânime do Poder Legislativo, dos deputados de Minas Gerais. A terceira categoria, não menos importante, é a dos servidores da nossa Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dos servidores que trabalham nos gabinetes e aqui, fazendo com que a Assembleia de Minas continue sendo esta Assembleia também cidadã, que recebe e acolhe o cidadão, porque este Plenário, Sr. Presidente, é a caixa que retumba os clamores, os problemas da nossa sociedade. E, por último, esse projeto que estabelece algumas regras do meio ambiente em nosso estado. Eu já disse no começo que não votei muito confortavelmente porque entendo que o meio ambiente precisa de discussão maior. Estamos vendo que, na Semad, o titular é o deputado Sávio Souza Cruz, pessoa que passou por este Plenário e deixou marcada a sua participação nesta Casa. Vejo que ele não tem os instrumentos nas mãos tanto para poder fazer fiscalização quanto para poder dar vazão à demanda que chega à secretaria. Estamos vendo o que ocorre com essas barragens de contenção. Mariana é exemplo disso. A gente está vendo que em Minas Gerais podem acontecer novas tragédias por falta de fiscalização. Estamos vendo a falência do nosso sistema hídrico, os rios morrendo, a falta de grandes e importantes barragens, que deveriam ser construídas em nosso estado. Considere a Barragem de Congonhas, que vai abastecer Montes Claros, e não se veem as coisas acontecendo. Essa Barragem de Congonhas, tão importante para a perenização de um dos rios que é símbolo do Norte de Minas, o Rio Verde Grande, sempre tropeça nas questões ambientais. E na Semad não há elemento humano em número suficiente para atender a uma licença ambiental, a uma demanda ambiental, a um problema ambiental. A Barragem de Jequitaiá, que o deputado Rogério Correia conhece bem, é essencial para o Norte de Minas. Ela vai regularizar as águas do Rio São Francisco; vai promover a irrigação de pequenos sítios, tudo por declive de quase 40.000ha; vai gerar renda; vai tirar a região da pobreza, mas as coisas não acontecem, está lá parado. As máquinas já não estão lá, já tiraram as máquinas. Então podem dizer que isso não é um problema da Semad, mas é, sim. A Semad tem de ter um corpo técnico suficiente em quantidade e qualidade para atender a essa demanda, senão o que vai acontecer? Peço um pouco de paciência a V. Exas. O empresário quer investir, construir em Minas Gerais e precisa de água para fazer irrigação e atender a sua demanda, e há as barragens a serem construídas, como a de Congonhas, a de Jequitaiá e a do Vale do Rio Pardo, que começou há mais tempo e não anda para frente. Votei no projeto para não haver mais demora, mas o projeto está incompleto. Eu o considero o primeiro passo de muitos outros que teremos de dar para poder efetivamente fiscalizar as barragens de Minas Gerais, fiscalizar o crime que se comete contra o ecossistema de Minas Gerais, fiscalizar as microbacias, fazer com que elas tenham água em quantidade e qualidade, fazer uma fiscalização sistemática também para que haja técnicos com sensibilidade para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção ao meio ambiente. Ficam aí o meu alerta e a minha esperança de que o governador de Minas Gerais, governador Pimentel, e o nosso secretário, amigo Sávio Souza Cruz, possam complementar esse projeto que votamos hoje para que Minas possa ter uma legislação moderna, eficiente e à altura do que o Estado merece e precisa. Muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. e a todos os pares desta Casa, pois nesta última semana votamos importantes projetos tanto do governador quanto das instituições, do Tribunal de Justiça, que nós, aqui na Assembleia, déssemos prioridade aos projetos dos deputados. Estamos com projetos prontos, que já tramitaram em todas as comissões e agora estão aguardando a inclusão na pauta do Plenário para votação. Eu, por exemplo, tenho dois projetos concluídos, aguardando inclusão na pauta do Plenário. Um deles é o projeto que dispõe sobre os 30 dias para a realização dos principais exames aliados ao diagnóstico do câncer. Há uma lei federal que prevê que, após o diagnóstico, o tratamento do câncer seja iniciado em 60 dias. Mas o nosso grande desafio é o diagnóstico, visto que não adianta tratar câncer na fase avançada. Muitas vezes, o paciente não recebe quase nenhum benefício. Nosso grande desafio, e grande desafio da oncologia também, e que pode vir a trazer impacto na qualidade de vida, na sobrevivência e na cura dos pacientes com câncer, é o diagnóstico. Por isso propusemos o projeto, para que esses exames em pacientes com suspeita de câncer não ultrapassem o período de 30 dias. Hoje há pacientes não só no Estado de Minas Gerais, mas também no Brasil inteiro que aguardam dois anos, três anos. E não raramente atendemos pacientes que têm pedidos de exames – e sabidamente têm câncer –, e que ficam aguardando há anos e, quando chegam ao hospital para se tratarem, lamentavelmente, a doença já está em fase avançada, e os pacientes, infelizmente, perderam sua chance de cura. Esse é um projeto que considero de extrema importância para a redução da mortalidade do câncer em nosso Estado. É preciso criar um protocolo para que os pacientes



que estejam em processo de investigação do câncer não fiquem esperando por mais de 30 dias. Esse projeto já está aqui para ser votado no Plenário. aguardo que V. Exa. o inclua na pauta para ser votado. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia – Sr. presidente, vou aproveitar a declaração de voto fazendo referência ao aspecto para o qual o deputado Doutor Wilson chamou a atenção agora. Ele falou sobre a aprovação dos projetos e sobre o que está aqui ainda na Assembleia Legislativa para ser votado. Citou o projeto de autoria dele, de grande importância. Pode contar conosco, deputado Doutor Wilson, vamos fazer de tudo também para ajudá-lo nessa aprovação. Um dos projetos que aprovamos nesta semana, em redação final, foi o reconhecimento àquelas professoras e àqueles professores que estavam adoecidos, com licença apenas até 31 de dezembro, muitos deles com câncer. O projeto estende agora o vínculo desses professores e trabalhadores da educação, e eles receberão o salário retroativo a janeiro, porque estão desde janeiro sem receber. Serão submetidos à perícia médica normalmente e, estando com doenças graves, que os impeçam de trabalhar, esses professores serão aposentados após 24 meses da licença. Esse é um projeto fenomenal que aprovamos aqui. Gostaria de ressaltar essa questão, porque, apesar de ser um projeto da educação, fez justiça também a essas professoras adoecidas. Sr. Presidente, esta semana também aprovamos o reajuste salarial de 11,36% para as professoras, um processo, diria, de construção democrática de uma conquista. Esta mobilização e reivindicação do piso salarial existem há muitos anos. Os professores fizeram greves históricas para conseguir esse piso salarial, em especial a greve de 112 dias, que foi realizada durante o governo do Prof. Anastasia. Uma greve que ficou na história, embora os professores não tenham conseguido, naquela ocasião, o piso, pelo contrário, o governo enviou a esta Casa um projeto de subsídio, e a Assembleia Legislativa, infelizmente, por maioria, aprovou o subsídio em detrimento do piso salarial. Mas ali conseguimos gravar na memória do povo de Minas Gerais que tínhamos uma dívida com a educação, que era o piso salarial. A partir daí, a sociedade mineira colocou na pauta, como reivindicação, não apenas os professores, mas o cumprimento desse piso salarial. O governador Fernando Pimentel foi eleito para cumprir esse objetivo. E a aprovação que obtivemos nesta semana, já em redação final, dá ao governador a oportunidade de continuar cumprindo o acordo que fez com os professores. Conversei, ontem, com o governador Fernando Pimentel, sobre a aprovação do projeto na Assembleia, de que já tinha conhecimento, e disse-me que quer sancioná-lo o mais rápido possível. Aproveito, nesta declaração de voto, para solicitar a V. Exa., como vice-presidente da Casa, a agilização dos trâmites para que o governador receba o mais rápido possível o projeto, a fim de sancioná-lo. Ele falou, inclusive, em fazer um ato para que a sanção do projeto seja aqui ou na Cidade Administrativa. Mas que isso seja feito rapidamente para que os professores possam, já em maio, receber com o reajuste e, também, essas professoras adoecidas tenham a solução. Fica aqui o apelo para que os trâmites, nesta Assembleia, sejam rápidos para que o governador sancione o projeto rapidamente. Aproveito esse minuto que me resta para fazer um apelo porque não sei se conseguirei fazê-lo até quinta-feira, e temos uma decisão importante a ser tomada, no Brasil, no domingo. Infelizmente está pautado um procedimento de votação do *impeachment* que, em meu entender e no entender do povo brasileiro ou, pelo menos, de sua maioria, é um golpe, um golpe onde se quer substituir a eleição direta dos nossos representantes por eleição indireta no Congresso Nacional. A presidenta Dilma não está sendo acusada de nenhum crime de responsabilidade, e querem criar um momento político, cujas alianças são aquelas que não foram feitas nas eleições, para que o Parlamento casse a figura da presidenta. E o pior, comandado ou tendo como motorista do golpe, o Sr. Eduardo Cunha, acusado em processos e mais processos. Infelizmente o Supremo Tribunal Federal ainda não teve a coragem – e a palavra é essa mesma – de fazer com que ele se afastasse da presidência da Câmara, para que o trâmite normal dos procedimentos sejam feitos. Portanto, ele articula um golpe contra o Brasil, incentivado pelo vice-presidente da República. Espero que os deputados federais tenham juízo neste fim de semana e não transformem o Brasil num país cuja crise será evidentemente enorme, porque pelo menos a metade do povo brasileiro não concorda com esse tipo de procedimento. Como disse Chico Buarque: “Golpe de novo, não”. Obrigado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016; discurso do deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 3; votação nominal das Emendas nºs 4 e 5; rejeição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015; requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel; aprovação do requerimento – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 921/2015; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015; encerramento da discussão; discurso do deputado Gustavo Corrêa; votação nominal do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2015; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1; votação nominal da Emenda nº 2; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.047/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.049/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com as emendas à Comissão de Direitos Humanos – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015; aprovação – Registro de Presença – Declarações de Voto – Questão de Ordem – Declaração de Voto – Requerimento do deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do deputado Rogério Correia – Questão de Ordem – Requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; discurso do deputado Gustavo Corrêa – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isaura Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Ivair Nogueira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Meu caro presidente, deputado Adalclever Lopes, este comunicado também diz respeito a V. Exa. e ao deputado Fábio Cherem, a nós, que somos votados em Perdões. Quero comunicar, com muito pesar, o falecimento da Sra. Manoelita Rodrigues Rezende, ocorrido ontem. A D. Nelita, como é conhecida em Perdões, é mãe de Fernando Piau, prefeito daquele município. A D. Nelita foi casada com o saudoso Dr. José Rezende Siqueira, muito conhecido em Perdões como Zé Piau. Além do prefeito Fernando, ela deixou três filhos: José Siqueira, Maria do Socorro e Pedro. Sr. Presidente, estou também comunicando aos demais pares desta Casa que vamos nos ausentar dos trabalhos para cumprir o doloroso dever de estar ao lado da família do prefeito Fernando Piau, nosso amigo. Ele é um prefeito que tem feito uma administração de muita coragem e muitas realizações, apesar das dificuldades vividas por todos os municípios, estados e até pela Nação. Vimos hoje que o Estado do Rio de Janeiro não pagará a seus servidores aposentados depois de dois meses de atraso, e lembro que são aposentados que não têm dinheiro para comprar medicamento, pagar despesas de casa, de alimentação, de aluguel. Eles estão apavorados. São pessoas com mais de 70 anos de vida e que não têm o mínimo de recursos para passar esses dias. Queria, então, deixar registradas as nossas condolências ao prefeito Fernando Piau. Que ele continue com coragem, bravura e determinação à frente dos destinos do Município de Perdões. E, mais uma vez, ressaltamos que pode contar com nosso apoio, nosso trabalho e nossa companhia. Prefeito Fernando Piau e família, recebam nossos sentimentos. Obrigado, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, também não poderia deixar de fazer uma questão de ordem. Primeiro, queria fazer uma reclamação a V. Exa. Como estamos tratando da ordem da pauta, V. Exa. pode observar que a de hoje tem 16 projetos e não há nenhum de deputados da oposição. Queria até chamar a atenção do líder Gustavo Corrêa: a pauta é do presidente, mas o líder tem de estar atento. Não existe nenhum projeto na pauta de deputados da oposição. É minha primeira questão de ordem. Sei que V. Exa. é um deputado muito atento, sereno e, com certeza, na próxima pauta poderá fazer essa correção. O governo já dá as cartas sempre dentro do Parlamento, o que, na minha análise, já é uma aberração. Não estou falando deste governo, mas de qualquer Poder Executivo e de todas as casas legislativas do País. Há um atrofiamento do Poder Legislativo, o que, de certa forma, se reflete na responsabilidade sobre todos nós. Sempre o Poder Executivo dita a pauta dos parlamentos, então gostaria de fazer um pedido a V. Exa.: que, na próxima pauta, tenhamos mais equilíbrio. Feita esta questão de ordem, queria dar, presidente, uma notícia não muito boa para o povo de Minas Gerais neste momento. O governador Fernando Pimentel autoriza reajuste de 13,9% a mais na conta de água dos mineiros – quem sabe a TV Assembleia possa dar um foco aqui na matéria do jornal *O Tempo* de hoje, 14/4/2016. O governador Fernando Pimentel presenteia o povo de Minas Gerais com esse aumento da conta de água a partir do mês de maio, ou seja, ele já estará na



conta de junho do cidadão mineiro. São 13,9%, quase 14%. Aliás, 13 é até um número sugestivo: o número do partido do governador, que está entregando de presente essa conta absurda, a de água. Lembramos que, considerando o impacto desse reajuste, a alegação da Asrae, agência reguladora subordinada diretamente ao governador, é que o impacto se deve ao aumento da conta de luz. Ora, o aumento da conta de luz impactou o aumento da conta de água. Pasmee, deputado Gil Pereira, só a presidenta da República aumentou a conta de luz quatro vezes em 2015. É a dobradinha: Dilma malvada em Brasília e Pimentel aqui. É pacote de malvadeza da Dilma com pacote de malvadeza do governador Fernando Pimentel. É um absurdo, e quero informar a todo o Plenário, presidente, que, na semana passada, aprovei um requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para chamarmos o diretor-presidente da Arsae, o diretor-presidente da Copasa. Infelizmente, presidente, o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, diz o seguinte: “A política nacional de defesa do consumidor tem como princípios a atuação do poder público na defesa do consumidor”. E sabe o que acontece? O próprio poder público está esfolando o bolso dos consumidores. Parabéns ao Fernando Pimentel, do PT, apesar de ele achar que não é do PT, por presentear os mineiros com mais 13,9 de reajuste na tarifa das contas de água de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Primeiro eu queria responder à questão de ordem do Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, para que fique claro: todos os projetos que estão em pauta estavam prontos para votação. Não há nenhum que não esteja pronto na pauta: um é do Tribunal de Justiça; outro é da deputada Rosângela Reis; um do deputado Braulio Braz, deputado do bloco de oposição; um do deputado Fábio Avelar; do deputado Doutor Wilson Batista; do deputado Wander Borges; do deputado Durval Ângelo; do deputado Inácio Franco; do deputado Cristiano Silveira.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu disse oposição.

O presidente – Falei de oposição: mencionei o projeto do Braulio Braz, que é do bloco de oposição. Agora, a Mesa deixa a V. Exa. a liberdade de verificar na assessoria qualquer projeto. Qualquer projeto de oposição que estiver pronto será colocado imediatamente na pauta. A partir de amanhã, estará em todas as reuniões.

O deputado Fábio Cherem – Presidente, colegas, eu queria aproveitar o momento de turbulência por que passa o nosso país para deixar alguns posicionamentos e algumas reflexões a todos os senhores. Tem sido muito difícil para todos nós, que temos uma vida em sociedade, ser agente político neste momento. Quem tem crianças nas escolas é profundamente questionado por essas mesmas crianças no lar sobre o porquê dessa situação, o porquê desse descrédito das forças políticas, o porquê das batalhas no Facebook, nessa excessiva transparência em que a globalização coloca todos nós. Com a minha família, dentro do lar, eu reflito sobre o momento em que o País vive. Identifiquei que o Brasil, por possuir muita força e muita saúde, mesmo adoentado, aos trancos e barrancos, ia enfrentando as suas vicissitudes. Em algum momento esse paciente resolveu mudar o seu médico, e o outro médico encaminhou esse paciente para exames, para diagnósticos, para identificar seus problemas, deixando as empresas de diagnósticos trabalharem livremente. E o que ocorreu foi que foram descobertas diversas mazelas, diversas doenças nesse paciente. A partir daí o paciente, incomodado, começou a tentar sanar os problemas de saúde apontados pelos exames. Mas, já cansado e frustrado, refletiu: “O que aconteceu? Aconteceu que todas essas doenças começaram quando mudei de médico. Esse médico que me encaminhou para os diagnósticos é o responsável por minhas doenças. Vou trocar de médico novamente”. O que quero dizer aqui é que, antes, a Polícia Federal e o Ministério Público nunca puderam trabalhar livremente para investigar agentes políticos em qualquer grau de jurisdição. A Procuradoria-Geral da República investiga aqueles que têm foro privilegiado; a Polícia Federal investiga aqueles que são pessoas comuns e não possuem essa prerrogativa. Trago para os senhores manifestação expressa do procurador da República Sr. Carlos Fernando dos Santos. Aqui há um ponto positivo que os governos do PT têm a seu favor: boa parte da independência do Ministério Público Federal decorre da não intervenção do poder político, fato que tem que ser reconhecido. Os governos anteriores realmente mantinham o controle. O Brasil vive um momento perigoso de eleições indiretas, em que a população e a democracia terão muito a perder. Neste momento, o *impeachment* que se discute na Câmara dos Deputados é terrível para o nosso país porque cria um precedente conspiratório, de insegurança jurídica, e faz valer o entendimento de que, a qualquer momento, será possível se investigar o majoritário do Executivo por questões criminais nunca antes consideradas. A criação de



seis decretos suplementares pela presidente Dilma não é crime de responsabilidade e, se assim o fosse, o que seria do governador Geraldo Alckmin, do PSDB, com 31 decretos de créditos suplementares emitidos no governo deste ano? É importante a reflexão dos agentes políticos para que não criemos um precedente perigoso. Governo ruim baixa a popularidade, e crise econômica não é motivo de alteração das regras democráticas. Também é primordial refletir sobre a importância deste momento e sobretudo sobre as consequências de instabilidade, caso essa cultura se perpetue. Nesse caso, diversos entes legislativos, por interesses, os mais diversos, poderão, a qualquer momento, criar impedimentos para aqueles que foram eleitos legitimamente. A partir daí, será criado um atalho que não faz parte da democracia, mas sim do entendimento e da compreensão de leis casuísticas. A nossa esperança é que, no próximo domingo, a Câmara Federal negue o procedimento dessa conduta nefasta que vai prejudicar o País. Temos esperança de que as manifestações nas ruas continuem pacíficas, mas também que os entes políticos e os agentes políticos tenham a responsabilidade de medir as consequências de seus atos, visto que poderá haver grandes instabilidades sociais no País com a ruptura do modelo de democracia construída. Não se trata de defender um projeto político ou um partido político, mas sim de delinear responsabilidades. No momento, atores políticos estão sendo investigados, e eles realmente devem ser investigados, julgados e condenados quando a Justiça achar necessário. Na verdade, temos um projeto político que foi escolhido pela população e trouxe ganhos inegáveis a grande parte da população desfavorecida do nosso país. Houve progresso, prosperidade e distribuição de renda. Agora há que se definir o que é legalidade: não existe *impeachment* sem crime de responsabilidade. Suplementação no orçamento não é crime de responsabilidade. Não se pode criar uma regra que antes não existia, um casuísmo, para gerar impedimento a uma presidenta devidamente eleita. Então, no domingo, apesar do linchamento público de todos os órgãos de comunicação e apesar da terrível exposição a que este governo se permitiu, como nenhum outro, já que permitiu que as investigações prosseguissem, agora ele será punido pela sua transparência, liberalidade e pelo respeito às instituições que deveriam investigar e que hoje investigam como nunca antes o fizeram. É terrível ver este governo sendo punido pela sua própria virtude de punir e de cortar, na própria carne, as mazelas daquilo que não funciona. Então temos a esperança de que, neste domingo, o nosso país possa virar uma página e amadurecer como ente político. Queremos que todos descubram que, sem voto, não existe constituição de poder, já que todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Não há que se criar casuísmos e atalhos para se chegar ao poder. É essa a nossa experiência e é esse o nosso anseio. Desejamos que a democracia, por intermédio do voto e no momento apropriado, possa corrigir e aperfeiçoar a própria democracia. É isso, presidente. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, é uma questão de ordem. Vou abordar um assunto depois de ouvir atentamente as colocações de determinado parlamentar que subiu à tribuna. Respeito a posição de todos, mas fico perplexo com a falta de visão da realidade que o Brasil enfrenta. Subir à tribuna para questionar as manifestações populares; questionar a indignação da população brasileira, que está cansada, que ficou estarecida com a forma com que determinado partido político administrou a Petrobras e fez com as instituições do nosso país. A população brasileira está revoltada é por isso e não pelos governos que antecederam o presidente Lula. A população está indignada e o Parlamento também porque a presidenta da República jogou todos os políticos na mesma vala. A população brasileira está perplexa em saber que foram surrupados da Petrobras mais de R\$6.000.000.000,00, R\$7.000.000.000,00 ou R\$10.000.000.000,00 para abastecer caixas de campanha. A população brasileira foi às ruas porque quer mudança. A democracia é isso. A democracia não é ficar quieto, calado, ouvindo e aplaudindo essas ações. A democracia não é aplaudir um ministro que defende e aprova a invasão da propriedade privada, deputado Bosco. A democracia é saber ganhar, saber perder e saber aceitar a manifestação popular quando entende que não há mais clima para governar. E o Congresso está dando uma demonstração de maturidade ouvindo as ruas. A própria presidenta da República ontem, meu líder Durval Ângelo, em uma entrevista à imprensa, já jogou a toalha dizendo que está esperando o Senado, lá pelo meio ou final de maio. O ex-presidente Lula, que fez de um hotel em Brasília um balcão de negócios, também já jogou a toalha. Estamos acompanhando a situação todos os dias: os partidos têm abandonado a presidenta da República. Fico triste ao ver que uma presidenta da República, deputados Arnaldo e Ulysses Gomes, faz da presidência da República um balcão de negócios para tentar ter 1/3 do Congresso. Se ela conseguir 1/3, vai governar como? Cadê o gesto de grandeza? O brasileiro está perplexo, cansado. A democracia é isso. A democracia é a manifestação das

www.almg.gov.br Página 42 de 116



peessoas, das massas populares, e temos de saber respeitá-las. O Brasil está parado. O Brasil parou de crescer e de se desenvolver. Agora, deputado Inácio Franco, o governo começa até a bater cabeça. Os estados governados pelo PT, que é o partido da presidenta da República, resolveram ingressar no Supremo questionando o valor da dívida, que foi levantada pelos governos passados, e o Supremo não deu a devida atenção. Mas agora, para tentar governar de alguma forma, o Supremo começou a dar liminar. O ministro da Fazenda, que é do mesmo partido da presidenta da República e do governador, vai questionar e diz que vai quebrar o País. Que o rombo no caixa será de R\$360.000.000.000,00. Aonde vamos chegar? O governador – não vou entrar no mérito aqui – tem de cuidar dos problemas pessoais que enfrentará nos próximos dias e nos próximos meses. A perplexidade deste parlamentar é essa. A população brasileira está indignada por isso. Presidente, o tema que me trouxe aqui é o seguinte: na última semana, usei este microfone, quando participávamos da votação do reajuste dos servidores da educação, e solicitei encarecidamente ao governador do Estado e ao comandante-geral da Polícia Militar que tomassem as medidas necessárias para dar segurança às pessoas que vivem em determinados bairros da nossa cidade. Deputado Durval Ângelo, infelizmente nenhuma medida foi tomada pelo comandante-geral. O deputado João Magalhães, eu e outros tantos deputados moramos no Bairro Belvedere, deputado Rogério Correia. Uma gangue tem assaltado a comunidade que faz sua prática esportiva todas as manhãs e noites, e não vemos nenhuma viatura de polícia fazendo a segurança ali. O deputado Sargento Rodrigues é defensor da classe, conhece bem os problemas e pode justificar isso. Este governo não está olhando com a devida atenção a questão da segurança pública. Tenho cobrado deste governador, o que farei mais uma vez, líder deputado Durval Ângelo. O comandante-geral da Polícia Militar pôs o governador em uma situação delicada dando declarações irresponsáveis e deixando de tomar medidas para dar segurança à população, deputado Rogério Correia. Isso não é questão partidária. Se o meu governo amanhã – pois tenho certeza de que assumirá em breve – tiver de tomar essas medidas, serei o primeiro a cobrar e estarei ao lado de quem quer que seja. A população mineira e brasileira sempre teve muito orgulho da nossa Polícia Militar e se sente segura quando vê uma viatura passando. Isso inibe os próprios bandidos. Deputado João Magalhães, contudo, o comandante informou à comunidade que não poderia fazer nada porque era troca de turno. O que o cidadão comum, que paga seus impostos, tem com isso? No Bairro de Lourdes, o comércio terá de fechar mais cedo, deputada Rosângela Reis, pois não tem tranquilidade para vender seus produtos. A população está indignada, pois paga impostos e não tem a segurança adequada. Digo sempre – já concluo, presidente –, com uma visão mais liberal que tenho, que o governo, o Estado deve cuidar de três pilares, deputado Sargento Rodrigues: segurança, saúde e educação. O deputado Deiró Marra disse ontem aqui: deixem que a iniciativa privada toque as outras ações. Mas o governo não tem olhado para a segurança pública. Ele tem olhado, sim, com bons olhos, para a educação, como merece, mas, para a segurança pública e para a saúde, este governo está sendo uma tragédia. O deputado Sargento Rodrigues acabou de dizer que 50% das viaturas estão paradas, deputado Gil Pereira. Será que isso é reflexo dos reajustes irresponsáveis que este governo concedeu? O governo anunciou alto e bom som que faria cortes. E a oposição alertou que esses cortes prejudicariam o cidadão comum. E isso é o que está ocorrendo, pois o governador cortou no custeio. Infelizmente, o pleito que aqui faço, mais uma vez, publicamente, é que o governador do Estado e o comandante-geral da Polícia Militar, com o comandante da capital, deem segurança adequada aos moradores dos bairros, sobretudo da Zona Sul, que vivem em um caos. Não vemos sequer uma viatura rodando pelas ruas. Meu pleito era esse, presidente. Peço desculpas a V. Exa. por ter-me excedido no tempo, mas era uma defesa que precisava fazer em prol dos belo-horizontinos e dos mineiros. Queremos segurança pública. Queremos tranquilidade para sair de nossa casa e que nossos filhos possam andar tranquilos pelas ruas. Infelizmente, não temos essa oportunidade.

O deputado Rogério Correia – Presidente, solicitei o uso do microfone para comemorar mais uma ação do governador Fernando Pimentel. O governador vem resolvendo as questões que não eram resolvidas no passado. Por diversas vezes disse que Minas Gerais se encontrava, do ponto de vista do serviço público, num caos. Do ponto de vista da gestão, não existia. O tal choque de gestão foi simplesmente uma falácia. É impressionante como o Estado estava e ainda está, embora esteja caminhando para outros sentidos, desorganizado. Hoje saíram mais 1.300 aposentadorias de servidores públicos que estavam esperando há muitos anos. Há aposentadoria com 10, 15 anos de atraso. Ou seja, com esse lote de aposentadoria, o

www.almg.gov.br Página 43 de 116



governador Fernando Pimentel já aposentou mais servidores públicos do que em oito anos do governo do PSDB. No governo passado nunca foram nomeados tantos servidores públicos como agora, especialmente na área da educação, em que o PSDB permitiu o caos, e também na área de segurança pública. Ele não conseguiu nomear como o governador Fernando Pimentel nomeia, apesar de toda a crise, que não existia no passado nessa dimensão. Evidentemente, hoje o Estado é outro. As professoras públicas estão aliviadas com o término do governo do PSDB, que durou 12 anos, porque agora estão recebendo o piso salarial, portanto com outra concepção de Estado que não tínhamos aqui. E vamos ter novidades, viu, presidente? Além disso, as escolas terão mais reformas, ampliação e tecnologia de informática muito avançada. A meta da Prodabel para este ano é contemplar 1.400 escolas, especialmente nos municípios mais pobres e na periferia, com muita tecnologia avançada. Depois, não só as escolas, mas a comunidade terá sinal de internet, especialmente nos distritos onde isso não existe. Isso beneficiará muitas áreas em que todos atuamos. Presidente, está havendo uma reviravolta na educação pública em Minas Gerais e no serviço público de maneira geral. Estamos organizando aquilo que era o choque de gestão e a desorganização de gestão em Minas Gerais, que era muito grande. Isso em todos os setores: educação, saúde, segurança pública etc.

Presidente, não poderia deixar de elogiar o deputado Fábio Cherem, que se posicionou em relação ao golpe que está em curso no Brasil, que se quer chamar de *impeachment*. Não poderia deixar de dar a minha opinião em relação a isso. Não posso concordar que um deputado do DEM – antigo PDS, antiga Arena, antiga UDN – venha aqui falar de democracia e que o sistema democrático está sendo respeitado com um golpe que será conduzido e que esperamos não dê certo. Vamos esperar domingo. A pressão ainda existe, mas vamos lutar até o final para que esse golpe não se estabeleça. Infelizmente, um procedimento desse de eleição indireta no Congresso Nacional será conduzido por um deputado federal que é réu no STF. Chamar isso de democracia é, no mínimo, um exagero. Que se defenda a posição que se tem de defender, tudo bem, mas não podemos chamar isso de democracia em um procedimento em que a presidente da República foi eleita com 54 milhões de votos. Vai-se interromper isso sem se demonstrar qual o crime que ela cometeu do ponto de vista da Constituição, porque ela não cometeu. O deputado Fábio Cherem tem razão, pedaladas fiscais não são motivo para o impedimento de presidente da República. Vários governadores fizeram isso durante longo período da história do Brasil, incluindo o governador de São Paulo, para se ter ideia, que é do PSDB. Ora, dizer que isso é processo democrático, não: isso constitui um procedimento de golpe. No domingo será uma etapa. Esperamos que o golpe seja derrubado no domingo, mas é só uma etapa. Esse procedimento levará a uma divisão do País, de tal forma que não fará bem ao sistema democrático. Como alguém pode dizer que isso faz parte de um sistema democrático no Brasil, se está propondo uma ruptura com o sistema democrático?

Presidente, solicito a V. Exa. mais 1 ou 2 minutos, com a anuência que está sendo dada aos deputados da oposição, a fim de esclarecer essas questões para a opinião pública, já que o assunto foi trazido aqui pelo DEM – ex-PDS, ex-Arena, ex-UDN –, que tem tradição golpista no Brasil. Esse argumento precisa ser muito rebatido. Repito: não existe crime de responsabilidade da presidente, por isso é um golpe. Esse assunto é para muito tempo, presidente, não é assunto que termina agora. Esse não era o assunto que me trouxe à tribuna, mas não poderia ficar calado, principalmente quando há ataques ao PT. Peço aos deputados da oposição que tenham cuidado ao falar de corrupção, porque denúncias de corrupção existem para todos os lados. Dizer que isso é modalidade de um partido político é muita desfaçatez, para usar um termo mais simples, mais singelo. Há senador que é “octodelatado”, então transformar isso numa ação, como se fosse problema de um partido político, é muita desfaçatez. Esse é um problema da estrutura política brasileira, que precisa de uma reforma política, de uma constituinte exclusiva, para que possamos fazer um debate sério, e não um debate golpista, como alguns querem no Brasil. Obrigado, presidente.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, não pretendia usar a palavra nesta manhã, mas não tenho como ficar calado diante das declarações do deputado que me antecedeu. Volto a repetir o que disse ontem: ele deve ter feito intercâmbio ao longo dos 12 anos em que o PSDB governou Minas; ele não viveu em Minas nos últimos 12 anos. De 2003 a 2014, esse deputado não conheceu Minas Gerais, não rodou o Estado, deixou de frequentar as cidades, deputado Roberto Andrade, que não tinham ligação asfáltica, mas agora têm. São mais de 220 cidades. Não foram 224 porque, se não me engano, em 2 ou 3,



que eram de obrigação do governo federal, porque eram rodovias federais, a ligação asfáltica não foi feita. O PSDB fez isso em todas as rodovias estaduais. O deputado não deve conhecê-las. Ele, que se diz defensor da educação, não deve ter ido a uma escola estadual no interior do Estado para entender como era a estrutura dessas escolas antes de 2003 e depois de 2014. Ele não deve conhecer essa realidade. Mais que isso, o deputado citou que o governo vai levar internet às escolas do interior. Ele não deve saber que todas elas têm acesso a internet há muito tempo. Citou até mesmo um órgão que não pertence ao governo do Estado, a Prodabel, que pertence à prefeitura de Belo Horizonte. Ele não conhece os órgãos da estrutura do Estado. É Prodemge, deputado, e não Prodabel. A realidade de Minas hoje é diferente da realidade de Minas de dois anos atrás. Isso é fato. Naquela época, deputado Roberto Andrade, deputado João Leite, foi feito o choque de gestão: gastava-se menos com a máquina pública para se gastar mais com o cidadão. Naquela época, o número de secretarias era muito menor que hoje. Não sei se isso é vantagem para eles. Não tenho visto o deputado com a coragem de vir ao microfone defender as 21 secretarias do governo Pimentel: “Aumentamos o número de secretarias, se comparado com o governo do PSDB”. Ele não faz essa comparação, mas aumentaram a máquina pública. Ele, que se diz defensor dos servidores públicos, não se lembra que, de 2003 a 2014, o Estado pagava o salário do servidor público no quinto dia útil; não atrasava nem parcelava os salários dos funcionários. Mas, como viveu fora durante esse tempo, de 2003 a 2014, tenho de dar um desconto. Ele deve ter chegado a Minas no dia 1º/1/2015 e deve ter começado a entender o que é o estado de Minas Gerais em 1º/1/2015. Isso é muito característico daqueles que pertencem ao PT: enquanto outros governaram, nada; agora, enquanto governamos, tudo. O tudo, deputado Wander Borges, é para a companheirada.

Deputado João Leite, membro da Comissão de Segurança Pública, diz aqui um fato que é inquestionável. Foram milhares de vagas criadas no sistema penitenciário de Minas de 2003 a 2014. O líder de governo atual sabe disso, porque foi presidente da Comissão de Direitos Humanos durante anos, viveu e viu essa crescente do número de vagas nos presídios de Minas. Sabem quantas vagas foram criadas no sistema penitenciário de Minas de 1º/1/2015 até os dias atuais? Nenhuma. Realmente há duas Minas. A Minas antiga dava orgulho aos mineiros de saírem aos quatro cantos do País e do mundo dizendo: “Sou mineiro, vivo em Minas, onde há uma gestão eficiente, que gasta o recurso, mesmo o pouco que tem, para melhorar a minha qualidade de vida e a dos meus conterrâneos”. Aquela Minas era até 2014. A Minas de agora é a Minas do governador que só tem nos envergonhado. A Minas de agora faz com que os mineiros saiam de Minas sem querer dizer que são daqui, porque há um governador que semanalmente estampa as capas dos jornais e das principais revistas nacionais como indiciado pela Polícia Federal, que será denunciado pelo Ministério Público como réu de um processo que correrá daqui a alguns dias no Superior Tribunal de Justiça, um governador licenciado e afastado. Ele terá de ser afastado assim que o Superior Tribunal de Justiça receber a denúncia do Ministério Público. Realmente há duas Minas. Há a Minas que nos dá saudade, a Minas dos homens de bem. Estou terminando. O deputado Rogério fez uso da palavra por mais de 3 minutos depois que deu zero, zero, zero, zero ali. Mas há a Minas dos homens de bem, a Minas dos que construíram uma nova Minas. Aquela era a Minas do PSDB. A Minas da desconstrução, a Minas do apego aos cargos para a companheirada é a Minas do deputado que esteve por anos fora do nosso Estado de Minas Gerais. Obrigado, presidente.

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do



Substitutivo nº 1, que apresentou. Com a aprovação do Substitutivo nº1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, presidente. Quero dizer que sou favorável ao projeto, não há dúvida sobre isso, em que pese ter havido um questionamento por parte do deputado Lafayette de Andrada em relação aos cargos de juiz de direito substituto, que foi apresentado em emenda, e as emendas foram apreciadas ontem na Comissão de Administração Pública. Primeiro, quero dizer que sou favorável ao projeto.

Segundo, Sr. Presidente, quero dizer que V. Exa. deixou de receber uma emenda deste deputado, alegando ser matéria da Constituição do Estado e, portanto, não caberia. Há controvérsias, por isso o direito não é matemática, Sr. Presidente, o direito é elástico. Apresentamos aqui uma emenda para extinguir o Tribunal de Justiça Militar. E por que isso, Inácio? O Inácio já deve ter me ouvido falar isso centenas de vezes desta tribuna. E a nossa emenda tem esse intuito. Espero que o líder de governo, deputado Durval Ângelo, possa nos ajudar a pautar a proposta de emenda à Constituição, e dessa vez eu tive de plagiá-lo. Apresentei uma emenda que é cópia fiel da emenda à Constituição que o deputado Durval Ângelo também já apresentou em legislaturas passadas por cinco vezes. Quem sabe agora, Inácio, ele tenha coragem, como líder de governo, de orientar a sua base de governo a votar a favor dessa proposta de emenda à Constituição. A não ser que o deputado, depois de apresentar essa proposta de emenda à Constituição por cinco vezes, tenha mudado de opinião.

Extinuir o Tribunal de Justiça Militar não é acabar com a Justiça Militar, deputada Rosângela Reis, é extinguir o que chamamos de instância de 2º grau. Por quê? Porque esse tribunal é uma aberração. Primeiro, já denunciei aqui várias vezes os salários, não para os deputados desta legislatura, mas de legislaturas anteriores, que sabem que há pensionistas no “Tribunal de Injustiça Militar” – porque não se pode chamar aquilo de “Justiça” – que recebem uma bagatela, deputada Cristina, de R\$142.000,00 de pensão de um coronel que faleceu, e era juiz do Tribunal de Justiça Militar, ou melhor, do “Tribunal de Injustiça Militar”.

Imagine, deputada Marília Campos, o governo alega que está enfrentando dificuldades para pagar o salário dos servidores públicos em dia, e 25% de todos os servidores estão tendo o salário parcelado em três vezes, mas há pensionista do “Tribunal de Injustiça Militar” que recebe R\$142.000,00 por mês. Talvez os senhores e as senhoras deputadas estejam assim meio extasiados, mas é simples, é só solicitar à assessoria de S. Exas. para fazer a pesquisa. Não estou me referindo à 1ª instância, às auditorias, essas eu defendo. Auditoria da Justiça Militar é uma coisa, é a Justiça Militar de 1º grau. Essa eu defendo. Mas a instância superior, deputada Marília Campos, deveria ser uma câmara do Tribunal, não um tribunal, primeiro, porque não tem processo.

Um juiz tem 800 processos por ano. Imaginem se o deputado Inácio assumisse a comarca de Arinos ou Buritis, região em que é votado, ou o deputado do Triângulo, como me certifiquei, em Tupaciguara, que tem 15 mil processos. Primeiro, é uma forma de moralizar a aplicação dos recursos públicos. E estou encaminhando essa matéria porque pertence ao Tribunal de Justiça – estamos falando de Poder Judiciário. Temos juízes em comarcas, como Esmeraldas, Tupaciguara e tantas outras, que têm de dar conta de 15 mil, 20 mil processos, como já nos certificamos. Cada deputado tem bases pelo interior do Estado e poderá verificar essa situação. Esse dinheiro que é gasto – para mim, jogado na lata de lixo – com a estrutura do Tribunal de Justiça Militar, deveria ficar no Tribunal de Justiça, para que outras comarcas fossem criadas, para que outros juízes fossem nomeados. Há uma série de municípios. Mas qual é a importância de se colocar um juiz em uma comarca? O reflexo disso, deputado Inácio, é gigantesco para o que chamamos de direito de jurisdicionados, para toda a população. São diversas as ações, tais como ação de separação conjugal, ação de alimentos etc., e o juiz da comarca fica com tudo. São ações relativas a herança, são processos de pensão alimentícia para uma criança que precisa de uma resposta rápida etc.

Esta Casa precisa ter coragem. Marília, só três estados da Federação ainda mantêm a aberração de Tribunal de Justiça Militar: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Está mais do que comprovado que, se esse tribunal fosse tão eficiente assim, teria sido criado em todos os outros estados. Por que não podemos ter uma câmara, com três desembargadores,



especializados nessa matéria, julgando o grau recursal das auditorias? Detalhe: as auditorias são compostas por juízes togados, são juízes que prestaram concurso. A esses, o meu respeito e a minha admiração, porque chegaram a ocupar seus cargos pelas vias mais legítimas sob o aspecto do direito e da própria Justiça. No entanto, no Tribunal de Justiça Militar, é o governador que escolhe um coronel dos Bombeiros ou um coronel da Polícia Militar. E, há pouco tempo, depois de muito bater nessa tecla desta tribuna, sequer se exigia o diploma de direito para ocupar o cargo. O ex-presidente do tribunal, Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, de uma incompetência que não tem mais espaço, sequer é bacharel em direito, reformando sentença da Dra. Daniela, doutora em direito constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais. São essas aberrações que a Assembleia precisa ter a coragem de corrigir. E precisa dizer ao governador que nos deixe resolver essa matéria. Tem gente que chega aqui e diz: o governo mandou votar assim. O governo mandou votar algo do Tribunal de Justiça? Há alguma coisa errada. O governo tem de mandar votar projeto do Executivo, de interesse das políticas públicas do Poder Executivo. Quanto ao Tribunal de Justiça, é outra história: é relação nossa, do Parlamento, com outro Poder. Mas aqui isso se mistura. E não falo em mistura somente neste governo. Não é isso, minha tese não é essa. Todos os governos misturam, fazem uma lambança, desde Itamar Franco até Alberto Pinto Coelho. Há uma “mistureba” de achar que o governador tem de orientar base de governo até em projeto que é do Tribunal. Isso não tem de acontecer.

Então, Sr. Presidente, farei um recurso, quando V. Exa. deixou de receber a emenda que previa a extinção do Tribunal.

E que fosse criada uma câmara para o grau recursal, que se acabasse com aquela estrutura pesada, e o dinheiro fosse para o Tribunal de Justiça, a fim de criar novas comarcas, para atender aos mais necessitados, aos mais carentes. Lá, em Aimorés, na divisa do Estado com o Espírito Santo, assim como em Mantena, às vezes falta juiz, e isso tem impacto até na segurança pública, porque, se o juiz não julga um homicida e o põe na cadeia, o cara fica solto matando as pessoas. Então, impacta toda a sociedade.

Por isso, presidente, meu voto é favorável, mas lamento profundamente que minha emenda ao projeto não tenha sido recebida, mas eu não desisto. Sou um deputado muito persistente e, enquanto eu não vir esse Tribunal de Justiça, ou melhor, desculpem pelo erro, esse Tribunal de Justiça Militar ser extinto em Minas Gerais, não vou sossegar e trabalharei incansavelmente para tal. O detalhe é que, quando se é praça, pune-se exemplarmente, até porque o grau recursal cai na mão de ex-comandante da PM e dos bombeiros – então, se não se pune embaixo, pune-se em cima –, mas, quando o juiz faz o dever dele, equilibrado e isento, lá na cabeça vêm os telefonemas dos coronéis. Por isso, eu o chamei de um tribunal de compadrio, de conluio, além de ser, do ponto de vista da sociedade e do dinheiro público, uma imoralidade. Sou a favor da extinção por motivos óbvios, coerentes, mas, acima de tudo, visando ao interesse da coletividade. Minas Gerais não pode continuar com essa aberração chamada Tribunal de Justiça Militar.

Talvez, presidente, eu não consiga sob o seu comando ou sob o comando deste governo, mas não vou desistir. Não desistirei enquanto a Assembleia de Minas não entender que esse Tribunal não serve para nada, a não ser para o conluio, para o compadrio e para as diversas mazelas que lá existem. Voto favorável ao projeto, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 263, inciso I, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior –

www.almg.gov.br Página 47 de 116

Nozinho – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3. Em votação, as Emendas nºs 4 e 5.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “não” 45 deputados. Não houve voto favorável. Estão rejeitadas as Emendas nºs 4 e 5. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 437/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 616/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 921/2015, do deputado Braulio Braz, que institui o Polo de Piscicultura Ornamental e dá outras providências. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 921/2015

Dê-se ao inciso V do art. 3º do Projeto de Lei nº 921/2015, na forma do vencido em 1º turno, a seguinte redação:

“V – viabilizar a criação de mecanismos que propiciem tratamento tributário diferenciado para fomentar o cultivo de peixes ornamentais e promover a competitividade dos produtos mineiros nos mercados mineiro e interestaduais, observada a legislação de regência do ICMS.”.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 2016.

Durval Ângelo

Justificação: A modificação proposta visa adaptar a redação do dispositivo em referência com a sistemática constitucional vigente para a concessão de tratamento tributário diferenciado para setores da economia. Tal providência, como se sabe, depende de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. A aprovação da matéria nos termos originais poderia ser interpretada como medida de guerra fiscal no âmbito do Confaz, caso não fosse vetada.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Durval Ângelo, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Cabo Júlio – Voto “sim”.



O deputado Rogério Correia – Meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 921/2015 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Sr. Presidente, vou ser extremamente breve aqui apenas para manifestar a minha indignação. Eu não estava aqui presente, mas o deputado Durval Ângelo, como líder do governo, sabe muito bem. Na semana passada, foi votado um veto exatamente da doação de um terreno do Município de Arcos. Respeito essa doação que será feita ao Município de Nova Serrana, e votaremos favoráveis, mas quero aqui externar minha indignação ao governador, que vetou a simples doação de um imóvel para uma instituição de caridade que faz um belo trabalho no Município de Arcos. Queria apenas entender esses dois pesos e duas medidas que o governo vem realizando. Será que o motivo era sermos deputados do bloco de oposição, aí não poderia, enquanto para os deputados da situação pode?

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.929/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura, através do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado, a realização, em até trinta dias, dos exames destinados à comprovação de doença neoplásica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº1, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Celinho do Sinttrocel – Voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Gustavo Corrêa – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 367/2015 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 2. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.019/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 13.955, de 20/7/2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Wander Borges – Presidente, meu voto é “sim”.



O presidente – Está computado. Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.371/2015 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.046/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério



Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.047/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.049/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.049/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.223/2015

EMENDA Nº 1

Dê-se ao inciso I do art. 2º a seguinte redação:

“I – aperfeiçoar o atendimento à mulher vítima de violência de gênero, mediante a articulação e a humanização dos serviços especializados no âmbito da saúde, da rede socioassistencial e do sistema de justiça, inclusive quanto ao funcionamento por tempo integral e nos finais de semana;”.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues

Justificação: A presente emenda visa aperfeiçoar garantia já trazida no projeto de lei proposto, na medida em que visa acrescentar a necessidade do sistema de justiça funcionar de forma integral, por 24 horas e nos finais de semana, consoante a demanda das mulheres vítimas de violência.

EMENDA Nº 2

Acrescentem-se ao art. 3º os seguintes inciso e parágrafo único:

“XII – garantia de prioridade no atendimento médico nas redes hospitalares do Estado.

Parágrafo único – O atendimento médico será assegurado na rede hospitalar particular quando não puder ser oferecido em tempo hábil e de modo adequado pelo Sistema Único de Saúde.”.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues

Justificação: A presente emenda visa aprimorar a proposição de modo a garantir a prioridade no atendimento médico às mulheres vítimas de violência, uma vez que a formalização do conjunto probatório necessário ao manejo de competente ação judicial é requisito de suma importância e, muitas vezes, em razão da demora dos procedimentos hospitalares, deixam de existir as marcas das agressões.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 1 e 2, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Direitos Humanos, para parecer.

O presidente (deputado Ulysses Gomes) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Wander Borges.

O deputado Vanderlei Miranda – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.745/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – a doar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.789/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.629, de 24/4/2003, a doá-lo à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente, peço que registre o meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Registro de Presença

O presidente – A presidência cumprimenta os alunos do Instituto Educacional Racional que estão aqui e agradece a presença de todos. Muito obrigado.



O presidente (deputado Ulysses Gomes) – A presidência registra a presença, em Plenário, do deputado Paulo Guedes, secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Declarações de Voto

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, cumprimento os colegas deputados pelas matérias, pelos projetos apresentados, projetos de interesse da população. Infelizmente, não tive oportunidade de receber o voto dos colegas porque o projeto de minha autoria recebeu emendas. É um projeto que vem ao encontro do anseio das mulheres de Minas Gerais, especialmente as que são vitimadas pela violência. Nosso parlamento é uma Casa com presença masculina muito forte, temos apenas 10% de mulheres. O projeto foi debatido com algumas companheiras, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública, há uma expectativa grande pela aprovação dele. A Assembleia Legislativa está desmitificando um conceito que parcela da sociedade tem, isto é, de que seria um espaço machista, ou seja, há deputados que não têm interesse no avanço das políticas em defesa dos direitos das mulheres. Então, creio que poderemos provar à sociedade que não há deputados machistas contrários à defesa das mulheres, deputados que têm posturas questionáveis a esse respeito. Presidente, gostaria também de falar um pouco sobre o contexto político. No início da reunião foram feitas diversas intervenções sobre o momento que o País vive. Presidente, precisa ficar muito claro que os deputados federais que se posicionarem a favor do impedimento da presidenta Dilma vão cravar seu nome na história do País como patrocinadores de um verdadeiro golpe político, um golpe civil. Na Constituição está previsto o *impeachment*, é verdade, mas não está previsto que se deve impedir um presidente de exercer o seu mandato democraticamente eleito porque a sua popularidade, por exemplo, está em baixa. Qual é o crime cometido pela presidenta Dilma? Pedaladas fiscais? A movimentação no orçamento para cobrir um déficit e pagar o Bolsa Família para os mais pobres, tirando recursos da Caixa Econômica? Presidente, em primeiro lugar, é importante que se saiba que a Comissão Mista de Orçamento do Congresso não discutiu, não debateu, não votou as contas da presidenta Dilma. Em segundo lugar, o plenário do Senado Federal também não votou as contas da presidenta Dilma. De forma inédita na história do País – algo que nunca vimos acontecer –, a Câmara dos Deputados quer julgá-la antes que suas contas tenham sido apreciadas pelo Senado e pela comissão mista. É um verdadeiro absurdo. Isso é a assinatura do verdadeiro golpe patrocinado por Eduardo Cunha, homem que é réu no Supremo. Vejam bem: estamos dizendo que queremos combater a corrupção. Há pessoas que acham que o *impeachment* da presidenta Dilma é para combater a corrupção. Quanto a isso nada se associa, porque é uma mulher honesta. Não há nenhum crime cometido pela presidenta Dilma. Agora os que patrocinam a sua saída são investigados, são réus. O Eduardo Cunha é réu do Supremo, tem conta no exterior; sua esposa, sua filha e o próprio Eduardo são beneficiários de contas no exterior. Então, presidente, o Brasil precisa fazer uma reflexão sobre o momento que estamos vivendo. É preciso resistir, enfrentar, lutar contra o golpe que está em curso no nosso país. Nós vamos viver no Brasil, se não tivermos responsabilidade, o que a Alemanha viveu em 1915, em 1918, uma Alemanha dividida. Nós teremos um país dividido nas próximas décadas, mas não queremos isso. Para concluir, presidente, quero convocar os movimentos sociais, a sociedade organizada, a população que tem compromisso com a democracia e a verdade a combater e a enfrentar esse golpe. Há uma agenda da Frente Brasil Popular colocada para a participação dos militantes dos movimentos sociais e da sociedade. Nós queremos que as pessoas se engajem nessa luta conosco. Obrigado, presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, bom dia a todos os colegas. Eu gostaria de dizer ao deputado que me antecedeu que o deputado Eduardo Cunha não foi eleito presidente da câmara pela oposição. Gostaria de lembrar ao deputado que me antecedeu que o deputado Eduardo Cunha não consta na lista de deputados apoiados pela oposição. Eu gostaria também de lembrar, de maneira muito respeitosa, que, quando apertei o número na urna, o nome do vice-presidente que apareceu na minha tela e na sua, deputado Gustavo Corrêa, era o do senador Aloysio Nunes, não o do Michel Temer. Quem levou o Michel Temer à vice-presidência foi V. Exa., deputado. V. Exa. votou nele. Eu não votei nele, eu votei no Aloysio Nunes, com muito orgulho. Quem levou Michel Temer à vice-presidência por duas vezes foi o seu partido, o PT. Então, se hoje V. Exa. acusa um golpe, na verdade está sofrendo um contragolpe, porque quem levou Michel Temer à vice-presidência foi V. Exa., foi o seu voto que o levou, não o meu. Eu nunca votei no Temer. Eu não fiz do Temer vice-presidente na primeira nem na



segunda eleição. O meu vice-presidente se chama Aloysio Nunes. Eu votei nele para vice-presidente da República. Temos de esclarecer àqueles mais desavisados que hoje os que acusam o PMDB de golpe, hoje os que acusam o Temer de golpe são os mesmos que, por anos, estiveram aliados a ele. Essa é a lógica do PT: se é a meu favor, vale tudo; se é contra mim, é golpe. Eu não consigo compreender esta lógica da dialética da esquerda mundial: os Estados Unidos são defenestrados, Cuba é endeusada; mas onde há golpe e ditadura não é nos Estados Unidos, e sim em Cuba. Lá, sim, há ditadura; lá, sim, houve golpe de Estado; lá, sim, há violação de direitos humanos; lá, sim, existe estado de exceção. Mas lá pode porque é bonito, é romântico haver os irmãos Castro, isso pode. Durante meio século, a Alemanha, citada pelo nobre deputado que me antecedeu, viveu dividida. Mas eu quero lembrar ao deputado que me antecedeu por que a Alemanha viveu dividida. A Alemanha viveu dividida porque parte daquele país teve de ser construída. É claro que não vai haver golpe, deputado; vai haver um *impeachment* legítimo, de acordo com a Constituição do País. Deputado João Leite, sabe ao que assisti ontem? Assisti às matérias do *impeachment* do ex-presidente Collor. Você sabe quem estava lá? Genoino, abraçando Ulysses Guimarães. Ali era democrático, deputado João Alberto; ali o PMDB apoiar o *impeachment* era democrático; hoje o PMDB apoiar o *impeachment* é golpe, porque vai contra os interesses do PT. Golpe, na minha avaliação, é ganhar uma eleição com dinheiro roubado da Petrobras; golpe, na minha avaliação, é mudar os indicativos sociais do País e impedir o IBGE de divulgar dados oficiais, que poderiam influenciar o que era uma propaganda enganosa da presidente. Dizer que a presidente é honesta ou desonesta no campo pessoal não vem ao caso. Até acredito, pessoalmente, que ela não é uma pessoa que roubou em benefício pessoal, mas não é só isso o que conta no processo democrático. E nós podemos falar em democracia, porque quem defende o regime comunista, que matou no mundo mais que os nazistas, não sabe o que é democracia. O comunismo matou no mundo mais que o nazismo. Quem estudou história sabe disso. Vá ver o que aconteceu na Rússia; vá ver o que acontece em Cuba; vá ver o que aconteceu na Romênia; vá ver o que aconteceu na Alemanha Oriental; vá à China de Mao Tsé-Tung; vá à Coreia do Norte; vá lá ver o que acontece. Isso sim é golpe, e vocês, de esquerda, patrocinaram isso a vida toda. O que está acontecendo no Brasil é um processo democrático, que será votado pela Câmara dos Deputados, por homens e mulheres eleitos pelo povo, e estão seguindo a Constituição e o rito do Supremo. Quem determinou o caminho foi o Supremo, e estão seguindo o rito do Supremo. Aquilo que é abalizado pela nossa Constituição não pode ser considerado golpe. Sr. Presidente, gostaria que tivessem comigo a mesma tolerância que tiveram com o deputado Rogério Correia na fase anterior.

O presidente – Eu não estava presidindo. O tempo de V. Exa. está encerrado.

O deputado João Vítor Xavier – Vou encerrar, mas acompanharei para ver se os companheiros de partido de V. Exa. terão a mesma intolerância no tempo. Encerro, respeitando o tempo democrático e gostaria de pedir que V. Exa. tivesse a mesma postura com seus companheiros de partido.

O presidente – V. Exa. me conhece e sabe que cumprimos o Regimento Interno. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis – Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos assim como ao presidente Adalclever Lopes. Hoje, vários projetos de autoria dos deputados foram colocados na pauta. Vejo que é de fundamental importância dispensar esse tratamento aos deputados para que realmente apoiem esses projetos e não seja dada prioridade apenas aos projetos de governo. Os projetos do governo são importantes, estou aqui para apoiá-los e aprová-los também, mas precisamos focar nos projetos que estão na Casa há mais de um ano, mais de dois anos aguardando aprovação dos deputados. É importante valorizar os deputados da Casa. Quero aqui agradecer a todos os deputados que apoiaram o Projeto nº 116, de minha autoria, que dispõe sobre a política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores. Esse projeto é de fundamental importância. Quando uma empresa mineradora vai para um município, cria-se um *boom* na economia, uma expectativa muito grande, várias pessoas vão para essa determinada cidade residir, criar seus filhos e suas famílias naquele local. Sabemos que estamos em um Estado minerador, e a mineração é finita, tem um prazo determinado. Esse projeto, que vem contribuir muito para o Estado de Minas Gerais, incentiva o Estado a desenvolver uma economia nos municípios, promovendo planejamento e fazendo que eles se preparem para o futuro. Estamos vendo o Município de Itabira,



que hoje vem enfrentando dificuldades, com a violência e a criminalidade crescendo cada vez mais, e não conta com outras formas de desenvolver uma atividade produtiva. Os trabalhadores ficam sem saber até mesmo o que fazer. Com esse projeto, teremos oportunidade de fomentar mais o agronegócio, o turismo, o comércio daquela cidade, de ver as principais vocações dela para criar outras áreas produtivas, para que possa haver geração de emprego e renda ali. Quero aqui agradecer aos deputados, aos colegas que apoiaram esse projeto. Esperamos que o governador possa regulamentar essa lei e que tenhamos políticas públicas efetivas para a capacitação de pessoas e para o planejamento desses municípios. Sabemos que o Estado tem competência técnica para desenvolver esses projetos. Muito obrigada.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, não farei aqui a minha declaração de voto porque o presidente Adalclever havia anunciado que, após a minha declaração de voto, concederia a palavra, pelo art. 70, ao ilustre deputado Rogério Correia, quando solicitei fosse feito, da mesma forma, a este parlamentar. Como não farei a minha declaração de voto, gostaria de perguntar-lhe por quanto tempo V. Exa. concederá a palavra, pelo art. 70, ao deputado Rogério Correia; e, posteriormente, qual o tempo será concedido a este parlamentar. E farei minha declaração de voto no tempo que V. Exa me concederá pelo art. 70.

Declaração de Voto

O deputado Celinho do Sinttrocel – Presidente, gostaria de me posicionar, declarando o meu voto favorável a todos os projetos de lei hoje colocados em pauta na Casa, que foram de grande importância. Todos nós, deputados, tivemos a oportunidade de opinar sobre os projetos. Aproveito o momento desta declaração de voto para fazer um apelo ao nosso secretário de Estado de Meio Ambiente, Sávio Souza Cruz, pedindo-lhe que determine à Supram, em Governador Valadares, que coloque imediatamente em pauta de votação, a licença ambiental da obra de duplicação da BR-381, principalmente em relação ao Lote 7. Isso porque toda a obra está sendo ameaçada de paralisação em virtude de um complemento de desmatamento que tem de ser feito no Lote 7, no trecho entre a cidade de São Gonçalo e o Anel Rodoviário. A razão da paralisação das obras de duplicação da BR-381 é a falta de uma licença ambiental. Temos conhecimento de que, há mais de 60 dias, a Supram não se reúne, em Governador Valadares, para votar os pedidos de licenças ambientais. Como é uma obra importantíssima para o nosso Estado, principalmente para o Vale do Aço, que está sendo prejudicado pela interrupção das obras devido à falta dessa licença ambiental, apelo ao nosso secretário de Estado, deputado Sávio Souza Cruz, para que peça à Supram, em Governador Valadares, que coloque em pauta a votação dessa licença, uma vez que não podemos concordar com os motivos de sua não votação. A falta da licença está prejudicando a obra de duplicação da BR-381, que já se arrasta há anos e anos. Mais uma vez, faço esse apelo, em nome do povo do Vale do Aço, em nome do povo de Minas Gerais, em nome do desenvolvimento do Vale do Aço, para que a Supram coloque em votação essa licença ambiental. Da mesma forma, a falta do EIA-Rima é objeto da paralisação de todas as obras da MG-760. Que ele também seja concluído e que o assunto seja colocado em votação na Supram. O processo já foi concluído por parte do DER, faltando, apenas, que a Supram volte a trabalhar, a fim de que essas licenças ambientais sejam votadas, dando seguimento a essas obras importantes para o nosso Estado, todas elas voltadas ao Vale do Aço. Agradeço a oportunidade de me manifestar, deixando o nosso registro para que a Semad acelere essas votações extremamente importantes, pois não podemos viver com esse prejuízo anunciado, com a paralisação de 100% das obras da MG-381, por falta de licenças ambientais.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, solicitei o artigo como liderança, mas quero esclarecer que falo neste momento também como líder da Bancada do PT, porque vou emitir uma opinião que é uma opinião do PT, do PCdoB e de outros partidos que, nacionalmente ou aqui no Estado, têm posição coesa sobre o quadro nacional e se têm colocado contra o

procedimento de *impeachment* que está na Câmara dos Deputados para ser votado no domingo, que, para nós, se trata de um golpe de Estado. Quero expor aqui o que me leva a dizer que esse procedimento é um golpe.

A oposição no Brasil, desde que perdeu as eleições, procura arrumar um motivo para o impedimento da presidenta Dilma. O senador Aécio Neves perdeu as eleições. E abro um parêntese para dizer que perdeu em Minas Gerais, onde ele tinha a obrigação de ganhar e anunciou que ganharia com 4 milhões de votos à frente; perdeu as eleições tanto para o governo do Estado como perdeu a eleição em Minas Gerais para a presidência da República, e a diferença aqui o fez certamente não ter sido eleito presidente da República.

O senador Aécio Neves não aceitou o resultado das urnas, e, desde lá, o PSDB e as oposições procuram algum motivo para o impedimento da presidenta Dilma. Primeiro, disseram que as eleições haviam sido fraudadas. Pediram recontagem de votos no TSE, para, um ano depois, o próprio senador Aécio Neves dizer que reconhecia que não houve fraude, que de fato as urnas tinham razão e ele tinha perdido a eleição. Mas, de lá até agora, outros motivos foram sendo arrumados no intuito de buscar o *impeachment* da presidenta Dilma sem que houvesse crime dela.

A última questão levantada, para não me alongar nas diversas tentativas de desestabilizar o País, foi o que eles chamam de pedaladas fiscais. Aqui, em Minas Gerais, os próprios ex-governadores Aécio Neves e Anastasia fizeram por diversas vezes as chamadas pedaladas fiscais; o governo Alckmin também o fez em São Paulo. Mas isso não importa para eles, é preciso arrumar uma desculpa para o *impeachment*, e é exatamente isso que as oposições armaram agora.

O deputado João Vítor Xavier confessou agora que é um golpe. Ele disse: “Vocês votaram no Michel Temer para vice-presidente”. Para vice-presidente. E agora, unindo o Michel Temer com o Eduardo Cunha, une-se o PSDB, para eleger, pelo voto indireto, Michel Temer como presidente da República. Ora, confissão maior, deputado Cristiano, do que esse golpe? E ainda por via de eleição indireta, substituindo 54 milhões de votos que a presidenta teve, majoritária, derrotando Aécio Neves em Minas Gerais também? E, mesmo assim, eles querem esse procedimento de fazer o impedimento político, midiático, jurídico e institucional do ponto de vista parlamentar para retirar a presidenta da República. Trata-se, portanto, de um golpe, uma eleição indireta no Congresso Nacional.

Qual o problema disso tudo, além de ferir a democracia? E, quando se fere a democracia, ferem-se direitos. Chico Buarque de Holanda, que participou de todo o procedimento contrário ao golpe de 1964 no Brasil, disse muito bem, num discurso que fez, deputado Cristiano, lá na Cinelândia, no Rio de Janeiro: “Golpe de novo, não”. O Chico, com a singeleza que só um artista do naipe dele poderia ter, associou o momento exatamente ao período pré-1964, quando os golpistas instituíram a ditadura militar no Brasil.

O MDB surgiu nessa época, como um partido de oposição – e era o único que podia existir na ditadura militar –, para fazer a defesa do sistema democrático brasileiro, repudiando, portanto, o golpe. Os argumentos são os mesmos que usavam em 1964. Um deles é a corrupção, como se os outros partidos que querem derrubar a presidência fossem todos inimputáveis, completamente éticos e sem nenhum problema de denúncia.

Começamos pelo motorista do golpe, que é Eduardo Cunha. Esse, Sr. Presidente, o motorista do golpe, o Sr. Eduardo Cunha, está processado e é réu no STF. Um réu vai comandar a tropa para tentar tirar a presidenta da República, tendo, para isso, o PSDB, partido que perdeu as eleições, a quem ele se alia para dar um golpe de eleição indireta. Assim também aconteceu com Tancredo e Maluf. Voltamos atrás, portanto, nesse procedimento, e agora o neto do Tancredo utiliza o voto indireto para retomar um processo de golpe, de quebra da democracia no Brasil.

Além dessa falácia da corrupção, em que o senador é multidelatado, pois todos delataram o senador Aécio Neves na Lava Jato, e ele, evidentemente, será punido também por isso. Mas isso passa a ser uma desculpa que não cola mais, bem porque esses partidos não são formados por anjos. A corrupção no Brasil é um problema político-eleitoral que merece uma reforma profunda, e todos nós sabemos disso. Casos de corrupção, como o de Furnas, mensalão tucano e Eduardo Azeredo são antigos no Brasil e, portanto, não são obra de agora.



Retirado esse argumento, vem o argumento do João Vítor Xavier, que, aliás, diz que não entende a lógica da esquerda: claro, ele entende a lógica da direita e vem aqui falar dos comunistas que comem criancinhas. Meu Deus do céu! Achei que isso já tinha acabado, mas ele vem dizer dos comunistas que mataram. A desculpa agora, deputado Ulysses, são os comunistas, como aconteceu em 1964, quando derrubaram o Jango, que também era chamado de comunista que comia criancinhas, e fizeram a ditadura.

Depois que cortam as liberdades, cortam os direitos. Esse é o drama dos trabalhadores, porque não estão dando esse golpe para tirar a presidenta Dilma, mas sim para cortar os direitos dos trabalhadores. Aí vai se juntar a velha UDN, que vai falar aqui daqui a pouco, que era a Arena, o PDS na época do regime militar, e que hoje é o PFL, aliás, hoje é o DEM. Vai mudando de nome por tanta sujeira que fez pelo Brasil afora, para tentar ficar livre da pecha da ditadura, mas são golpistas. E esses golpistas tiraram a liberdade em 1964, depois tiraram os direitos e agora já anunciam, com a Fiesp, que roubou um pato – aquela ideia do pato foi roubada –, que outro dia foi furado – o pato da Fiesp –, que, na verdade, é o retrato de que é o trabalhador que vai pagar o pato, porque a Fiesp não está contente com o décimo-terceiro, a Fiesp não está contente com o aumento de salário-mínimo.

Outro dia o ex-presidente da Fiesp deu uma entrevista dizendo que uma hora de almoço para trabalhador é muito, que ele podia muito bem comer um sanduíche com a mão esquerda e operar a máquina com a mão direita. Essas são as elites brasileiras golpistas, que querem tirar direitos dos trabalhadores. O próximo passo, portanto, é tirar a liberdade e tirar os direitos.

Sr. Presidente, estou convencido de que isso não vai passar domingo, de que o golpe não passará. O povo está com a frase “não vai ter golpe”, ganhando os corações dos brasileiros e das brasileiras, dos artistas, da cultura.

Deputado Cristiano Silveira, concedo-lhe um minuto para que termine esse procedimento, mas confiante de que não vai haver golpe e convidando todos os trabalhadores, as trabalhadoras e o povo de Minas a estar, às 13 horas, no domingo, na Praça da Estação, para resistir e defender a democracia.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, estou satisfeito. Sua fala foi uma fala lúcida, de clareza e de conhecimento do momento histórico que estamos vivendo e do que está por trás desse golpe. O problema é este: agora o Michel Temer está na mesma lógica do Aécio, quer virar presidente sem receber votos para isso.

E, por falar no Aécio, deputado Rogério Correia, veja bem: estão dizendo que o PT está acabado – fomos provocados agora há pouco –, mas a pesquisa do DataFolha desta semana mostra o contrário: o presidente Lula empata ou passa sensivelmente a Marina Silva, enquanto Aécio Neves despencou para 17% - e blindado, protegido, escondido. Deputado Rogério Correia, estamos vivos, na luta, porque o povo brasileiro sabe do nosso legado.

O deputado Rogério Correia* – Muito bem, deputado Cristiano Silveira. Não vai ter golpe, é a palavra do povo. Não vai ter golpe. É a palavra do povo brasileiro. O povo brasileiro pede. Não vai ter golpe.

Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Art. 164, presidente. Fui citado nominalmente, presidente.

O presidente – Vamos analisar as notas taquigráficas. A presidência está cumprindo o Regimento Interno. V. Exa. teve seu tempo; todos os deputados estão tendo seu tempo.

O deputado João Vítor Xavier – Eu fui citado, presidente.

O presidente – Caso V. Exa. tenha sido citado, vamos cumprir o Regimento Interno, deputado. Ninguém vai ganhar aqui pelo grito. Cumpro o Regimento desta Casa, dando direito a cada um dos deputados, com respeito. Espero que V. Exa. compreenda. Vamos avaliar o pedido de V. Exa.



O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Presidente, ouvi atentamente o parlamentar que subiu a esta tribuna e me antecedeu. Aqui farei realmente um contraponto a tudo o que foi dito, mas gostaria de iniciar minha fala dizendo que, com o respeito que tenho a V. Exa., o deputado João Vítor Xavier realmente foi citado aqui uma ou duas vezes sobre algumas afirmações que havia feito. Tenho a certeza de que as notas taquigráficas da Casa vão mostrar exatamente o que acabo de afirmar.

Começo meu discurso, deputado João Leite, dizendo que, com muito orgulho, pertenci ao PFL, hoje DEM, partido que ajudou, ao contrário do que alguns aqui querem dizer – ou iludir – aos telespectadores da TV Assembleia, a construir a democracia do nosso país depois dos regimes militares. E é bom deixar claro que quem apoiava Getúlio Vargas era o PT daquele que me antecedeu na tribuna. Getúlio Vargas era autoritário, gostava de impor suas vontades, sempre com o apoio do partido do deputado que aqui me antecedeu.

Quem acabou e tem acabado com o direito dos trabalhadores é este governo.

Por coincidência, deputado João Leite, o partido que hoje à noite terá a oportunidade de apresentar propaganda eleitoral é o partido do qual faço parte com muito orgulho, originário da UDN, da Arena, do PDS. No programa partidário que teremos hoje, deputado Sargento Rodrigues, o Democratas vai mostrar o Brasil aos brasileiros, deputado Rogério Correia; vai mostrar que o desemprego bate na casa dos 13 milhões de pessoas, fruto da bela política econômica desse governo, política econômica que o povo está nas ruas aplaudindo; mais da metade da população brasileira tem pedido para a presidente da República continuar no poder.

A democracia incomoda alguns parlamentares. Não fiz citação alguma, presidente, e já estou ouvindo atentamente o parlamentar pedindo art. 164. O parlamentar subiu a esta tribuna para dizer que eu era filhote da ditadura. Como diz o deputado João Leite, eu nasci em 1975 e acho que a ditadura militar estava acabando naquele momento ou logo depois. Mas tudo bem, deputado Sargento Rodrigues, não me incomoda. Orgulho-me muito ao subir a esta tribuna para dizer que, na última semana, não estava aqui fazendo demagogia com os servidores da educação porque estava em Brasília recebendo uma homenagem, em nome da minha família, a meu avô, um dos homens mais sérios que este Brasil já teve.

Presidente Ulysses Gomes, espero que sirva de lição – pois são esses os fundamentos que aprendi na minha casa –, o único político da história brasileira que renunciou ao seu mandato por não concordar com o pluripartidarismo foi o meu avô; renunciou ao seu mandato no exercício do cargo. E não renunciou porque teve seu nome citado em operação Lava Jato ou roubo de qualquer coisa; renunciou por não concordar com a política que seria implementada em nosso país. Essa farra partidária, esse balcão de negócios que vive hoje o nosso país é fruto deste governo. Meu avô, de quem tenho muito orgulho, buscou de alguma forma impedir que ocorresse o que tem ocorrido nos dias de hoje: a presidente da República oferece cargos em troca de votos. Onde está a política responsável? Oferece um Ministério da Saúde ou da Integração Nacional a um determinado cidadão para ter um voto na manhã de domingo. E o país, e os 150 milhões de brasileiros que esperam uma política econômica verdadeira?

Ouvi aqui atentamente - e me incomoda e me causa perplexidade - aqueles que, há alguns anos, caminhavam abraçados e pediam o *impeachment* do presidente Fernando Collor, que tinha desviado recursos para comprar uma Elba. Como disse o ministro Gilmar Mendes, o mensalão hoje é juizado especial perto do que esse partido fez na Petrobras. Ouvi deputado subir à tribuna para dizer que isso é um golpe. Quem assinou o golpe? Miguel Reale Júnior; Hélio Bicudo, que fundou o PT.

V. Exa., deputado João Vítor Xavier, em sua explanação, fez questão de dizer que, quando eu apertei com muito orgulho o 45 para presidente da República e para governador, apareceu Aécio Neves e Aloysio Ferreira Nunes. Agora o

companheiro, deputado João Vítor Xavier, quando convinha para haver governabilidade, disse que Michel Temer era o cara. Michel Temer foi chamado para ser o articulador político desse governo e, agora, virou golpista.

Concedo aparte a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues, mas peço para ser breve porque o presidente está fazendo cumprir os 10 minutos certinho, não dá um segundo a mais.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Perfeitamente. Talvez seja porque o deputado Ulysses Gomes é do PT e é da mesma linha que os demais.

Ouvi, na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, o deputado Rogério Correia, o deputado Cristiano Silveira dizer que não vai haver golpe.

Não vai ter golpe, vai ter *impeachment*, deputado João Leite. V. Exa. lembrou muito bem ao deputado João Vítor Xavier. O Temer estava na chapa da Dilma, e quem votou em Dilma votou em Temer, e se Temer e Cunha são, respectivamente, capitão e tenente do golpe, quem está dando o golpe são os próprios aliados deles. Não vai ter golpe, vai ter *impeachment*, deputado Gustavo Corrêa, porque o povo não aguenta mais tanta recessão, inflação e os quase 10 milhões de postos de emprego que a Dilma jogou pelo ralo. A economia está derretendo, e o nosso trabalhador perdendo seus direitos. O PT votou contra os trabalhadores e retirou direito dos trabalhadores.

Por fim, se eu fosse deputado do PT, teria vergonha de dizer que isso é um golpe porque não houve, na história da República brasileira, mobilização igual à que vimos, isto é, uma mobilização que tomou as ruas e com tanta veemência para dizer “fora partido X”, “fora PT”, “fora Dilma” e “fora Lula”. É uma vergonha o PT no governo central e aqui também no Estado de Minas Gerais. Fernando Pimentel está indiciado por lavagem de dinheiro, corrupção passiva, organização criminosa, advocacia administrativa e falsidade ideológica eleitoral. É uma vergonha. Temos, sim, de dizer, alto e bravo tom, “fora Dilma, fora Lula”. Não aguentamos mais. O povo não aguenta mais, deputado Gustavo Corrêa. O PT acabou com a economia do Brasil e está acabando com o País, mas, no domingo, veremos um resultado positivo. Será uma lavada, um banho que vamos dar, e o Congresso vai responder à altura em nome do povo. Parabéns a V. Exa.

O deputado Gustavo Corrêa* – É verdade. Apenas lamento, deputado João Vítor Xavier, não poder lhe conceder aparte. O que o deputado Sargento Rodrigues acabou de dizer está claro. No próximo domingo, o Congresso brasileiro verá demonstração de democracia, cidadania e, mais que isso, terá oportunidade de ouvir a opinião popular.

Termino dizendo que lamento muito ver parlamentar que ainda sobe a esta tribuna para chamar o povo às ruas no domingo para se manifestar contra o golpe. O povo já está nas ruas há muito tempo pedindo “*impeachment* já” e gritando “fora Dilma”, “fora Lula” e fora essa cambada de bandido da Petrobras.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Art. 164.

O deputado João Vítor Xavier – Art. 164, presidente.

O presidente – O art. 164, solicitado por V. Exas., só poderá ser concedido ao deputado, ao partido político e ao bloco parlamentar que tenha sido citado em pronunciamento e não tenha tido oportunidade de se manifestar, o que não é o caso, já que V. Exas. já se manifestaram. O artigo diz ainda que a palavra será concedida a critério do presidente, por prazo determinado, e que a palavra somente será concedida a um deputado por representação partidária ou de bloco parlamentar para contestar acusação dirigida a cada um deles. Estou falando de deputado citado em pronunciamento para que possa defender-se de acusação relativa à própria conduta, o que não aconteceu no caso de nenhum desses dois deputados, ou seja, não houve acusação direta a nenhum dos dois. Os dois lados tiveram a mesma oportunidade, e não houve citação nominal de nenhum deputado. Esta é a avaliação da presidência.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.807/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.581/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.167/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Declaração de Voto – 3ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 e dos Projetos de Lei nºs 921 e 2.929/2015; aprovação – Declaração de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente que opina pela aprovação da Emenda nº 1. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Noraldino Júnior – Professor Neivaldo – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado João Alberto – Meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Professor Neivaldo – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Roberto Andrade – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 437/2015 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a transformação de cargos de juiz de direito em cargos de juiz de direito substituto de segundo grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c



os arts. 192 e 263, inciso I, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.807/2015, do deputado Douglas Melo, que institui o Dia Estadual do Radialista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Noraldino Júnior – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.807/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o

art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.111/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.581/2015, do deputado João Leite, que torna obrigatória a informação do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos das redes pública e particular de ensino do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.581/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de orientações de segurança e procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Wander Borges.

O deputado Tony Carlos – Meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Vanderlei Miranda – Meu voto é “sim”, presidente

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.683/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.167/2015, do deputado Antônio Jorge, que estabelece diretrizes para a atenção à saúde materna e infantil no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.



O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.167/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Declaração de Voto

O deputado Gustavo Corrêa – Bom dia a todos os senhores e senhoras parlamentares, público que nos acompanha pela TV Assembleia, público que nos acompanha em nossas galerias. Eu queria iniciar esta minha fala cumprimentando e parabenizando o deputado João Magalhães, que, com muita luta, com muita dedicação, com muita obstinação, conseguiu que fosse incluído o Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, matéria que visa beneficiar sobretudo a população de Matipó e região, que irá, com certeza, facilitar o trabalho, aliás, agilizar as demandas judiciais. Parabéns a V. Exa, deputado João Magalhães, por essa conquista. Quero agradecer a todos os colegas que votaram favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.683/2015, de autoria deste parlamentar, que irá exatamente obrigar que, nos grandes eventos esportivos, culturais – antes, no início dos mesmos –, a população seja orientada de forma correta quanto aos locais e procedimentos de segurança que devem tomar caso venha a ocorrer qualquer tipo de problema. Eu não poderia aqui, *data venia* a todos os colegas parlamentares, deixar de me manifestar, de me solidarizar com grande parte ou com a maioria dos brasileiros, com a maioria esmagadora dos seus representantes no Congresso Nacional que, no último domingo, demonstraram claramente o que o povo brasileiro vem sentindo. A população brasileira está cansada, está cansada dos desmandes na política econômica deste governo. A população brasileira está cansada das mentiras que foram ditas durante a campanha eleitoral de 2014. A população brasileira está cansada de ver que esse governo governa para poucos, governa para o seu grupo fechado de aliados, que não tem escrúpulo, que propõe as mais diversas benesses para buscar maioria no Congresso Nacional. A população brasileira, deputado Bonifácio Mourão, está cansada da roubalheira que foi implementada dentro da maior empresa nacional, a Petrobras. E eu sei que alguns parlamentares, alguns aliados da atual presidente da República, têm buscado desmoralizar o Congresso Nacional, desmoralizar o Tribunal de Contas da União, dizendo que a presidente da República não cometeu crime. Cometeu crime, sim. O Tribunal de Contas da União julgou unanimemente que a mesma cometeu crime de responsabilidade fiscal quando praticou as pedaladas fiscais. Então não vamos querer dizer que isso é golpe, que é uma manobra daqueles que não obtiveram sucesso nas eleições de 2014; dizer que o vice-presidente Michel Temer é o cabeça disso tudo. Mas quem escolheu Michel Temer para ser o seu vice foi o PT. O deputado Carlos Pimenta sabe muito bem, em uma eleição majoritária, você escolhe o seu vice por uma questão de confiança, é aquele que estará ao seu lado para substituí-lo. E quem escolheu o vice-presidente Michel Temer foi o PT. Vamos aceitar os resultados do Congresso Nacional. Democracia presume isso sim. Democracia não se encerra após as eleições. Ouvi atentamente, deputado Tiago Ulisses, vários discursos de parlamentares dizendo que a presidente teve 54 milhões de votos, que tinha maioria e tudo mais. Mais um motivo para ter responsabilidade e respeito com a coisa pública. Cinquenta e quatro milhões de brasileiros acreditaram nas suas mentiras. Esperavam que ela fizesse um bom governo, como prometeu durante a campanha eleitoral. Mas não. Depois de vencidas as eleições, achou que podia e pode tudo, um partido que confunde o público com o privado. Imaginem: um ex-presidente da República ficou uma semana em Brasília convocando e pressionando cada um dos parlamentares e, em troca, oferecendo cargos. Deputado Léo Portela, será que o Ministério da Saúde, que lida e cuida de todos os brasileiros, vale mais do que um voto? É uma vergonha, uma falta de respeito. Vamos aceitar a vontade popular. Os brasileiros estão cansados. Vamos, deputado Gilberto Abramo, falar aqui durante todo o processo de *impeachment*. Sabemos que, no Senado, como na Câmara Federal, temos homens e mulheres honrados como neste Plenário também. Estaremos solidários aos senadores e vigiando. Os jornais de hoje já estão noticiando que o ex-presidente Lula já jogou a toalha, pois sabe que, sendo admitido o recurso no Senado, o processo ali também vai passar. A presidente da República pode começar a preparar e arrumar suas malas, porque mentiu e ludibriou os mineiros. No nosso Estado também, deputada Ione Pinheiro e deputado Dilzon Melo, o atual governador ganhou as eleições mentindo e utilizando-se de recursos oriundos de caixa 2. E não é este parlamentar que afirma isso, é o STJ e a Polícia Federal. Então ficaremos atentos, fiscalizando e vigiando. Caso tenha um motivo, nós, os deputados do bloco da oposição, faremos o mesmo procedimento que está sendo adotado em Brasília. Então quero ver



deputado que sobe a esta tribuna para gritar e falar isso ou aquilo, para dizer que o povo estava ao lado da presidente da República também subir a esta tribuna e ter a hombridade de reconhecer os seus erros, de saber que a população brasileira está indignada. Mais do que isso, alertamos aqui na última semana, presidente – já concluo – que não teria golpe, teria *impeachment*, que os mineiros e os brasileiros desejam. Não adianta ir ao STF, como à ONU e à OEA, como o ministro Eduardo Cardoso tem dito no seu pronunciamento. É triste não saber reconhecer, não enxergar a verdade e o caos que o País enfrenta. Cadê os defensores dos 10 milhões de desempregados? Não estamos vendo essas pessoas levantarem essa bandeira. Presidente, quero dizer que, na parte da tarde, caso seja possível, vou fazer um pronunciamento, deputado Wander Borges, mostrando esses equívocos e os desafios que o futuro presidente Michel Temer terá pela frente. Muito obrigado.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para que se ultime a redação de pareceres de redação final. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 e dos Projetos de Lei nºs 921 e 2.929/2015 (À sanção.).

Declaração de Voto

O deputado João Magalhães – Será rápido, apenas para agradecer a esta Casa pela aprovação do PLC nº 49, que cria a comarca no Município de Matipó, minha terra natal. Sabemos que o projeto é autorizativo e sabemos das dificuldades do Estado. Aguardamos com ansiedade e com muita confiança de que o Brasil vai recuperar sua economia, nosso Estado vai voltar a crescer, e vamos conseguir realizar esse grande sonho, que é a Comarca de Matipó, junto aos Municípios de Santa Margarida e Caputira. Obrigado a todos os colegas pelo apoio ao projeto de suma importância para o desenvolvimento da nossa região. Obrigado, presidente. Mais uma vez, obrigado a cada um dos Srs. deputados e das Sras. deputadas.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Fred Costa, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da comissão e debater as ações da Secretaria de Estado de Saúde destinadas à prevenção e ao combate a doenças endêmicas, tais como dengue, leishmaniose e febre chikungunya, além da microcefalia, possivelmente transmitida pelo vírus zika. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do



Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.283 e 1.596/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.056 e 5.063/2016, e são rejeitados os Requerimentos nºs 5.066 e 5.071/2016, registrando-se os votos favoráveis dos deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.132/2016, dos deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam suspensas as cobranças relativas ao consumo de água e energia elétrica dos moradores das antigas colônias de hanseníase, considerando a precária condição financeira dos moradores e o fato de serem imóveis de propriedade do Estado;

nº 5.133/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a assistência à saúde prestada pelo Ipsemg, bem como as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto e a aplicação e o controle sobre a arrecadação proveniente das contribuições patronal e de funcionários;

nº 5.134/2016, dos deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca dos valores gastos com eventos e *shows* para comemorar os 70 anos da antiga colônia de hansenianos de Ubá;

nº 5.135/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Arlen Santiago, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença da Sra. Maria Tereza Lara e do deputado federal Adelmo Carneiro Leão, para obter esclarecimentos sobre o conteúdo debatido na reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 23/5/2014, em especial no que se refere à obrigação de os moradores das antigas colônias de hanseníase pagarem as contas relativas ao consumo de água e energia elétrica;

nº 5.136/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater os novos critérios de pontuação para distribuição de recursos destinados à saúde indígena pela Secretaria de Estado de Saúde;

nº 5.137/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o possível fechamento de maternidade e unidades do Sistema Único de Saúde - SUS -, em Betim;

nº 5.138/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao diretor da Fhemig pedido de informações sobre a denúncia apresentada pelo Sr. Marco Antônio Queiroz, segundo o qual houve recusa no fornecimento de cadeira de rodas por parte da antiga colônia de hansenianos de Ubá, pelo fato de o denunciante não ser paciente crônico, e recusa em transportar pacientes não crônicos na ambulância da instituição;

nº 5.139/2016, dos deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja suspenso o pagamento de jetons aos secretários de Estado, até que se restabeleça o equilíbrio no orçamento, e esse recurso seja utilizado para o pagamento das contas de água e energia elétrica das antigas colônias de hanseníase;

nº 5.140/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada visita ao Município de Teófilo Ottoni para fiscalizar as obras de construção do hospital regional desse município;

nº 5.141/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o desabastecimento de diversas vacinas e insumos de elevada importância para crianças e idosos nos postos de saúde do Estado;

nº 5.142/2016, do deputado Ricardo Faria, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação remuneratória dos agentes comunitários de saúde e de endemias do Estado e as medidas de segurança implementadas para assegurar a integridade física e a saúde desses agentes, principalmente em razão da política estadual de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e controle permanente da dengue;



nº 5.143/2016, do deputado Ricardo Faria, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a criação de um protocolo estadual para atendimento prioritário de pessoas com suspeita de dengue, zika e chikungunya, que inclua ainda as ações correlacionadas com a vigilância epidemiológica e a assistência à população;

nº 5.148/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Ferrovia Centro-Atlântica pedido de informações sobre as medidas preventivas tomadas no combate à dengue, tendo em vista denúncia recebida de que no local há inúmeros focos de proliferação do mosquito transmissor da doença;

nº 5.149/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada visita ao Hospital Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte, para conhecimento da situação da entidade e promoção do diálogo entre a direção e os funcionários.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte da Ordem do Dia, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cibele Alves de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, representando o presidente; Jaqueline Machado, engenheira civil, representando o presidente do Instituto Inovação; Marília Maia Coutinho, membro da Sisipsemg; Cláudia Carvalho Pequeno, diretora de Redes Assistenciais da Secretaria do Estado de Saúde; Regina Aguiar, referência técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher – Rede Cegonha; Celeste de Souza Rodrigues, subsecretária de Vigilância e Proteção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; e os Srs. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador, o secretário de Estado de Saúde; João Márcio Simões, defensor público-chefe da Defensoria Pública da União; Gilmar de Assis, promotor de Justiça Coordenador do CAO-Saúde; Adriano Cardoso Silva, diretor-tesoureiro adjunto, representando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção MG; Lincoln Lopes Ferreira, presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Carlos Roberto Arvellos, chefe da Administração e Gestão do Núcleo do Ministério da Saúde em Minas Gerais; Vitor Márcio Ribeiro, presidente do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Puc Minas; Geraldo Cunha Cury, professor, representando o diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; Franklin Leandro Neto, secretário do Município de Muriaé; e Washington Luiz Marçal. A presidência concede a palavra aos deputados Fred Costa e Carlos Pimenta, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Geraldo Pimenta – Ricardo Faria.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/3/2016

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.047 e 3100/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.936/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 5.208/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Rogério Correia e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública em 28/4/2016, para debater os acidentes de trabalho e suas consequências, por ocasião do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho;

nº 5.209/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições e as relações de trabalho dos servidores públicos da Prefeitura de Raposos;

nº 5.210/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater condições e jornada de trabalho dos assistentes sociais no Estado;

nº 5.211/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 2.891/2015, que altera a Lei Federal nº 7.498, de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem;

nº 5.212/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 215/2000, que acrescenta o inciso XVIII ao art. 49 e modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ao art. 231 da Constituição Federal;

nº 5.213/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 432/2013, que pretende alterar o conceito de trabalho análogo à condição de escravo;

nº 5.214/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 5.807/2013, que dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM - e dá outras providências;

nº 5.216/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as novas propostas e iniciativas que atingem os servidores públicos enquadrados na Lei Complementar nº 100;

nº 5.217/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal;

nº 5.218/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar Federal nº 30/2015, que propõe a regulamentação da terceirização;

nº 5.219/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 18/2011, que autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos de idade;

nº 5.220/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências para instaurar inquérito com o objetivo de garantir a reparação dos prejuízos sofridos por todos os trabalhadores dos setores direta ou indiretamente atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração, no Município de Mariana;

nº 5.221/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizado debate público, com a participação dos municípios mineradores, para discutir a atividade de mineração e seus impactos no Estado;

nº 5.222/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências para que seja promovida ampla discussão do Marco Regulatório da Mineração, com participação de todos os atores envolvidos, de forma a assegurar mecanismos para que a atividade minerária seja desenvolvida em benefício da sociedade, respeitando direitos das populações atingidas e dos trabalhadores e o meio ambiente;

nº 5.223/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de saúde e segurança dos trabalhadores no Estado;

nº 5.224/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as alterações no sistema de previdência e seguridade social;



nº 5.225/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra - pedido de providências para que se reabram as negociações com o sindicato representante de seus trabalhadores para garantir a renovação do acordo coletivo de trabalho de 2015/2016 e evitar a perda dos postos de trabalho em decorrência dos impactos do rompimento das barragens da Samarco Mineração, no Município de Mariana;

nº 5.227/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a realizar uma conferência estadual da mineração com o objetivo de debater e deliberar sobre a atividade minerária no Estado, com a participação de todos os atores envolvidos;

nº 5.228/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho nas barragens mineiras;

nº 5.230/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer sobre o Projeto de Lei Federal nº 37/2011, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, pedido de providências para que garanta a inclusão de dispositivos sobre saúde e segurança do trabalhador no referido projeto;

nº 5.231/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho na mineração no Estado, a Norma Regulamentadora nº 22 e o ambiente organizacional da produção de minério;

nº 5.232/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel e deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego pedido de providências para reconhecer a legitimidade das entidades sindicais como emittentes de comunicações de acidentes de trabalho - CAT -, conforme previsto pela Lei Federal nº 8.213, de 1991;

nº 5.233/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o trabalho em condições degradantes ou análogas às de escravo;

nº 5.234/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o planejamento e os desdobramentos das atividades do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - Ceter;

nº 5.235/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei Federal nº 13.204, de 2015, que altera a Lei Federal nº 13.019, de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

nº 5.236/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos no mundo do trabalho do acordo de recuperação do Rio Doce firmado entre a União, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e a Samarco Mineração S.A.;

nº 5.237/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a greve e as reivindicações dos auditores fiscais do trabalho;

nº 5.238/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio à Presidência da Câmara dos Deputados pela prisão de manifestantes em ato, nessa Casa Legislativa, contra os impactos do rompimento das barragens da Samarco Mineração S.A. no Município de Mariana;

nº 5.239/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e das empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e sobre seu estatuto jurídico;

nº 5.240/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de providências para que haja empenho e esforço no sentido de atender às reivindicações de professores da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -, tendo em vista o importante papel dessa universidade para a formação de profissionais na região e em todo o Estado;

nº 5.241/2016, dos deputados Agostinho Patrus Filho, Ivair Nogueira, Dalmo Ribeiro Silva, Celinho do Sinttrocel, Ricardo Faria, Inácio Franco, Geraldo Pimenta, Dirceu Ribeiro e Dilzon Melo, em que requerem sejam realizadas visitas à Gerdau Aços Longos S.A., à Arcelor Mittal Brasil S.A., à Usiminas S.A., ao Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais - Cefet-MG -, à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - e à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -, para conhecer o processo produtivo de reciclagem de veículos automotores;

nº 5.242/2016, dos deputados Carlos Pimenta Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para assegurar a realização de processo seletivo simplificado para as vagas remanescentes do concurso para professores da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -, em que o tempo de serviço seja considerado o primeiro critério para as designações; e seja encaminhada cópia desse pedido à Reitoria da Unimontes;

nº 5.243/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a devolução das contribuições previdenciárias recolhidas acima do percentual e do teto do INSS; o recolhimento do FGTS conforme dispõe o art. 19-A da Lei Federal nº 8.036, de 1990; e o pagamento das férias-prêmio adquiridas e dos prêmios de produtividade dos últimos três anos aos professores da Unimontes atingidos pelos efeitos da ADI 4.876;

nº 5.244/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - pedido de informações acerca da interrupção no repasse de recursos para os professores bolsistas de doutorado entre a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, a partir de março de 2015, considerando que o prazo previsto para sua conclusão é abril de 2016;

nº 5.246/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para assegurar a realização de concurso público para as vagas não disponibilizadas no último certame para professores da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -, preservando a autonomia departamental;

nº 5.247/2016, dos deputados João Alberto, Alencar da Silveira Jr. e Ricardo Faria, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da regulamentação dos jogos na geração de emprego e renda, convidando a Loteria Mineira como importante autarquia para esse debate.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2016

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da



comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.273/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Rio Pomba pedido de providências para a reforma imediata do canil do município, bem como para a contratação de equipe técnica especializada para cuidar dos animais do local;

nº 5.274/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para a fiscalização do cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no Município de Pompéu;

nº 5.275/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se: se existe um mapeamento das áreas de prevalência da doença; se existe um programa de combate sendo executado e seu resultado parcial; quantos "kits" para inquérito sorológico canino foram repassados ao Estado, qual a atual demanda e como é feita sua distribuição; quantos cães sorologicamente positivos foram eliminados nos últimos cinco anos; qual a taxa de renovação da população canina; qual o quantitativo de tutores que apresentam uma contraprova ao serviço público antes de entregarem o animal para eutanásia; e se, além da eutanásia, existe alguma outra forma de combate à doença sendo executada;

nº 5.276/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se qual seria o entendimento dessa secretaria sobre a relação entre o controle ético populacional e o avanço da doença nas populações canina e humana;

nº 5.277/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a imediata realização, em parceria com os municípios do Estado, de uma campanha de conscientização sobre as doenças zoonóticas e o controle ético da população de cães e gatos;

nº 5.278/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao delegado da 24ª Delegacia de Polícia Civil do Município de Bambuí pedido de informações sobre os desdobramentos da denúncia de maus-tratos registrada no Boletim de Ocorrência nº M2755-2016-0530156;

nº 5.279/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de cães considerados soropositivos para leishmaniose visceral e de cães eutanasiados pela prefeitura no período de 2005 a 2016 em cada regional e qual o tipo de exame utilizado para a identificação da soropositividade;

nº 5.280/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Bambuí pedido de informações sobre o cumprimento da sentença proferida nos autos do Processo nº 141570-5, referente à guarda dos cães encontrados nas vias públicas do município;

nº 5.281/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o cumprimento da sentença contida nos autos do Processo nº 141570-5, em ação impetrada contra o Município de Bambuí, referente à guarda dos cães encontrados nas vias públicas do município;

nº 5.282/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao titular da Delegacia de Polícia Civil de Borda da Mata pedido de informações sobre o inquérito policial que foi instaurado para fins de averiguação de autoria e materialidade e consequente responsabilização penal pela suposta prática de crime de maus-tratos contra uma mula, nesse município;

nº 5.283/2016, dos deputados Noraldino Júnior, Fred Costa e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que se fiscalize o cumprimento, pelo Município de Caratinga, da Lei nº 21.970, de 2016, que dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos no Estado;



nº 5.284/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao titular da Delegacia de Polícia Civil de Bom Despacho pedido de informações sobre o inquérito policial instaurado para averiguar a autoria e a materialidade do crime ambiental de maus-tratos contra um cão atropelado próximo ao Posto Caxuxa, nesse município, e para providenciar a responsabilização penal pelo delito;

nº 5.285/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de informações sobre o Caldas Rodeio Festival, que acontecerá entre os dias 31 de março a 3 de abril do ano corrente, especificando-se se a entidade promotora comunicou o evento com antecedência de trinta dias, para que possa ser designado médico veterinário para fiscalizar e acompanhar a instalação do evento em cumprimento à Lei nº 13.605, de 2000, e se existe autorização prévia do IMA para a realização do evento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2016.

Noraldino Júnior, presidente – Gustavo Corrêa – Cristina Corrêa.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/3/2016

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Rogério Correia e Professor Neivaldo (estes dois últimos substituindo, respectivamente, a deputada Cristina Corrêa e o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/3/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça com a Emenda nº 1 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 5.297 a 5.301/2016. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.317/2016, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de informações sobre a publicação dos atos de nomeação dos representantes da sociedade civil para a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca – no triênio 2016-2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Cabo Júlio – Sargento Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/3/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir os avanços na defesa do consumidor, aproveitando a comemoração do Dia Internacional do Consumidor, em 15 de março. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Liza Fernandes Prado, presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais; Maria Lúcia Scarpelli dos Santos, coordenadora do Procon Municipal de Belo Horizonte; e Maria Laura Santos, gerente de Projetos do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, representando a Sra. Lúcia Pacífico, presidente; e os Srs. Fernando Ferreira Abreu, coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais, e Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia. Após fazer as considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados Sargento Rodrigues e Douglas Melo, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.352/2016, dos deputados Elismar Prado, Sargento Rodrigues e Douglas Melo, em que requerem seja criada força-tarefa composta de membros da comissão e representantes do Procon Assembleia, do Procon do Município de Belo Horizonte, do Procon do Ministério Público de Minas Gerais, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais e da Delegacia Especializada de Crimes contra o Consumidor, com o objetivo de discutir e propor medidas consistentes na defesa do consumidor do Estado, especialmente quanto ao superendividamento dos aposentados e outras pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e técnica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Roberto Andrade.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2016

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Geisa Teixeira e o deputado Carlos Pimenta (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicados no *Diário do Legislativo* em 13/11 e 19/12/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.360/2016, das deputadas Marília Campos e Geisa Teixeira, em que requerem seja realizada visita, em conjunto com a Comissão de Participação Popular, ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG para discutir o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado; e que sejam convidados para a visita representantes da rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

nº 5.361/2016, das deputadas Rosângela Reis e Geisa Teixeira e do deputado Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir a situação das mulheres que atuam na cadeia de produção da agricultura familiar no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Rosângela Reis, presidente – Marília Campos.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2016

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Neivaldo e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Neivaldo, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater a programação das nomeações dos servidores da educação aprovados nos concursos públicos em vigência de 2011 e 2014. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 3.978, 3.981, 3.982, 3.986 e 4.049/2016 deixam de ser apreciados por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Gabriela Câmara Campos Bernardo Siqueira, superintendente Central de Administração de Pessoal – Scap/Seplag –, representando o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – e presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG –, e o Sr. Paulo Renato Barbi Brescia, assessor da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos, representando a Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.405/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para publicação da opção de vencimento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para o exercício do cargo de provimento em comissão de diretor de escola ou secretário de escola, nos termos do art. 23 da Lei nº 21.710, de 2015, sobretudo a dos servidores pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas;

nº 5.406/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seus avanços e desafios;

nº 5.407/2016, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja divulgado o cronograma mensal de novas nomeações de profissionais da educação, conforme acordo firmado entre o governo do Estado e o Sind-UTE-MG, em janeiro de 2015;

nº 5.408/2016, do deputado Rogério Correia e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhadas às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão e ao Sind-UTE-MG as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada em 22/3/2016;

nº 5.409/2016, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhada à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam suspensas as perícias médicas para admissão dos profissionais da área de educação, até que haja acordo sobre uma nova política para exames admissionais;

nº 5.410/2016, do deputado Rogério Correia e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação das perícias médicas para a admissão dos profissionais da educação.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2016

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e debater o Projeto de Lei nº 2.277/2015, que autoriza o governo do Estado a criar programa de inserção laboral para usuários de drogas em recuperação. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.256 e 2.979/2015, em turno único, e 2.669/2015, no 1º turno (Ione Pinheiro); e Projeto de Lei nº 2.578/2015, em turno único (Léo Portela). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.393/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual política sobre drogas e as diversas abordagens no tratamento do usuário de álcool e drogas;

nº 5.394/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atendimento à saúde prestado aos usuários de drogas que se encontram no sistema prisional no Estado, bem como a reformulação do Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde no Sistema Prisional;

nº 5.395/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater o consumo de drogas e a violência decorrente do uso de substâncias psicoativas no município;

nº 5.396/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita a Brasília, no dia 30/3/2016, com o objetivo de participar da assembleia geral para a constituição da Associação Nacional pela Restrição da Propaganda de Bebidas Alcoólicas.

A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fabiane Rodrigues, superintendente de Prevenção e **Descentralização da Política sobre Drogas**, representando o Sr. Rafael Miranda Alves Pereira, subsecretário de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; e Soraya Romina Santos, presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte; e os Srs. Alexandre de Oliveira Fortes, vice-diretor-geral do Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais – Deop-MG –, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Fernando de Carvalho Porto, superintendente da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social; Danilo Emanuel de Oliveira Santos de Tremínio Salas, agente da Polícia Federal e coordenador estadual do programa Maçonaria: a favor da vida, contra as drogas; Gustavo Lemos Ferreira da Silva, advogado da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente dessa federação; Aloísio Antônio Andrade de Freitas, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead; e Rodrigo Fernandes, diretor de Investimento Social do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas –, representando a Sra. Betânia Peixoto Lemos, vice-presidente dessa instituição. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece



a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2016.

Antônio Jorge, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/3/2016

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Rogério Mohallem, diretor da Selt Engenharia (17/3/16); e Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig (5/3/16). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.411/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Ribeirão das Neves pedido de providências para reativar a iluminação do poste em frente ao nº 342 da Rua Juscelino Kubitschek, no Bairro Menezes, no Distrito de Justinópolis; e

nº 5.414/2016, dos deputados Gil Pereira, Bosco e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhada à família de Roger Agnelli manifestação de pesar pelo seu falecimento, ressaltando-se o grande empresário que foi, presidindo a Vale no período em que a empresa se expandiu vigorosamente para o mercado externo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Bosco, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2016

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o cronograma de obras da Rodovia BR-040 no trecho entre o Anel Rodoviário e o Município de Conselheiro Lafaiete. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Túlio Jorge Guimarães, secretário municipal de Administração Regional Noroeste de Belo Horizonte, representando o prefeito desse município; Alexander Silva Salvador de Oliveira, prefeito de Itabirito; Frederico de Souza, gerente de Relações Institucionais da Via 040; José Guilherme Capanema, representante do Condomínio Alphaville, em Nova Lima, e de outros condomínios da região; José Lapa dos Santos, prefeito de Belo Vale; Marcelo Alcides dos Santos, coordenador de Infraestrutura da Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres em Minas Gerais – ANTT –, representando a coordenadora de Fiscalização da Unidade Regional; Thales Pimenta Carvalho, supervisor de Fiscalização

da ANTT na Via 040; Gustavo Henrique Tostes, ex-presidente da Associação dos Condomínios Horizontais, de Nova Lima; e Breno Carone, vice-prefeito de Brumadinho. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2016

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira publicados no *Diário do Legislativo* em 10/3/2016. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Propostas de Ação Legislativa nºs 69/2016, em turno único (deputado Doutor Jean Freire); 70/2016, em turno único (deputado Fábio Cherem); e 71/2016, em turno único (deputada Marília Campos). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.473/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater os resultados das conferências estaduais referentes aos direitos humanos realizadas em 2015;

nº 5.474/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a iminente reintegração de posse das Ocupações Novo São Lucas, Maria Vitória e Maria Guerreira.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Maternidade Pública de Betim Haydée Espejo Conroy, realizada em 15/3/2016, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Marília Campos, presidenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Participação Popular

Locais: Maternidade Pública de Betim Haydée Espejo Conroy (Rua Gaturama, 180 – Jardim Teresópolis, Betim) e Hospital Público Regional de Betim Osvaldo Rezende Franco (Av. Edméia Matos Lazaroti, 3.800 – Ingá, Betim).

Data: 15/3/2016

Parlamentares presentes: deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular, e deputados Geraldo Pimenta e Ricardo Faria



Parlamentares da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Saúde visitaram a Maternidade Pública de Betim Haydée Espejo Conroy e o Hospital Público Regional de Betim Osvaldo Rezende Franco, no dia 15/3/2016, para verificar as condições das duas unidades, tendo em vista a decisão da Prefeitura Municipal de Betim de fechar a maternidade e transferir os atendimentos para o hospital regional.

Na maternidade, os deputados foram recebidos pela gerência e por funcionários da unidade, conselheiros municipais de saúde e representantes do Sind-Saúde. Todos os envolvidos expuseram a situação com um tom de indignação perante a decisão da prefeitura, que, segundo eles, foi tomada de forma unilateral, sem ouvir trabalhadores e a população usuária, de acordo apenas com a lógica da racionalização de recursos.

Atualmente, a maternidade realiza cerca de 240 partos/mês. O mesmo número médio de partos é realizado no hospital, porém de casos mais graves. A Prefeitura de Betim faz parte da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – i.Cismep –, que é mantida com verba do SUS e repasses mensais das prefeituras consorciadas. Integram o consórcio 27 cidades: Betim, Bonfim, Brumadinho, Conceição do Pará, Contagem, Crucilândia, Cláudio, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Igaratinga, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Juatuba, Leandro Ferreira, Mateus Leme, Mário Campos, Onça de Pitangui, Piedade dos Gerais, Piracema, Pitangui, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha e Sarzedo, que representam uma população superior a 1,8 milhão de habitantes. No entanto, segundo relatos, a Prefeitura de Betim alegou arcar com 70% do custeio da maternidade e do hospital, o que se tornou muito oneroso no atual contexto de crise.

Usuários, conselheiros locais de saúde e representantes do Sind-Saúde se manifestaram contra o fechamento da maternidade, alegando que o hospital regional não teria capacidade para atender a todos os casos. Além disso, o transporte das gestantes para a maternidade, que hoje é fornecido pela prefeitura, deixaria de existir.

Alguns médicos da maternidade se manifestaram qualificando a medida como um erro estratégico, uma tragédia anunciada, pois as demais maternidades, inclusive a de Belo Horizonte, não têm vagas disponíveis, portanto não haveria local para onde encaminhar as gestantes. Ao fechar a unidade, que ganhou vários prêmios, a decisão vai na contramão da qualidade do atendimento. A questão torna-se ainda mais grave neste momento em que há epidemia de Zika. Ainda segundo os médicos, o hospital regional não teria capacidade para realizar entre 500 a 600 partos/mês. O ideal seria trazer mais serviços para a maternidade. Eles ainda afirmaram que a decisão não teve embasamento técnico e que os funcionários e a comunidade não foram consultados. O impacto se fará sentir também nos municípios do entorno, inclusive Belo Horizonte. Outro dado relevante apresentado pelos profissionais mostra que a maternidade causou um impacto de redução da mortalidade infantil na região atendida. A ausência da unidade de saúde pode comprometer essa redução.

Na visita às dependências da maternidade, a Prefeitura de Betim não autorizou a entrada da imprensa. Uma comissão composta por deputados, conselheiros e pelo Sind-Saúde verificou as condições da unidade. Apesar de necessitar de reparos e manutenção, isso poderia ser feito sem o seu fechamento. Por outro lado, a maternidade oferece condições humanizadas, como, por exemplo, um jardim no qual as parturientes podem passear e relaxar.

Os parlamentares conversaram com gestantes em atendimento que confirmaram a importância da maternidade para a comunidade. Uma enfermeira deu depoimento de que no dia anterior, ao visitar o hospital regional, verificou que havia 20 gestantes em trabalho de parto para 7 leitos disponíveis. Outros profissionais relataram que a prefeitura diminuiu o envio de materiais para a unidade e, com o atraso no pagamento de médicos contratados, muitos deles pediram demissão devido às condições precárias e ao processo de transferência para o hospital regional, com o qual não concordam. Atualmente a maternidade só atenderia a urgências, e a maioria dos casos já está sendo enviada para o hospital regional, que vem sentindo a superlotação. No dia anterior, tiveram que enviar algumas das gestantes para o Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, conforme relato da diretora do Núcleo Regional do Sind-Saúde.

Segundo um dos médicos, o interesse da Secretaria Municipal de Saúde é juntar duas meias equipes de profissionais (da maternidade e do hospital), de forma a manter apenas uma equipe efetiva e dispensar os contratados. Seria, então, óbvio



que o atendimento diminuiria. Há, no mesmo sentido, uma proposta de municipalizar o hospital e atender apenas à população de Betim.

Ao final, os parlamentares relataram a visita em entrevista coletiva à imprensa. A deputada Marília Campos informou que o Ministério Público Estadual assumiu o compromisso de se reunir com as autoridades de Betim para encontrar outras soluções. Nesse mesmo dia, às 15 horas, haveria a reunião com o Ministério Público Estadual, com a participação dos deputados, da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Comarca de *Betim*, da Secretaria de Saúde de Betim, da Secretaria de Estado de Saúde, de conselheiros municipais de saúde, do Sind-Saúde e de representantes da i.Cismep. A reunião visa buscar opções para se enfrentar a crise econômica sem o fechamento de unidades de saúde.

De acordo com a deputada Marília Campos, a visita comprovou o que a população já dizia: a maternidade é acolhedora e oferece bom atendimento. O que se deve discutir são opções para evitar seu fechamento e qual a contribuição dos municípios e dos governos estadual e federal para se equilibrarem as contas.

O deputado Geraldo Pimenta, ao citar a alegação da Prefeitura de Betim de que arcaria com 70% do custeio da maternidade e do hospital, sugeriu que se abra a caixa-preta e se mostre com transparência quais são esses gastos, para que cada ente assumira suas responsabilidades.

Depois de visitar o local, os parlamentares seguiram para o Hospital Regional Público de Betim Professor Osvaldo Franco, onde foram recebidos pelo seu diretor. De acordo com ele, o local já enfrenta alguns problemas com superlotação, mas, caso a transferência se confirme, a estrutura do 3º e do 4º andar será remanejada para receber os novos leitos da maternidade.

Os parlamentares, porém, constataram a falta de condições para essa ampliação. Conforme relatou a deputada Marília Campos para a imprensa, após a visita, o coordenador da maternidade pediu demissão por causa da superlotação que já existe. A taxa de ocupação já é de 140%, e o hospital não conta com estrutura para o pré-parto. Alguns familiares relataram que mulheres que estariam em trabalho de parto há 5 horas ainda estariam sentadas em cadeiras e nos corredores, junto a recipientes de coleta de lençóis sujos.

O deputado Geraldo Pimenta, outro a pedir a visita técnica, afirmou que o índice de morte materna no último ano já foi alto no hospital regional e que o quadro pode piorar com o fechamento da maternidade. Da mesma forma, o deputado Ricardo Faria expressou suas preocupações e fez questionamentos ao diretor do hospital, que reiterou a disposição do hospital em rearranjar os espaços para cumprir a determinação da Prefeitura.

Os parlamentares se pronunciaram contrariamente ao fechamento da maternidade e afirmaram que o Ministério Público Estadual se reunirá com eles, ainda na tarde desse mesmo dia, para estudar soluções para o problema. Também já está marcada uma audiência pública na ALMG em 22/3/2016 sobre o assunto.

Sala das Comissões, 29 de março de 2016.

Marília Campos, presidenta – Fábio Cherem – Doutor Jean Freire.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 9h16min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cristiano Silveira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Participação Popular; a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta, Cabo Júlio e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Direitos Humanos. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é



dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a denúncia de agressão da Polícia Militar de Minas Gerais aos foliões do Bloco das Bicicletinhas, na noite de Carnaval do dia 4/2/2016, conforme solicitação do Sr. Pedro Luiz Neves Viter, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública (ou audiência de convidados). A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Júnia Roman Carvalho, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais - Defensoria Pública de Minas Gerais; Laila Heringer Costa, integrante do Bloco Tchanzinho Zona Norte; Morgana Ressinger, integrante do grupo Muitas Pela Cidade Que Queremos; e os Srs. Pedro Patrus, vereador do Município de Belo Horizonte; Daniel Ayer Quintela, integrante do Bloco das Bicicletinhas; André Gontijo Toledo, integrante do Bloco das Bicicletinhas. A presidenta tece suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Cristiano Silveira, que também é autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.485/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, à Secretaria de Defesa Social e à Secretaria de Governo, para conhecimento, as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016, as imagens apresentadas pelos convidados durante a reunião e cópia dos documentos intitulados *Manifesto pela democracia urbana* e *Carta de reivindicações para o combate à violência policial durante manifestações populares em Belo Horizonte*;

nº 5.486/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à *Carta de reivindicações para o combate à violência policial durante manifestações populares em Belo Horizonte*, assinada por Frederico Augusto Quintão Viana e outros, apresentada na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016;

nº 5.487/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem seja formulada manifestação de apoio ao *Manifesto pela democracia urbana*, que trata do uso dos espaços públicos como promoção dos direitos humanos, apresentado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016;

nº 5.488/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhadas à Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH – as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016, e as imagens nela apresentadas;

nº 5.489/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - pedido de informações sobre os fatos ocorridos na estação de metrô Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, das 21 horas do dia 5/2/2016 à 1 hora do dia 6/2/2016, especialmente sobre os motivos da restrição do acesso e da circulação dos foliões do Bloco Tchanzinho Zona Norte, tendo em vista que o fechamento irregular do local prejudicou os usuários, conforme relatado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016;

nº 5.490/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - pedido de informações, consubstanciadas nas imagens das câmeras internas, caso existam, da estação de metrô Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, no período das 21 horas do dia 5/2/2016 à 1 hora do dia 6/2/2016, tendo em vista as denúncias de restrição do acesso e da circulação de foliões, em especial do Bloco Tchanzinho Zona Norte, conforme relatado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016;

nº 5.491/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações, consubstanciadas nas imagens das câmeras do Olho Vivo da região da Praça Raul Soares, no período das 23 horas do dia 4/2/2016 à 1 hora do



dia 5/2/2016, e da Praça ABC, entre as Avenidas Afonso Pena e Getúlio Vargas, no período da 0 hora às 2 horas do dia 9/2/2016, para apuração da ocorrência de agressões por parte de policiais militares a foliões, conforme relatado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016;

nº 5.492/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, à Corregedoria da Polícia Militar e à Ouvidoria-Geral do Estado pedido de providências, acompanhado de documentos e trechos das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016, para apuração dos fatos relatados por Fábio José Garrido sobre irregularidades e arbitrariedades praticadas pelos policiais militares em desfavor dos professores e alunos da Escola Estadual Dom Velloso, no Município de Ouro Preto, em 10/3/2016;

nº 5.493/2016, da deputada Marília Campos, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado ao Corregedor-Geral da Polícia Militar pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016, sobre os fatos ocorridos e relatos de agressão de policiais militares aos foliões do Bloco das Bicletinhas, em 4/2/2016, e do Bloco Tchanzinho Zona Norte, em 5/2/2016, para esclarecimento das seguintes questões: quem comandou as ações contra os foliões; por que os policiais militares foram em direção aos ciclistas; por que o carro da Rotam subiu no passeio, na contramão, em direção aos ciclistas; por que o ciclista Fernando foi preso no batalhão da Polícia Militar e não foi conduzido a uma delegacia; e por que os policiais militares impediram o acesso dos foliões ao metrô, na Estação 1º de Maio, no dia 5/2/2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Douglas Melo (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Léo Portela e Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão; a, em audiência pública, debater a segurança pública nos Municípios de Paraopeba e Caetanópolis; e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Luciana Correia, promotora de justiça; e os Srs. Célio Moreira, ex-deputado estadual; Evaldo Luiz Cardoso Silva, prefeito municipal de Caetanópolis; o Maj. PM João Batista de Freitas, subcomandante do 25º Batalhão de Polícia Militar, representando o Cel. PM Elton Romualdo Araújo, comandante da 14ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, de Curvelo; Arlem Peterson Silva Ribeiro, delegado da Polícia Civil responsável pelos Municípios de Paraopeba, Caetanópolis, Araçá e Cordisburgo; Juarez Ferreira da Luz, delegado regional de Polícia Civil em Sete Lagoas; e Alisson Henrique da Silva, diretor da Escola Estadual Professora Dora Silva. A presidência concede a palavra ao deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.497/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo, Anselmo José Domingos e Léo Portela, em que requerem seja realizada audiência pública para ouvir o Sr. Lucas Alonso Guazelli, 3º-Sgt. PM, atualmente lotado na 147ª Companhia do 47ª Batalhão de Polícia Militar, sobre sua transferência do 4º Batalhão mediante procedimento que possivelmente violou os arts. 5º e 37 da Constituição Federal;

nº 5.498/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Anselmo José Domingos e Douglas Melo, em que requerem seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis e militares da Comarca de Paraopeba por sua brava atuação, embora com um efetivo bastante reduzido, na prevenção e no combate ao crime na região;

nº 5.499/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo, Anselmo José Domingos e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a instalação de novas varas e para a elevação da entrância da Comarca de Paraopeba, considerando que a atual estrutura da Justiça na região é inadequada para o atendimento dos 50 mil habitantes e para o andamento dos 12 mil processos em trâmite;

nº 5.500/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Prefeita de Caetanópolis pedido de providências para que sejam realizadas ações de manutenção do espaço público, tais como o aumento da iluminação pública e a capina de lotes vagos, objetivando favorecer a segurança pública no município;

nº 5.501/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Douglas Melo, João Leite e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o aumento do efetivo nos municípios da Comarca de Paraopeba que, com uma população de cerca de 50 mil habitantes, atualmente é atendida por 43 policiais militares, os quais devem atuar em uma área geográfica aproximada de 1.800km²;

nº 5.502/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado ao Comando do 25º Batalhão de Polícia Militar e à Delegacia Regional de Polícia Civil em Sete Lagoas pedido de providências para que sejam realizadas operações conjuntas de repressão qualificada ao crime nos municípios da Comarca de Paraopeba;

nº 5.503/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo, Anselmo José Domingos e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado à concessionária Via 040 pedido de providências para a implantação de câmeras de segurança na Rodovia BR-040, sobretudo nos acessos aos Municípios de Caetanópolis, Paraopeba, Araçá e Cordisburgo, mantendo parceria com as prefeituras, o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista a necessidade de prevenção e combate à criminalidade na região;

nº 5.504/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo, Anselmo José Domingos e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja apoiada a implantação de Creas e Cras nos Municípios de Caetanópolis, Araçá e Codisburgo;

nº 5.505/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo, Anselmo José Domingos e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que seja apoiada a implantação de Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas – Caps-AD – em todos os municípios da Comarca de Paraopeba;

nº 5.506/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Anselmo José Domingos, João Leite e Douglas Melo, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo nos municípios da Comarca de Paraopeba, que é atendida por apenas um delegado de polícia, três escrivães e oito investigadores, sendo necessária a alocação imediata de pelo menos oito novos investigadores na comarca, tendo em vista a perspectiva de duas aposentadorias em 2016;

nº 5.507/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizada viatura

caminhonete 4x4 para patrulha rural da Comarca de Paraopeba, considerando a extensa zona rural dos quatro municípios da região;

nº 5.508/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Douglas Melo e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado ao diretor de Comunicação Institucional da Assembleia sugestão para que seja elaborada campanha sobre a utilização do Disque 181, destinada à população em geral, ressaltando a importância desse mecanismo para a segurança pública e a garantia de sigilo das informações prestadas;

nº 5.509/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Anselmo José Domingos e Douglas Melo, em que requerem seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que sejam realizadas ações integradas de combate à criminalidade na Comarca de Paraopeba, ao longo da Rodovia BR-040.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Douglas Melo.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Tito Torres e Cabo Júlio (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional, e Fernando Damata Pimentel, governador do Estado (4) (23/3/2016); e Caio Tibério da Rocha, secretário do Produtor Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura (29/3/2016). Logo após, comunica que está aberto até o dia 18/4/2016 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.402/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 838/2015 e 3.396/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/205 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Vanderlei Miranda). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC) e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se



à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 452, 1.074, 1.144, 1.152, 1.218, 1.256, 1.531, 1.591, 1.613, 1.887, 1.897, 1.987, 2.268, 2.712, 2.715, 2.749, 2.753, 2.809, 2.818, 2.831, 2.839, 2.893, 2.897, 2.901, 2.915, 2.925, 2.941, 2.947, 2.948, 2.950, 2.961, 2.968, 2.981, 2.986, 2.997, 3.006, 3.015, 3.020, 3.021, 3.031, 3.052, 3.057, 3.066 a 3.068, 3.070, 3.071, 3.079, 3.080, 3.095, 3.098, 3.100 e 3.101/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2016.

Léo Portela, presidente – Dilzon Melo – Tiago Ulisses.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação do Cadastro Ambiental Rural – CAR – no Estado, os sistemas de informática necessários ao cadastramento, o apoio público aos produtores rurais obrigados à inscrição e as estratégias para promoção da inscrição dos imóveis rurais do Estado no prazo legal estabelecido. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Paula Melo, coordenadora da Assessoria do Meio Ambiente, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Roberth Rodrigues e Silva, gestor da ação Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais, representando o Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Gustavo Luiz Godoi de Faria Fernandes, gerente de Cadastro Ambiental Rural do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, representando o Sr. Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Carlos Eduardo Portella Sturm, diretor de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, do Ministério do Meio Ambiente; José Roberto Soares Scolforo, reitor da Universidade Federal de Lavras – Ufla; e Eduardo Antônio Arantes Nascimento, assessor de Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente dessa entidade. A presidência e o deputado Antônio Carlos Arantes, coautores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão



presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, proceder à entrega do diploma de voto de congratulações com o Sr. Fernando Pacheco, artista plástico, pelos 10 anos de seu painel permanente Voar, localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da senhora Dayane Aparecida Coelho, encaminhando convite para o ato de lançamento dos novos programas da Rede Minas. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.985/2015, em turno único (Bosco); Projeto de Lei nº 3.132/2015, em turno único (Ione Pinheiro); Projeto de Lei nº 2.322/2015, em turno único (Thiago Cota); e Projeto de Lei nº 2.995/2015, em turno único (Wander Borges). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.101/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.494/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater o movimento cultural do *reggae* no Estado e homenagear esse ritmo musical cujo dia é comemorado nacionalmente em 11 de maio;

nº 5.495/2016, das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e dos deputados Bosco e Wander Borges, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências com vistas à intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – na conclusão das obras de restauro da Catedral Matriz de Santo Antônio de Paracatu, uma das igrejas mais antigas do Brasil.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Nina Ladeira Pacheco, diretora de Relações Institucionais do Instituto Cultural Fernando Pacheco; e dos Srs. Fernando Pacheco, artista plástico; Jorge Carlos Borges de Souza, presidente do Conselho Empresarial de Cultura da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas; Fernando Ladeira Pacheco, analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e Eduardo Ladeira Pacheco, filhos do homenageado. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao homenageado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida a autora do requerimento procede à entrega do diploma de votos de congratulações ao homenageado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2016.

Bosco, presidente – Cristina Corrêa – Ione Pinheiro.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016

Às 16h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, Antônio Carlos Arantes e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Cristina Corrêa e os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, estabelecer um diagnóstico da situação do idoso no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mirela Castro Santos Camargos, doutora em demografia e professora da Escola de Enfermagem da UFMG; e Maíra Colares, superintendente de Políticas de Assistência Social da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o Sr. André Quintão, secretário dessa pasta; e o Sr. Dilson José de Oliveira,



coordenador especial de Políticas para o Idoso da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem à audiência, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.496/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater a situação da população idosa e as políticas públicas destinadas a esse grupo na região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Isauro Calais, presidente – Glaycon Franco.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2016

Às 11h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta, Fábio Avelar Oliveira e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.897, 3.020, 3.095 e 3.101/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.516/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Segurança Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e de Saúde para debater o Projeto de Lei nº 704/2015, que dispõe sobre a proibição da realização de eventos *open bar* no Estado;

nº 5.518/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja encaminhado à Federação Mineira de Futebol pedido de informações sobre os motivos da não realização de jogos preliminares às partidas do campeonato mineiro, tendo em vista a posição favorável da federação, manifestada em audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude que teve a finalidade de debater a realização de jogos amadores preliminares aos jogos principais durante o campeonato mineiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2016.

Douglas Melo, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão



presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.396/2016 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 838/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública, com a Emenda nº 1, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda, em virtude de redistribuição); 1.452/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (relator: deputado Tito Torres), e 1.947/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.562/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a real situação financeira, projeções de arrecadação, consideradas as despesas, e, caso o índice prudencial já tenha sido ultrapassado, quais as medidas que foram ou serão adotadas especialmente em relação às despesas de pessoal do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – João Vítor Xavier – Rogério Correia – Felipe Attiê.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o programa de recuperação de nascentes e revitalização de rios e córregos das cidades mineiras em que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – tem concessão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O presidente deixa de apreciar os Requerimentos nºs 4.129 e 4.140/2016 por falta de quórum para votação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Silvana Mônica Vaz, gerente da Divisão de Recursos Hídricos da Copasa-MG, representando a presidente da Copasa-MG e o presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas – Copanor; e os Srs. Apolo Heringer Lisboa, fundador e coordenador do Projeto Manuelzão; Ênio Marcus Brandão Fonseca, superintendente de Gestão Ambiental da Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando o presidente; e José Ponciano Neto, técnico de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai – Pacuí. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Gil Pereira, que assume a presidência da reunião, e dos deputados Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes, Cássio Soares e Felipe Attiê. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Estão presentes os deputados Bosco, Dilzon Melo (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC) e Antônio Carlos Arantes. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 5.567/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para realizar estudo técnico sobre as frequentes interrupções de energia no Município de Juiz de Fora;

nº 5.568/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciado em relatório detalhado das receitas orçamentárias e dos percentuais de investimentos em proteção e preservação ambiental nas bacias hidrográficas em que ocorrem as explorações de recursos naturais, no período de 1997 a 2015, em face do que estabelece a Lei nº 12.503, de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água;

nº 5.569/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre todos os programas e projetos em curso relativos a recuperação e proteção de nascentes, cursos d'água, áreas de preservação permanente e gestão sustentável dos recursos hídricos, especificando escopo, data de início, valor do investimento previsto e do realizado, municípios de atuação, metas previstas e as realizadas;

nº 5.570/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a aplicação de recursos financeiros do Fhidro;

nº 5.571/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado às prefeituras dos municípios não atendidos pela Copasa-MG ou Copanor pedido de informações acerca dos valores financeiros, programas e projetos executados no período de 1997 a 2015, em atendimento à Lei nº 12.503, de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água;

nº 5.572/2016, dos deputados Gil Pereira e Bosco, em que requerem seja realizada audiência de convidados para que a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMN – faça uma exposição sobre suas atividades minerárias e seus programas e ações de sustentabilidade;

nº 5.573/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Bosco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para regulamentar, o mais rápido possível, a Lei nº 12.503, de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água;

nº 5.574/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações a respeito dos investimentos em saneamento aplicados nos Municípios de Guaxupé e Botelhos, incluindo o percentual executado das obras e o seu prazo de conclusão;

nº 5.575/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o montante de investimentos aplicado nas microbacias dos Rios Santana e Pilões, em São Sebastião do Paraíso;

nº 5.576/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado as concessionárias de geração de energia elétrica, públicas ou privadas, dos municípios não atendidos pela Cemig, pedido de informações acerca dos valores financeiros, programas e projetos executados no período de 1997 a 2015, em cada município, em atendimento à Lei nº 12.503, de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Glaycon Franco.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016**

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Leonardo do Reis Medeiros, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos, em que solicita auxílio dos parlamentares para resolver os problemas e dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais no acesso ao financiamento de pré-custeio. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.216/2016, em turno único, do qual designou como relator o deputado Dilzon Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.152, 4.192 e 4.193/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.563/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Município de Extrema pela premiação do projeto Conservador das Águas como destaque nacional no VI Prêmio Werneck de Sustentabilidade e Amor à Natureza;

nº 5.564/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação e o funcionamento de aterro sanitário no Município de Ribeirão das Neves;

nº 5.566/2016, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para que o Núcleo de Emergência Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente apresente as ações emergenciais adotadas em relação ao incidente ocorrido no Município de Bom Repouso, em 29/3/2015, e as ações a serem desenvolvidas para recuperação ambiental das áreas atingidas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Dilzon Melo.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Rogério Correia e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.396/2016, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: deputado Vanderlei Miranda), é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Lafayette de Andrada. Após discussão e votação é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, registrando-se os votos contrários dos deputados Felipe Attiê e João Vítor Xavier. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência



agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Thiago Cota – João Leite.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016**

Às 16h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir o Sr. Marcelo Pinto Guimarães, arquiteto e professor da UFMG, sobre as adaptações necessárias em casas onde habitem idosos e as necessidades arquitetônicas para melhorar a vida e a segurança dessas pessoas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Marcelo Pinto Guimarães, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em acessibilidade, e Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem à reunião, passa a tecer suas considerações iniciais. A seguir, a presidência concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, também autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Isauro Calais, presidente – Cristiano Silveira.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2016**

Às 17h15min, comparece no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Raposos o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições e as relações de trabalho dos servidores públicos da Prefeitura de Raposos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Christianne Prezote, diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima – Sindserp –, representando o Sr. Marcelino da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais – CTB-MG –, e os Srs. Luciano Magalhães Sant'Anna, advogado do Município de Raposos, Marcelo Carlos da Costa, chefe de Controle Interno do Município de Raposos, representando Carlos Alberto Coelho de Azevedo, prefeito; Evandro Augusto Zeferino, vereador da Câmara Municipal de Raposos, representando Leonardo Silveira Soares, presidente; Oquênes de Assis Viana e Robert Salles Roque, respectivamente presidente e assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Raposos – Sindservip. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Cristina Corrêa – Isauro Calais.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2016

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Dilzon Melo, Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, suspende a reunião por tempo indeterminado. Às 13h41min são reabertos os trabalhos. Estão presentes os deputados Léo Portela, Tiago Ulisses e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.174 e 3.230/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.396/2016 (relator: deputado Léo Portela) e do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária da mesma data, às 14h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Dilzon Melo – Tiago Ulisses.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2016

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e a suspende. Às 11h18min, a reunião é reaberta com a presença dos deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Laene Pevidor Lança, procuradora da República (24/3/2016), e do Sr. Felipe Herzog, gerente de Relações Institucionais da Sky Brasil Serviços Ltda. (3/3/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.169/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.589/2016, dos deputados Elismar Prado, Noraldino Júnior e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a limitação e o bloqueio da transmissão de dados em prestação de serviços de bandas largas fixa e móvel de contratos antigos e novos, convidando representantes das operadoras NET, Vivo, Oi e Claro e da Anatel;

nº 5.590/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de um novo aumento na tarifa de água, considerando anúncio feito em 2015, oportunidade em que foi aprovado o

pedido de revisão de cálculo apresentado pela Copasa-MG à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG;

nº 5.591/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Philippe Guimarães Nascimento, taxista, pelos relevantes serviços prestados aos usuários do serviço de táxi em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2016.

Elismar Prado, presidente – Douglas Melo – Noraldino Júnior.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2016

Às 10h7min, comparece na Sala das Comissões o deputado Douglas Melo, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Douglas Melo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.256/2016, que propõe a criação de um cadastro de bicicletas no Estado com o objetivo de auxiliar a recuperação de bicicletas furtadas e prevenir novas ocorrências de furto. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Major Flávia Rosana Munhoz Pereira Santos, chefe da Assessoria de Estratégias Operacionais Preventivas, representando Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e os Srs. Eric Flavio Brandão de Freitas, delegado de polícia da Regional Barreiro, representando Andrea Claudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Doorgal Gustavo Sad Lafayette Andrada, representante dos Ciclistas Jovens de Minas Gerais; Demerson Furtado Pulis Gomes, presidente da Liga Mineira de Ciclismo; Pedro Lopes da Trindade Filho, coordenador da Câmara Duas Rodas Bike do CDL de BH; Frederico Lanna Amaro, representante da ONG Arca Ama Serra e Mountain Bike BH; e Thiago Drews Elias, representante da Equipe Brou Aventuras. A presidência concede a palavra ao deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, tece suas considerações e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2016

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Professor Neivaldo e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta e Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão, a debater, em audiência pública, as providências cabíveis quanto à situação do Sr. Wandrew Schwenck de Assis, agente de segurança penitenciária, que ficou parapléxico após ser baleado pelo preso que escoltava, no Fórum de Sete Lagoas, e a receber e votar requerimentos. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.905/2015, no 1º turno, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte



(Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.395, 3.424, 3.529 a 3.531, 4.171, 4.172, 4.189, 4.211, 4.239, 4.240, 4.247, 4.248, 4.266, 4.272 a 4.274/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.617/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares lotados na Diretoria de Comunicação Organizacional, na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, no Comando de Policiamento da Capital, no Gate, na Rotam e no Centro de Atividades Musicais, pela participação em ato realizado nesta capital, em 8/3/2016, para comemorar o Dia Internacional da Mulher;

nº 5.618/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Wander Borges e Arlen Santiago, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a designação de investigadores de polícia, na próxima nomeação, prevista para o ano de 2016, para a delegacia de Itamarandiba, bem como para a realização de novos concursos públicos para suprir o baixo efetivo das carreiras de delegados e escrivães em todo o Estado;

nº 5.619/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a Política Estadual de Segurança Pública, especialmente quanto aos agentes envolvidos, debatendo-se forma de ingresso na carreira, grade curricular, formação acadêmica e preparo profissional exigido;

nº 5.620/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada reunião de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação realizada no Município de Itacambira, em 8/4/2016;

nº 5.621/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado de Goiás, à Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, ao Departamento de Polícia Federal e à Polícia Civil do Estado de Goiás pedido de providências para garantir a segurança de cidadãos mineiros que se deslocarão até Brasília, no Distrito Federal, no dia 14/4/2016, para manifestar apoio aos integrantes da Câmara dos Deputados na sessão em que será votado o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff;

nº 5.622/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o aumento dos índices de criminalidade no Bairro Lourdes, nesta capital;

nº 5.623/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança de bares e restaurantes de Belo Horizonte.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Zuley Jacinto de Souza, assessor chefe de Gabinete da Subsecretaria de Estado de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando Antônio Armando dos Anjos, secretário de Estado interino; Wilton Ney Martins, diretor de Orientação e Prevenção à Incidência de Ilícitos da Corregedoria da Secretaria de Estado de Defesa Social; Wanderson Eustáquio Costa, vice-presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp –, representando Adeilton de Souza Rocha, presidente; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais, Unimasp-MG; Wandrew Schwenck de Assis, agente de segurança penitenciário; Daniel César Botto Collaço, juiz de direito aposentado; Adílio Veríssimo Altair, ex-agente penitenciário. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 5.624/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para, em conjunto com a base do governo na Assembleia Legislativa, apoiar e debater o projeto de lei que pretende estabelecer o pagamento de indenização aos servidores da área da segurança pública estadual que sofrerem, no exercício do cargo, agressões que causem invalidez permanente, especialmente os agentes penitenciários e os agentes socioeducativos;

nº 5.625/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja paga indenização *in natura*, consistente na reforma de residência, ao Sr. Wandrew Schwenck de Assis, ex-agente penitenciário, que ficou paraplégico após sofrer disparo de arma de fogo efetuado por detento que ele escoltava ao Fórum de Sete Lagoas, em 2009;

nº 5.626/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências a fim de que expeçam ordem de serviço para disponibilizar servidores da referida subsecretaria para escoltar e auxiliar o Sr. Wandrew Schwenck de Assis, ex-agente de segurança penitenciário, atingido por disparo de arma de fogo efetuado por detento que ele escoltava ao Fórum de Sete Lagoas, em 2009;

nº 5.627/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhados à Promotoria de Justiça da Comarca de Ribeirão das Neves o relatório e as notas taquigráficas desta reunião, que contém as justificativas pelas quais servidores da Subsecretaria de Administração Prisional foram deslocados para prestarem escolta e auxílio ao Sr. Wandrew Schwenck de Assis, ex-agente penitenciário vitimado por disparo de arma de fogo efetuado por preso que ele escoltava ao Fórum de Sete Lagoas, em 2009.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2016

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.109/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2016

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Thiago Cota e João Leite (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por



aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.195/2016 (relator: deputado Thiago Cota) e 3.231/2016 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Felipe Attiê). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Tito Torres.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.031/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, esclarecendo a substituição da rota de veículos prevista para 2015, deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite, e a implantação de novos módulos do Sets, com vistas à universalização do programa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados ao contrato de 7/5/2015, publicado no "Minas Gerais" nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência "O novo Código Civil Brasileiro", realizada no Minas Centro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando-se os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo-se patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando-se especialmente o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação de abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.049/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – a doar o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.629, de 24 de abril de 2003, a doá-lo à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015, do deputado Braulio Braz, que altera a Lei nº 15.895, de 6 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – Cistrisul – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do



Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.730 a 3.736 e 3.743 a 3.750/2016, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a segurança pública nos Municípios de Baldim e Jequitibá.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário.

Requerimentos nºs 4.222 a 4.224/2016, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.243/2016, do deputado Arnaldo Silva, e 3.273/2016, do deputado Nozinho.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.306 e 4.307/2016, da Comissão de Saúde; 4.328/2016, da Comissão de Segurança Pública; e 4.344/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.249/2015, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.128/2015, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.256/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.578/2015, do deputado João Alberto; e 2.979/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/4/2016, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a instituição de áreas de preservação permanente – APPs – nas localidades que terminam em escarpa com inclinação igual ou superior a 45°, definidas pelo § 1º, III, do art. 9º da Lei nº 20.922, de 2013, e, em especial, nos termos da Nota Técnica nº 3/2015, do Instituto Estadual de Florestas – IEF; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2016, às 19 horas, em Contagem, com a finalidade de, em audiência pública, debater o transporte público da Regional Petrolândia e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Marília Campos, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 951/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais – CBGC –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 951/2015 pretende declarar de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais – CBGC –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social.

Com esse propósito, a instituição congrega seus associados e dependentes e disponibiliza benefícios e serviços de natureza assistencial e social, como auxílio-funeral e de natalidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 951/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Gustavo Corrêa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.221/2015**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Universitários de Catuji, com sede no Município de Catuji.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Universitários de Catuji, com sede no Município de Catuji, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção gratuita da educação.

Na consecução desse propósito, a instituição assegura o transporte de alunos à instituição de ensino durante o regime normal de aulas, promove atividades culturais, técnicas, científicas, sociais e esportivas e presta assistência estudantil na região.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda à proposição com o intuito de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto, com a qual concordamos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da educação no Município de Catuji, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.221/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2016.

Paulo Lamac, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.131/2015

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Remanescentes Quilombolas e Atingidos por Barragem da Comunidade dos Coelho de Rio Pomba, com sede no Município de Rio Pomba, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.131/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Remanescentes Quilombolas e Atingidos por Barragem da Comunidade dos Coelho de Rio Pomba, com sede no Município de Rio Pomba. Conforme o estatuto social da entidade, trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, fundada no ano de 2011 e com duração por tempo indeterminado.

As finalidades detalhadas no estatuto corroboram a importância da entidade, que se destina a defender os direitos e interesses da comunidade quilombola, além de, entre outros objetivos, promover as seguintes atividades voltadas para seus associados: socialização e qualificação profissional, com vistas a aprimorar a convivência em grupo e a capacidade de trabalho; projetos voltados à melhoria da qualidade de vida; ações que facilitem a comercialização dos seus produtos; e apoio a eventos culturais, folclóricos e demais formas de manifestações socioculturais.

Deve-se mencionar que a Constituição Federal, no art. 215, § 1º, estabelece que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", e as finalidades da citada associação vão ao encontro desses preceitos, contribuindo para a preservação da cultura quilombola.

Percebe-se, pelo exposto, a relevância do trabalho proposto pela entidade e, assim, considera-se meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública, o que significaria o reconhecimento oficial dos serviços por ela prestados, conferindo-lhe ainda mais credibilidade. Ademais, de posse do título, ficará aberta a possibilidade para que se reivindiquem



benefícios restritos às entidades declaradas de utilidade pública, como certas isenções e imunidade tributárias, o que poderá vir a colaborar com a continuação de suas atividades, viabilizando sua manutenção e funcionamento.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.131/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2016.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.270/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Recicla Unai – Areuna –, com sede no Município de Unai.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.270/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Recicla Unai – Areuna –, com sede no Município de Unai, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a geração de trabalho e renda e a promoção da assistência social.

Com esse propósito, a instituição promove a integração de seus beneficiários ao mercado de trabalho, oferece condições para o reaproveitamento de resíduos, mantém programas que priorizam o catador como agente de limpeza e de coleta seletiva e promove a educação ambiental e campanhas de proteção e preservação do meio ambiente. Além disso, combate a fome e a pobreza por meio da distribuição de cestas básicas e de outros programas e projetos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Recicla Unai, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.270/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Gustavo Corrêa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.273/2016

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Nozinho, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Recreativa dos Ferroviários de Itabira – Arfita –, com sede no Município de Itabira.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Recreativa dos Ferroviários de Itabira – Arfita –, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção de ações socioculturais.

Na consecução desse propósito, a instituição promove eventos esportivos, sociais e culturais direcionados à população.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos de Itabira, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.273/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2016.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.853/2015

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De iniciativa da deputada Ione Pinheiro e resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.334/2014, o projeto de lei em tela dispõe sobre a desafetação do trecho rodoviário que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara.

No 1º turno, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame determina a desafetação do bem público constituído pelo trecho da Rodovia MG-040 compreendido entre o Km 114,100 e o Km 116,900, situado no Município de Itaguara. Autoriza, ainda, a doação desse trecho ao município, para que passe a integrar o perímetro urbano como via pública. Estabelece, por fim, a reversão do bem ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa, pelo que estamos de acordo com os seus termos.

As rodovias estaduais estão submetidas à jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop. O art. 3º da Lei nº 11.403, de 1994, que organiza a instituição, enumera suas atribuições, entre as quais se destaca a competência para “executar, direta e indiretamente, os serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramento em estradas de rodagem sob sua jurisdição ou em outras rodovias e portos fluviais, mediante convênio com as entidades de direito público interessadas, assegurada a proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação própria”.



Importa observar que, devido à inserção do trecho em seu perímetro urbano, o Município de Itaguara assumirá a responsabilidade por sua manutenção e conservação, para garantir a autonomia municipal e atender aos anseios da população.

Para a doação de bem imóvel do Estado, é imprescindível sua desafetação, ou seja, a perda de sua finalidade pública, a qual normalmente ocorre na própria lei que autoriza a transferência do bem, de maneira explícita, conforme consta no art. 1º do substitutivo, ou implícita, quando não há referência expressa à desafetação.

Cabe assinalar que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, solicitada a se manifestar sobre a matéria, encaminhou a esta Casa a Nota Técnica Jurídica nº 1.022, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e nota técnica do DER-MG datada de 11/6/2015, em que esses se declaram favoráveis à pretensão do projeto, uma vez que o segmento possui características urbanas.

A doação de trecho de rodovia estadual para domínio municipal não implica alteração na natureza jurídica desse bem público, desde que ele continue a ser afetado ao uso comum do povo. A modificação básica incidirá apenas sobre a titularidade do imóvel, que passará a integrar o domínio público municipal.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.853/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Celinho do Sinttrocel, relator – Gustavo Valadares – João Alberto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.514/2015

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

A proposição de lei, de autoria do deputado Arlen Santiago, dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios que prestam serviços notariais informarem ao Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG – a transferência de propriedade de veículos, no ato do reconhecimento das firmas do vendedor e do comprador apostas no Certificado de Registro de Veículo – CRV.

Ela é decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.705/2011 e, por guardarem semelhança, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, foram-lhe anexados os Projetos de Lei nºs 2.628, 2.629 e 2.969/2015.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto ao mérito, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, XII, alínea “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.514/2015 pretende criar nova forma de comunicação de venda de veículos automotores ao Detran-MG, no intuito de desburocratizar e conferir celeridade ao processo de transferência de propriedade de veículos.

Atualmente, os compradores de veículos usados são obrigados, nos termos do § 1º do art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 1997) –, a transferir o registro da propriedade de veículo para seu nome perante as autoridades de trânsito responsáveis pela operacionalização do registro nacional de veículos automotores – no caso, os departamentos de trânsito estaduais – em um prazo máximo de 30 dias a contar da transação. Para resguardar os antigos proprietários de eventual não cumprimento dessa obrigatoriedade pelos compradores, o que poderia vir a imputar-lhes

indevidamente multas e penalidades de trânsito, aqueles poderão comunicar a venda ao Detran-MG, encaminhando ao órgão cópia autenticada do CRV devidamente preenchido, datado e assinado por ambas as partes, com firmas reconhecidas por autenticidade.

Caso a proposição seja transformada em lei, os cartórios de notas escolhidos pelos cidadãos para os reconhecimentos de firma do CRV poderão comunicar a venda, por meio eletrônico, diretamente ao Detran-MG. Dessa forma, haverá maior segurança jurídica para ambas as partes, além de maior celeridade e menor burocracia para a comunicação da transferência de propriedade de veículos.

Uma vez que a Lei Federal nº 13.154, de 2015, inseriu no CTB a possibilidade de a comunicação de venda de veículos ser feita de modo eletrônico (art. 134, parágrafo único do CTB), consideramos este projeto importante iniciativa visando garantir maior precisão na aplicação de penalidades de trânsito, com reflexos positivos para a estruturação do sistema estadual de trânsito, motivo pelo qual entendemos que a matéria deva prosperar nesta Casa.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.514/2015, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Celinho do Sinttrocel, relator – Gustavo Valadares – João Alberto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.755/2015

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Isauro Calais, o projeto de lei dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto ao mérito, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, XII, alíneas “a” e “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Pretende-se com o Projeto de Lei nº 2.755/2015 desafetar o trecho da Rodovia MG-354 que liga os Municípios de Lavras e Luminárias, especificamente do Km 564 ao Km 562 e autorizar sua doação ao Município de Lavras, para que passe a integrar o perímetro urbano como via pública. O projeto prevê ainda que, se o município não der ao trecho a finalidade prevista no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, ele reverterá ao patrimônio do Estado.

O Departamento de Estradas de Rodagem – DER –, órgão responsável pela construção, gestão, manutenção e operação das rodovias estaduais, consultado em diligência sobre a matéria, manifestou-se favoravelmente à doação, sem ressalvas. Da mesma forma, assim o fez a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, órgão responsável pela política estadual de transportes. A prefeitura do Município de Lavras, também consultada, manifestou total interesse na assunção do referido trecho rodoviário.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, fez algumas alterações no texto da proposição tão somente para adequá-lo à técnica legislativa, não encontrando impedimentos legais para que ela prosperasse.

Não havendo óbices por parte dos órgãos atualmente responsáveis pela rodovia e, por sua vez, havendo total interesse do município em assumir sua gestão, manifestado tanto na justificativa como nos ofícios que compõem a documentação de tramitação do projeto em análise, entendemos que a municipalização desse trecho rodoviário poderá contribuir para a melhoria



da circulação de pessoas e veículos que hoje utilizam a rodovia, visto que a gestão, a manutenção e a operação dessa via passarão a ser de responsabilidade da administração municipal, ente federativo conhecedor maior das demandas da comunidade local.

Contudo, convém ressaltar que o trecho rodoviário em análise faz parte do rol de rodovias estaduais coincidentes, aquelas construídas e conservadas pelo governo estadual mas que coincidem com a diretriz de rodovias presentes no plano rodoviário federal. De modo geral, preservam a denominação numérica da respectiva rodovia federal – no caso específico, a BR-354 – e, como forma de diferenciação das demais, têm acrescida à sua nomenclatura a letra C. Como no projeto original e no Substitutivo nº 1 está grafada a terminologia MG-354, propomos uma emenda ao texto para que seja adotada a nomenclatura correta do referido trecho rodoviário: MGC-354.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.755/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 a seguir redigida.

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 1

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MGC-354 compreendido entre o Km 564 e o Km 562, com extensão de 2km (dois quilômetros).”

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Gustavo Valadares, relator – Celinho do Sinttrocel – João Alberto.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.789/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica.

Aprovado em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora a proposição a este órgão colegiado para receber parecer para o 2º turno, conforme disposto no art. 189, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição sob comento tem por finalidade autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Estado o imóvel com área de 4.800m², situado na Rua Dr. Carvalho, 1.365, no Bairro Belo Horizonte, no Município de Passos, para abrigar as atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – desse município. O art. 2º do projeto estabelece que o imóvel reverterá ao patrimônio do doador, findo o prazo de 10 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, caso não lhe tenha sido dada a destinação prevista.

A matéria foi aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com o objetivo de identificar corretamente a área a ser alienada, acrescentando seu memorial descritivo e os dados cadastrais do imóvel, de acordo com o registro apresentado, bem como de adequar o texto à técnica legislativa.

Conforme nos manifestamos anteriormente, a proposição é meritória, porquanto está em consonância com os preceitos legais que versam sobre a matéria, não apresentando despesas para o erário e não acarretando repercussão na lei orçamentária.



Cabe ressaltar que o projeto foi amplamente debatido em 1º turno e que não houve fato novo após a primeira análise. Desse modo, não existe motivo para alterar o nosso entendimento sobre a matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.789/2015, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Tito Torres, relator – Thiago Cota – Vanderlei Miranda.

PROJETO DE LEI Nº 2.789/2015

(Redação do Vencido)

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – autorizado a doar ao Estado a área de 4.800m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), conforme a descrição do anexo desta lei, a ser desmembrada do imóvel constituído pelos lotes nºs 1 a 29 da quadra 16, com 10.462m² (dez mil, quatrocentos e sessenta e dois metros quadrados), situado no Bairro Belo Horizonte, Município de Passos, e registrado sob o nº 26.542, a fls. 89, do Livro 3-Z, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passos.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à instalação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de dez anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(de que trata o art. 1º da Lei nº , de de de 2016.)

A área a ser doada tem início no ponto P1 de coordenada UTM E-332.953,37 e N-7.706.326,67; deste segue 60m (sessenta metros), confrontando com o pátio do DER-MG, até o ponto P2 de coordenada UTM E-333.010,75 e N-7.706.344,3; deste segue 80m (oitenta metros), confrontando com a Avenida Juca Stockler, até o ponto P3 de coordenada UTM E-333.034,27 e N-7.706.267,85; deste segue 60m (sessenta metros), confrontando com a Rua Pardal, até o ponto P4 de coordenada UTM E-332.976,87 e N-7.706.250,2; deste segue 80m (oitenta metros), confrontando com a Rua Doutor Carvalho, até o ponto P1, onde se inicia essa descrição, totalizando 4.800m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados).

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.798/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem como objetivo autorizar o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.629, de 24 de abril de 2003, a doá-lo à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

No 1º turno, a proposição foi aprovada na forma original e retorna agora a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

Esclarecemos, inicialmente, que a mencionada Lei nº 14.629, de 2003, autorizou o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel com área de 7.200m², situado no Bairro Amazonas, destinado ao funcionamento de escola municipal, estabelecendo que o imóvel reverteria ao patrimônio do Estado, cessada a causa que justificou a doação.

O projeto de lei em tela tem por objetivo autorizar o Município de Abaeté a doá-lo à Uemg, para a instalação de uma unidade educacional, e revogar essa cláusula de reversão.

Conforme manifestado no turno anterior, a proposição é procedente. A medida está de acordo com a legislação vigente, em especial com o art. 18 da Constituição do Estado e o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e que se subordina ao interesse coletivo e à conveniência para a coletividade. O Executivo manifestou-se favoravelmente à proposição, visto que esta reforça e consolida a presença da Uemg na região e está de acordo com a proposta de descentralizar e interiorizar a oferta de cursos e programas, permitindo a valorização e o desenvolvimento das potencialidades das comunidades locais. Ademais, a doação do imóvel traz amplos benefícios para a sociedade, o que atende à questão do mérito. No que tange à repercussão financeira, entendemos que, como a Uemg é uma autarquia, uma *longa manus* do Estado, tudo que lhe pertence, pertence também, mesmo que indiretamente, ao Estado e com a aprovação deste projeto, o imóvel retornaria, ainda que de forma indireta, ao Estado, sendo, assim, positiva a repercussão da medida no seu patrimônio. Quanto ao impacto financeiro na sociedade, entendemos que a proposição, em vista desses fatos, será extremamente positiva.

Nesta fase regimental de caráter revisional, analisamos todas as etapas do turno anterior e não constatamos nenhum vício que possa obstar a aprovação da proposição. O projeto foi amplamente debatido no 1º turno, e não houve fato novo após nossa primeira análise. Assim, não há razão para alterar nosso entendimento sobre a matéria.

Conclusão

Opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015 na forma original.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2016.

Vanderlei Miranda, presidente – Thiago Cota, relator – Tito Torres – Tiago Ulisses.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 20/4/2016, as seguintes comunicações:

Do deputado Glaycon Franco em que notifica o falecimento do Sr. André Luiz Barbosa Roquette, ocorrido em 16/4/2016.
(- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Tito Torres em que notifica o falecimento do Sr. Geraldo Neves Gandra, ocorrido em 17/4/2016, em Dionísio. (- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento da Sra. Santuza Abras, ocorrido em 18/4/2016, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/4/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 21/4/2016, que exonerou Luciano Nunes Souza, a partir de 25/4/2016, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 21/4/2016, que exonerou, a partir de 25/4/2016, Maria Lúcia de Azevedo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 21/4/2016, que nomeou Mauro Barreto Melo, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Luciano Nunes Souza, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando João Paulo Firmato Esteves Menta, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, assinou os seguintes atos:

nomeando Flavia Pereira de Oliveira para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Administrativo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º (oitavo) lugar em concurso público;

nomeando Patricia Marquete Vitelli para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocução Social, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 16º (décimo sexto) lugar em concurso público;

nomeando Thais Brant Ferreira para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocução Social, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 17º (décimo sétimo) lugar em concurso público;

nomeando Juliene Caetano Fonte Boa para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Dentista, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º (quinto) lugar em concurso público.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:



aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 25/4/2016, a servidora Angelica Testa Saab, CPF nº 883.798.336/00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-53, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 35/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A DDTIZA Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: de 4/7/2016 a 3/7/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 39/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: AMC Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de *outsourcing* de impressão, com fornecimento de todos os suprimentos relacionados, exceto papel, e locação de equipamentos. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 5/8/2016 a 4/8/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/4/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/4/2016, na pág. 39, no título, onde se lê:

“10ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:

“6ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.